

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAYANE STEFANY FARINACIO

SUJEITOS DE DIREITOS

Uma análise da cobertura telejornalística sobre abuso sexual de crianças e adolescentes no caso Tayná da Silva sob a luz do ECA.

CURITIBA

2017

DAYANE STEFANY FARINACIO

SUJEITOS DE DIREITOS

Uma análise da cobertura telejornalística sobre abuso sexual de crianças e adolescentes no caso Tayná da Silva sob a luz do ECA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Elson Faxina

CURITIBA

2017

À Carol, pequena moçambicana que inquietou meu coração e abriu meus olhos para a proteção às crianças e adolescentes e para este tema.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Sonia Rolim, ao Lucas Polak e a todos aqueles que compreenderam minhas ausências e silêncios necessários para a conclusão deste trabalho.

Ao Núcleo de Educação e Comunicação Popular da UFPR, que me permitiu ter contato com a comunicação popular e instigou a preocupação constante com as crianças e adolescentes com as quais pudemos interagir.

Aos professores Guilherme Carvalho e José Carlos Fernandes por todas as contribuições, antes e durante a realização deste trabalho, que colaboraram para a maior qualidade da pesquisa.

Ao meu orientador Elson Faxina por todas as indicações, conversas e por toda a ajuda e incentivo durante a produção deste trabalho.

Agradecemos também a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa.

“A palavra de uma criança, embora honesta e verdadeira, tem pouco valor para aqueles que não sabem ouvir”.

J.K. Rowling

(Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban)

RESUMO

O abuso sexual de crianças e adolescentes é uma questão de origem sociocultural do qual devemos falar. A imprensa, nesse sentido, deve funcionar como porta-voz, levando informações sobre este problema para a sociedade de forma protetiva e informativa, respeitando a legislação específica das crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Neste trabalho, através do estudo sobre a cobertura do caso Tayná da Silva, adolescente encontrada morta na região metropolitana de Curitiba, com indícios de abuso sexual, no Paraná TV 2ª edição, telejornal da RPC TV, buscaremos perceber se a cobertura da imprensa televisiva sobre abuso sexual de crianças e adolescentes respeita determinações do ECA e traz informações suficientes e de qualidade para a compreensão e combate ao problema. Para isto, foram utilizadas as técnicas de revisão bibliográfica, entrevista em profundidade e análise de conteúdo. O trabalho, além de situar a qualidade desta cobertura em um contexto amplo, também procura propor melhorias simples nas práticas de reportagem jornalística sobre o tema.

Palavras-chave: Abuso sexual de crianças e adolescentes. Caso Tayná da Silva. Cobertura do telejornalismo.

ABSTRACT

The sexual abuse of children and adolescents is an issue that has socio-cultural origins of which we must talk about. The press, in this respect, must to work as a spokesperson, bringing information about this problem to the society, in a protective and informative way, respecting the specific law of children and adolescents, the Statute of Child and Adolescent (ECA). In this study, we will use Tayná da Silva's case of coverage as example to try to understand if the television coverage of sexual abuse of children and adolescents respects the determinations of ECA and brings enough information to the comprehension and fight against the problem. Tayná was found dead with indications of sexual abuse. The chosen coverage was the reportings of Paraná TV 2nd edition, TV news of RPC TV. For develop this study we used the bibliographic review, in-depth interviews, and content analysis. The study, besides understanding this specific coverage in a wide way, try to suggest simple improvements in the reporting standards about this issue as well.

Key-words: Sexual abuse of children and adolescents, Tayná da Silva's case. TV news coverage

SUMÁRIO

Sumário	8
1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA	10
1.1 OBJETIVOS	13
1.1.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.2 JUSTIFICATIVA	14
2 PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	16
2.1 A HISTÓRICO DA PROTEÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	16
2.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)	19
2.3 ASPECTOS CONCEITUAIS DO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	21
2.4 O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM NÚMEROS.....	25
3 A RELAÇÃO ENTRE O ECA E A MÍDIA	27
3.1 ABORDAGENS GERAIS SOBRE A MÍDIA NO ECA	27
3.2 O QUE SE ORIENTA PARA A COBERTURA QUE ENVOLVA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	29
3.3 PANORAMA DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	33
3.4 DESAFIOS E CONTEXTOS DA COBERTURA DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	35
3.5 ANÁLISE DE MEMBROS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOBRE A COBERTURA DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	36
4 TELEJORNALISMO	45
4.1 PRODUÇÃO DA NOTÍCIA: <i>NEWSMAKING</i> E <i>AGENDA-SETTING</i>	45
4.2 ESPECIFICIDADES DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NA TELEVISÃO	50
4.3 CONSIDERAÇÕES SOCIOLÓGICAS DA TELEVISÃO E DO TELEJORNALISMO	53
5 ESTUDOS DISPONÍVEIS SOBRE O TEMA.....	64
6 O CASO TAYNÁ DA SILVA	66
7 SOBRE A RPC TV	68
8 METODOLOGIA.....	69
9 ANÁLISE DE DADOS/RESULTADOS	77

10 CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
APÊNDICE 1 – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA MAURI KÖNIG – JORNALISTA AMIGO DA CRIANÇA	96
APÊNDICE 2 – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA JUSSARA GOUVEIA – CONSELHEIRA TUTELAR DA REGIONAL DO PINHEIRINHO	114
APÊNDICE 3 - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA DR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ	133
APÊNDICE 4 - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA DIRK LOPES - EX-PRODUTOR DA RPC NA ÉPOCA DO CASO TAYNÁ	144

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

A proteção integral de crianças e adolescentes e a visão de que tal parcela da sociedade tem particularidades, não sendo, meramente, “miniaturas de adultos” que podem ser tratadas como tal é recente, inclusive no que tange à lei.

A atual Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente começou a se construir com a Constituição de 1988, especialmente nos artigos 227 e 228, que imputa ao Estado, à família e à sociedade a responsabilidade de assegurar, com absoluta prioridade, “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Constituição Federal, art. 227). Além disso, foi o artigo 228 da mesma constituição que garantiu que todos os menores de 18 anos não poderiam ser julgados pelo sistema jurídico comum, mas sim por legislação especial: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (Constituição Federal, art. 228).

Especialmente depois da publicação da Lei 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), passou-se a se construir a ideia de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, ou seja, um grupo que detém direitos fundamentais e específicos.

Muito anterior a ele, no século XVII, a abordagem era voltada exclusivamente às crianças era em uma perspectiva de proteção bastante restrita, destinada a crianças “abandonadas”. Dois séculos depois, o papel das Santas Casas de Misericórdia foi muito importante. Inicialmente voltada à caridade, as instituições atuavam no acolhimento das crianças até os sete anos, através de uma brecha encontrada na Lei dos Municípios de 1828.

Ainda no século XIX instituem-se duas questões de destaque comparativamente ao modelo adotado até então: a criação de “asilos” de ensino profissionalizante para crianças pobres e a adoção do termo “menor” associada a crianças em situação de vulnerabilidade e em conflito com a lei.

As primeiras reflexões e mudanças sobre proteção à infância e adolescência de forma específica começaram a ser feitas no século XX. A de maior destaque é a adoção do Código de Menores, de 1927, bastante discriminatória e repressiva e que só passou por uma revisão em 1979, tornando-se mais terapêutica, mas ainda com muitos resquícios da lógica usada no modelo da década de 1920.

Também durante a ditadura militar foi criada a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), que trabalhava com menores de idade sujeitos à marginalização. Mas a violência era parte do cotidiano da instituição.

É com a Constituição Federal de 1988 que as coisas começam a mudar no que diz respeito à proteção e direitos da infância e adolescência. Seu artigo 227 situa a proteção a este grupo em um contexto muito mais amplo, com participação do Estado, da família e da sociedade e dá origem ao texto complexo do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com esta evolução no atendimento, também foi crescendo a proteção à infância e o entendimento da criança e do adolescente como sujeito social, como indivíduo. Nesse sentido, foram criadas leis que pudessem regulamentar o tratamento à criança como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1959; a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1989; a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 227 trata dos direitos das crianças e adolescentes e dos responsáveis pela execução e efetivação de tais direitos; e o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei brasileira 8.069 de 1990, que “dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”.

O ECA, ao qual damos destaque neste estudo, traz três artigos que devem ser de interesse especial da área da comunicação, da qual a pesquisadora faz parte, e têm relação direta com o objeto deste estudo. Um deles é o art. 17, que define o respeito às crianças e adolescentes como a “inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”, do qual podemos destacar o trecho sobre a preservação da imagem e da identidade da criança e adolescente.

O outro é o art. 18, que coloca como um dever de todos a vigilância pela “dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. O último a que

daremos destaque será o art. 71, que estabelece que “a criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

O jornalismo, como parte da sociedade, por muito tempo visto como Quarto Poder -, portanto, responsável por vigiar os outros poderes - tem um papel fundamental não apenas no monitoramento das atividades das outras instâncias e instituições de poder, mas também na correta aplicação do que é estipulado, com risco de perda de legitimidade caso não o faça. Nesse sentido, é papel dos meios de comunicação aplicar corretamente o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente em seus produtos, preservando a criança e o adolescente de tratamento vexatório, degradante, humilhante, constrangedor, bem como sua identidade e imagem.

Essa função orientada aos meios de comunicação parece essencialmente contraditória com o próprio *modus operandi* dos veículos, principalmente da televisão, na medida em que se precisa da informação sobre o que, como, quando, onde aconteceu e o porquê do acontecimento. No caso específico da TV, é essencial o uso de imagens representativas sobre o fato noticioso.

O desafio é entender quais os limites e possibilidades dos veículos de comunicação em suas coberturas, com maior atenção, neste caso, à televisão. Consideramos, aqui, que é necessário falar sobre temas como abuso sexual de crianças e adolescentes, por ser uma questão de cidadania. A imagem desse grupo, entretanto, deve ser preservada em situações que lhes possam causar constrangimento ou outro tipo de prejuízo ou risco. Outro ponto a ser levado em conta é que a principal ferramenta para a construção da narrativa e da linguagem televisiva é a imagem.

Neste trabalho, apresentamos uma análise das reportagens televisivas sobre o caso da menina Tayná da Silva, adolescente encontrada morta com sinais de abuso sexual próximo a um parque de diversões em Colombo (PR), região metropolitana de Curitiba. A proposta é verificar se as reportagens respeitaram as orientações do ECA e de outras instituições voltadas aos direitos das crianças e adolescentes para coberturas desse tema e, ainda, qual a qualificação dessas matérias em relação ao conteúdo apresentado.

A proposta metodológica foi de aliar uma revisão bibliográfica com entrevistas em profundidade com profissionais da imprensa e pessoas envolvidas na

área de proteção à infância e adolescência, para entender como deve ser feita a cobertura e como se dão as relações por trás das câmeras que podem impactar na qualidade e quantidade de cobertura sobre abuso sexual de crianças e adolescentes.

A partir do estudo das reportagens produzidas sobre o crime cometido contra Tayná, utilizaremos a análise de conteúdo de viés quali-quantitativo para perceber o volume de informações sobre este tema, e qual o nível de qualidade delas.

Com esses dados, queremos diagnosticar se o que foi feito pelo veículo de comunicação, em matérias sobre o caso da menina Tayná da Silva, está correto do ponto de vista do que orienta o ECA, que visa à proteção da criança e do adolescente em todas as dimensões sociais, e à difusão de informações sobre como proteger e denunciar casos de abuso sexual.

O veículo escolhido como objeto de estudo é o jornal Paraná TV 2ª Edição de Curitiba, da emissora RPC TV, afiliada à Rede Globo.

Com este estudo, espera-se contribuir para a melhora na qualidade dos materiais produzidos, principalmente no que diz respeito aos direitos e proteção da infância e da adolescência, a partir do momento em que se visualiza os possíveis erros e acertos, e aponta-se caminhos para a adequação à Lei 8.069/90.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Diagnosticar se a cobertura televisiva do caso Tayná da Silva respeitou as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e de instituições em prol dos direitos deste grupo no que tange a ocorrências de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conceituar o que é abuso sexual de crianças e adolescentes;

- Observar o que o Estatuto da Criança e do Adolescente orienta em relação a presença e apresentação de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual em produtos de comunicação;
- Observar os desafios específicos da cobertura televisiva sobre abuso sexual de crianças e adolescentes;
- Contabilizar as reportagens jornalísticas sobre abuso sexual de crianças e adolescentes;
- Categorizar as reportagens de acordo com o conteúdo veiculado, a partir das observações feitas do material;

1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo se justifica na medida em que trata da convergência de dois fatores importantes da dinâmica social: o grupo das crianças e adolescentes, setor social tão importante quanto qualquer outro, detentor de direitos regulamentados por lei e que merece proteção específica, à medida que ainda não pode assegurá-la por si mesmo; e a mídia televisiva, muito difundida no Brasil e ainda muito importante para a organização coletiva e difusão de informações.

Comparar o que orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente com o que é feito no mercado em coberturas sobre abuso sexual de crianças e adolescentes corresponde a verificar se os direitos das crianças e adolescentes estão sendo respeitados, de fato, pelos veículos de comunicação, em casos tão complicados do ponto de vista da fragilidade do sujeito e da exposição pública.

Conectado a isto está a efetivação da capacidade da academia em produzir conhecimento que não esteja restrito, somente, ao ambiente acadêmico - o que é muito importante - mas que também possa produzir conhecimento aplicável a situações cotidianas e de importância real para a sociedade.

As crianças e adolescentes, que demoraram tanto para serem vistos como “camada social” específica - e não como pequenos adultos - com necessidades específicas e, como consequência, como pessoas que precisavam de uma regulamentação legal distinta para assegurar seus direitos, merecem que estes sejam respeitados.

No caso específico das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, que já passam por um trauma tão grande, e diversas outras dificuldades, como o enfrentamento do problema pela família, o atendimento médico e psicológico especializado, não podem ser ainda mais fragilizadas por uma cobertura midiática irresponsável que as exponha, e às suas famílias, aumentando as dimensões traumáticas da situação.

O jornalismo se presta ao papel de informar, acrescentar conhecimento ao seu público e, nesse sentido, não pode deixar de noticiar casos como os de abuso sexual de crianças e adolescentes, que têm impacto social e raízes diversas. Ao mesmo tempo deve fazê-lo de modo a não prejudicar ainda mais as vítimas e que ofereça informações que ajudem a superar o problema, seja através de ações individuais ou discussões coletivas.

2 PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2.1 A HISTÓRICO DA PROTEÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Na História, os direitos das crianças e adolescentes, de forma específica e protetiva, foram construídos aos poucos. Somente após muitas discussões, diferentes visões sobre os grupos que deveriam ser contemplados e diferentes políticas públicas, é que se chegou à concepção das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e com necessidades específicas de proteção.

Poletto (2012), explica que no século XVII, a proteção se limitava às crianças abandonadas, situação encarada como problema social pela grande quantidade de ocorrências. Nesse período, o modelo de assistência seguia o utilizado em Portugal e no restante da Europa, no qual a Irmandade de Nossa Senhora, conhecida como Santa Casa de Misericórdia, tinha um papel muito importante. As Santas Casas tinham uma função de caridade e tratamento de saúde, mas através de uma “brecha” na Lei dos Municípios de 1828 - que deixava com as cidades a responsabilidade do cuidado com as crianças abandonadas - passaram também a fazer o atendimento a esse grupo.

O trabalho das Santas Casas, entretanto, não era de educação, apenas acolhimento e encaminhamento até, no máximo, os 7 anos, quando as crianças eram entregues às câmaras municipais, onde não tinham atendimento adequado.

Além dessas instituições, havia também o atendimento através do “sistema informal ou privado” (POLETTTO, 2012), em que as crianças eram criadas em casas de família. De acordo com Poletto (2012), quando essas crianças eram incorporadas a alguma família, porém, “poderiam representar um complemento ideal de mão de obra gratuita” (2012, n.p.). Por outro lado, a criação em uma casa de família poderia trazer mais oportunidades no que diz respeito ao casamento e a se estabelecer, segundo a autora.

A primeira mudança na “gestão das crianças” foi a obrigatoriedade do ensino para todos os meninos maiores de 7 anos, excluindo-se o critério da pobreza como impeditivo para o acesso ao sistema educacional. Apesar disso, continuavam excluídos do sistema público de ensino “meninos com moléstias contagiosas, os que não fossem vacinados, os escravos e as meninas, que sequer são citadas nas

exceções” (RIZZINI, 2000 apud POLETTTO, 2012, n.p). Os filhos de escravos só passaram a ser mencionados na legislação de 1850 e na Lei do Ventre Livre (Lei nº. 2.040), de 1871, mas ainda sem autonomia.

Com a onda da urbanização, no século XIX, além de mudanças na estrutura e na área de saúde pública, foram criados indicativos disciplinares voltados às crianças - especialmente as crianças pobres - que infringissem as regras de “higienização” (POLETTTO, 2012). “Asilos” para ensino elementar e profissionalizante das crianças em situação de rua foram instituídos pelo governo imperial, com a intenção de retirar tirá-las das ruas e, mais do que isso, do convívio social.

No final do século XIX introduz-se uma nova denominação, associando os “menores” ou a menoridade às crianças e adolescentes pobres, que viviam em situação de rua, e com envolvimento em furtos.

É no século XX que as primeiras reflexões sobre o atendimento e proteção às crianças começam a ser feitas. Em 1922, por exemplo, é realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Nele, os “asilos” criados no século anterior passam a ser considerados referências no atendimento ao “menor abandonado”, inclusive com disciplina rígida e isolamento. No ano seguinte, foi criado o primeiro Juízo de Menores do Brasil e, em 1924, o Conselho de Assistência e Proteção dos Menores foi regulamentado, com consolidação apenas em 1927.

Também em 1927 foi instituído o Código de Menores, que iniciou o atendimento às crianças e adolescentes de forma específica. Diversas resoluções deste código, hoje, são questionáveis do ponto de vista das leis específicas voltadas à infância e adolescência (pode-se citar o ECA, principalmente), como a caracterização da infância e adolescência pobre como abandonada e delinquente, o envio de “adolescentes infratores” para o internato, assim como a liberdade vigiada.

Durante a década de 30, o Estado não tinha, oficialmente, nenhuma obrigação sobre o desenvolvimento ou a proteção de crianças e adolescentes, ainda que, até 1935, encaminhasse a abrigos de triagem do Serviço Social menores de idade encontrados nas ruas. Nesses abrigos, de acordo com Poletto (2012), crianças e adolescentes eram separados por idade, e nenhum outro critério era levado em consideração nessa classificação. A família, por sua vez, era elencada pela política pública adotada como “elemento participativo no desenvolvimento da criança e do adolescente” (POLETTTO, 2012). Já a sociedade era a responsável por garantir o direito de proteção deste grupo.

Na década de 40 o Estado passou a se envolver com as questões da infância e juventude. Percebeu-se a necessidade de instituir parâmetros que definissem punições para condutas irregulares de crianças e adolescentes e, nesse sentido, foram criadas organizações de atendimento à infância e juventude. Em 1940 o Governo Federal montou o Departamento Nacional da Criança e, no ano seguinte, o Serviço de Assistência a Menores (SAM), de responsabilidade do Ministério da Justiça, mas ainda com características corretivas e repressivas, com internações, de modo semelhante ao sistema penitenciário. A nível nacional, ainda na década de 40, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC), com a intenção de oferecer programas de formação profissional para adolescentes.

Internacionalmente, em 1946, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o *United Nations Children's Fund* (UNICEF), demonstrando um interesse mundial em reconhecer a importância das questões da infância. Dois anos depois de sua criação, o UNICEF chegou ao Brasil, participando de forma decisiva de diversos movimentos importantes da história do país em relação à proteção de crianças e adolescentes. Entre eles, estão campanhas de imunização e aleitamento, movimento pelo acesso universal à educação, programas de combate ao trabalho infantil e, talvez a medida mais conhecida, a aprovação do artigo 227 da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A noção do menor como “fenômeno social” (POLETTTO, 2012) perdeu força com o início da Ditadura Militar. A partir de então a questão passou a ser vista da perspectiva da segurança nacional e, como consequência, foi criada a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, mais conhecida como Febem. A fundação trabalhava com menores de idade sujeitos à marginalização. O abandono ou a violência nas unidades não era, porém, incomum. Em 1976 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar, justamente, as denúncias de maus tratos nas unidades da Febem, o que resultou em uma revisão no Código de Menores de 1924, em 1979, com tratamento de viés mais terapêutico e/ou parcial. Manteve-se, entretanto, o enfiamento repressivo de atitudes e referências das crianças e adolescentes.

No mesmo período foi adotada a expressão “situação irregular”, que caracterizava um contexto de privação de condições, subsistência, saúde e

instrução, além de maus tratos, castigos, infração penal, entre outras situações. A expressão misturava, portanto, crianças e adolescentes em situação de violência ou negligência familiar, por exemplo, com menores de idade envolvidos em atos infracionais.

Segundo Serra (2008 *apud* Poletto, 2012),

nos diferentes códigos de Menores que vigoraram de 1927 a 1990, as crianças e jovens eram passíveis, num momento ou noutro, de serem sentenciados como “irregulares” e enviados a instituições de recolhimento, triagem, ressocialização ou guarda, a fim de que sua situação irregular cessasse. A lógica era aparentemente simples: se a família falha ou não pode cuidar e proteger seu filho menor, o Estado deve tomar para si essa função. (n.p)

Com a redemocratização, a situação da proteção à infância e adolescência começa a mudar. Na Constituição de 1988 ela se torna formalmente mais efetiva, com benefícios à família, e divisão de responsabilidades entre os pais, a sociedade e o Estado. Com a promulgação da Lei 8.069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), passa a existir uma lei específica para este grupo social.

2.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

O ECA é marco internacional no que tange à proteção de crianças e adolescentes e surgiu a partir da mobilização social que originou o Fórum Nacional de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA). O movimento recolheu mais de seis milhões de assinaturas com o objetivo de garantir um artigo que estabelecesse direitos humanos para crianças e adolescentes na Constituição. A conquista veio no artigo de número 227 da Constituição Federal de 1988 que fixa que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 227)

O ECA, portanto, normatizou o que a Constituição já dizia sobre o assunto, detalhando os direitos da população infanto-juvenil.

As principais mudanças comparativamente ao que o modelo anterior previa estão nas doutrinas e na gestão a partir das idades. No Código de Menores, a doutrina era a da “situação irregular”, na qual a Lei era voltada apenas para os abandonados, “expostos”, “carentes”, ou que tivessem envolvimento em ato infracional, e determinava ações de assistência, proteção e vigilância, no sentido de “coisa a ser protegida”. No Estatuto da Criança e do Adolescente, por outro lado, trabalha-se dentro da doutrina da Proteção Integral, voltada a todas as crianças e adolescentes, incluindo o entendimento de sujeitos de direitos e reconhecendo o grupo como “cidadãos em fase peculiar de desenvolvimento” (ANDI, 2009, p.14), e não apenas “algo” a ser protegido, num sentido de obrigatoriedade. Crianças e adolescentes passam a ter direitos de ter direitos específicos. No caso das idades, ainda, com a vigência do Código de Menores, as ações eram voltadas, igualmente, para todos entre 0 e 18 anos que fossem considerados em situação irregular. No ECA, sob outra perspectiva, o grupo é dividido em dois, em que são considerados crianças todos os que têm de 0 a 12 anos incompletos, e adolescentes os que têm de 12 anos completos a 18 anos.

O ECA, ao todo, possui 267 artigos e dois livros. O primeiro diz respeito a como a Lei deve ser entendida e qual o seu alcance. Nele, também estão descritos cinco direitos fundamentais deste grupo. O segundo livro, por sua vez, trata das normas gerais da política de enfrentamento às violações a ameaças contra crianças e adolescentes e os caminhos da política de atendimento, medidas de proteção, socioeducação e acesso à justiça.

São considerados direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes brasileiros (ANDI, 2009): **(1)** a vida e a saúde, descritos entre os artigos 7 e 14, **(2)** a liberdade, o respeito e a dignidade, detalhados entre os artigos 15 e 18, **(3)** a convivência familiar e comunitária, regidos entre os artigos 19 e 52, **(4)** a educação, cultura, esporte e lazer, nos artigos 53 a 59, e **(5)** a profissionalização e proteção no trabalho, nos artigos 60 a 69 (grifos nossos).

Além do ECA, o Brasil também criou o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Infanto-juvenil, aprovado pelo governo e organizações da sociedade civil em 2000, e que resultou do I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, na Suécia, em 1996. O Plano, que documentou as formas de combate para a violência sexual no

país, apesar de não ter orçamento específico até 2003, se tornou referência para outros países quando a segunda edição do evento foi realizada, em 2001.

Outra conquista do Plano foi a instituição do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em 18 de maio. De acordo com Vivarta (2003), a mobilização midiática para o tema aumenta nas proximidades da data, mas ainda falta aprofundamento.

2.3 ASPECTOS CONCEITUAIS DO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é confundido, muitas vezes, com a exploração sexual deste grupo. As duas situações, porém, são categorizadas de formas diferentes por seus *modus operandis* distintos.

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes são subtipos da violência sexual, que pode ocorrer em diversas maneiras. De forma geral, a violência sexual se caracteriza pela:

submissão da criança ou do adolescente, com ou sem consentimento, a atos ou jogos sexuais com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com a oferta financeira, favores ou presentes, independente do valor e natureza, podendo até ser um prato de comida. (Ministério da Justiça e Cidadania, 2016)

De acordo com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania (2016), existem seis tipos de violações classificadas como categorias de violência sexual:

- Abuso sexual é qualquer ato de natureza sexual cometido contra crianças e adolescentes que utilize de coerção, como força física ou ameaça. O abuso pode acontecer, também, entre adolescentes ou entre um adolescente e uma criança. Nessa categoria são associados, geralmente, os crimes de estupro e assédio sexual;
- Exploração sexual é um tipo de violência que presume uma relação de mercantilização. A utilização sexual da criança resulta em uma troca, seja ela financeira, de favores, ou presentes;
- Exploração sexual no turismo é a exploração de crianças e adolescentes por turistas, com a cumplicidade direta ou por omissão, de agências de

viagem, guias turísticos, bares, restaurantes, postos de gasolina, caminhoneiros ou taxistas, entre outros estabelecimentos comerciais, além da cafetinagem;

- *Sexting* consiste na troca de fotos e vídeos de nudez, eróticos ou pornográficos de si mesma (o) ou de outras pessoas através de celulares, webcams e outros aparelhos eletrônicos. No caso de as imagens envolverem crianças ou adolescentes, pode ser caracterizado o crime de pornografia infantil. Se as imagens forem de adultos, para que se caracterize violação de direitos humanos é necessário que a troca de vídeos e fotos de terceiros não tenha sido autorizada;

- *Grooming* é o assédio sexual que ocorre na Internet através de chats, aplicativos de conversa, ou SMS e que vai “do assédio inicial à exploração ou abuso sexual de crianças e adolescentes” (Ministério da Justiça e Cidadania, 2016);

- Pornografia Infantil consiste em qualquer representação, por qualquer meio ou plataforma, de crianças ou adolescentes envolvidas em atos sexuais reais ou simulados, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança ou adolescente “para fins primordialmente sexuais” (Ministério da Justiça e Cidadania, 2016).

A conceituação de Marlene Vaz (apud VIVARTA, 2003) é bastante semelhante. A socióloga distingue apenas o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas também os classifica como formas de violência sexual. Segundo ela, o abuso sexual ocorre quando um adulto submete uma criança ou adolescente “a atos ou jogos sexuais” (VAZ apud VIVARTA, 2003 p. 27), com ou sem consentimento, com o intuito de se estimular ou se satisfazer, utilizando força física, ameaça ou algum tipo de sedução, como palavras ou a oferta de presentes. Já a exploração sexual é a situação em que a criança ou o adolescente é “utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em shows eróticos, fotografias, filmes pornográficos e prostituição” (VAZ apud VIVARTA, 2003, p. 27).

Ainda sobre as diferenças entre os dois casos, a autora destaca que o abuso sexual de crianças e adolescentes geralmente ocorre, segundo as estatísticas, dentro da família ou, quando os casos são extrafamiliares, por pessoas próximas como vizinhos, parentes e, ainda, prestadores de serviço.

Vaz também ressalta a diferença de perfil de quem pratica abuso em relação à pessoa que explora sexualmente uma criança ou adolescente. No caso dos abusadores, pode-se separar em dois tipos: os circunstanciais, que tendem a

preferir meninas e mulheres; e os exclusivos, neste caso, “pedófilos que preferem crianças, bebês ou púberes de um dos sexos” (VAZ apud VIVARTA, 2003, p. 27). Os abusadores podem, também, ter algum distúrbio psíquico. Os exploradores sexuais, por sua vez, são pessoas que vendem o sexo ou a imagem das vítimas, neste caso, crianças ou adolescentes, para obter lucro financeiro. De acordo com a autora, ainda que seja difícil traçar o perfil do explorador sexual pela falta de estudos ou pesquisas sobre o assunto, pode-se dizer que ele não necessariamente é abusador, mas que, além de comerciante ilegal, pode também praticar abuso sexual – seja de forma circunstancial ou pedófila-, ou mesmo ser um sociopata.

Paula (2012) coloca, no entanto, que o termo pedofilia, muito comum quando se trata de caracterizar crimes sexuais contra crianças e adolescentes, tem sido utilizado indiscriminadamente em situações que não correspondem, necessariamente, com o sentido da palavra, o que banaliza tanto o termo em si quanto as situações associadas a ele. A palavra tem sido utilizada para designar, de forma geral, os abusos sexuais contra esse grupo. Paula destaca que nem todo pedófilo é abusador, assim como nem todo abusador é pedófilo, já que o pedófilo “não necessariamente pratica o ato de abusar sexualmente de meninos ou meninas” (PAULA, 2012). Nesse mesmo sentido, Vivarta conceitua a pedofilia como um

transtorno psicológico no qual a pessoa apresenta fantasia e excitação sexual intensa com bebês, crianças ou púberes. São considerados casos de pedofilia aqueles praticados por indivíduos a partir dos 16 anos de idade, pelo menos cinco anos mais velhos que as vítimas. (...) Nem sempre a pedofilia envolve relações sexuais diretas, com penetração. Pode se manifestar por meio de carícias, disfarçadas em gestos comuns, ou contatos mais calorosos em partes íntimas do corpo infantil. (VIVARTA, 2003, p. 51)

Vivarta também frisa que a expressão “prostituição infantil” é incorreta e deve ser retirada do vocabulário de todos e de qualquer material que se pretendam protetores das crianças e adolescentes, ou defendam seus direitos. De acordo com o autor, a prostituição é uma escolha feita por pessoas adultas que, conscientemente, “conhecem as consequências de comercializar o próprio corpo”. Nesse sentido, crianças e adolescentes, independente do sexo, são vítimas de exploração sexual.

Ao contrário do que se convencionou política e sociologicamente, na área do Direito o termo *violência sexual* não tem um significado tão amplo e não engloba o abuso sexual e a exploração. Nessa área, violência sexual diz respeito àquilo que o

Código Penal brasileiro denomina como *crimes contra a dignidade sexual* ou *crimes contra a liberdade sexual*, quando são acompanhados de alguma forma de violência (grifos nossos).

Não existe, inclusive, o crime de abuso, que o próprio ECA coloca como infração ao direito da criança e passível de afastamento do agressor da moradia, caso este e a vítima vivam na mesma casa.

O Código Penal brasileiro, na redação de 2009, prevê dois capítulos: o dos crimes contra a liberdade sexual e os crimes sexuais contra vulneráveis. No primeiro, estão previstos os crimes de estupro (art. 213), que se caracterizam por “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 1940), e que é agravado quando o ato ocorre com menor de 18 anos ou maior de 14 anos; violação sexual mediante fraude (art. 215), em que se tem conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com alguém mediante fraude ou qualquer outro artifício que dificulte ou impeça a capacidade de escolha da vítima; e assédio sexual (art. 216 - A), em que há o constrangimento de outra pessoa para obter favorecimento sexual, utilizando-se de condição hierárquica ou influência inerente ao emprego, cargo ou função. Na redação de 2009, o crime de atentado violento ao pudor, que constava anteriormente, foi abolido, e sua conduta incorporada ao crime de estupro.

No caso dos crimes sexuais contra vulneráveis estão previstos o estupro de vulnerável (art. 217 – A), que se caracteriza por ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos ou qualquer outra pessoa que, por motivos de enfermidade ou deficiência mental, não pode oferecer resistência ou discernir sobre a prática do ato; corrupção de menores (art. 218), que consiste em induzir alguém menor de 14 anos a satisfazer a libido de outra pessoa; satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218 - A), que se dá ao “praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem” (BRASIL, 1940) e, ainda, o crime de favorecimento da prostituição *[sic]* ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218 – B), em que se submete, induz ou atrai à prostituição *[sic]* ou outra forma de exploração sexual uma pessoa menor de 18 anos ou que não tenha capacidade de discernir sobre o ato ou abandoná-lo (BRASIL, 1940). Neste último crime, são passíveis de punição, igualmente, quem pratica ato sexual ou

libidinoso com um menor de 18 anos, nas condições descritas, e quem possui estabelecimento ou é responsável pela existência da exploração sexual.

No que se refere à redação do artigo 218, a inclusão da possibilidade de punir quem se utiliza dos “serviços sexuais” de vulneráveis, além de quem agencia esse tipo de situação pode ser considerado um avanço sobre o que se tinha anteriormente. Vivarta (2003), por exemplo, coloca a dificuldade de julgar os clientes do sistema de Exploração Sexual, já que, até então, não havia sequer a citação dessas pessoas.

2.4 O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM NÚMEROS

Segundo a Andi (2003) uma das dificuldades para dimensionar o problema do abuso sexual de crianças e adolescentes é a obtenção de números confiáveis. Esse crime sofre uma grande subnotificação tanto em decorrência de a revelação do crime, muitas vezes, não representar grande perigo para quem o comete, quanto pelo fato do crime ocorrer, de forma recorrente, dentro da própria família ou por pessoas muito próximas às crianças, adolescentes e seus responsáveis legais.

“Em qualquer dos casos, a comunicação do crime é sempre um desafio. Além da coragem necessária para superar a coação física ou psicológica, deve-se levar em conta que a revelação do ato pode resultar num processo inverso de acusação. Muitas vezes, a criança ou adolescente violentado passa a ser visto como responsável pelo crime ao qual é sujeitado, seja pela sociedade, seja pela família”. (ANDI, 2003, p. 45)

Desse modo, os números que tentam dar conta do tamanho do problema não podem ser encarados de forma fixa. O abuso sexual de crianças e adolescentes tende a ser muito maior do que os indicadores mostram, justamente, por conta da subnotificação. Ainda assim, os estudos apontam que uma quantidade enorme desses cidadãos continua sendo vítima de violência sexual.

Em estudo de 2003, a Andi resgata um número do Unicef em relação a este crime que reporta que cerca de um milhão de crianças e adolescentes em todo mundo são vítimas de violência sexual, anualmente.

Quase dez anos depois, uma nova pesquisa do Unicef, divulgada em 2014, mostra que aproximadamente 120 milhões de meninas no mundo (pouco mais de 1 em cada 10) já foram forçadas a praticar algum tipo de ato sexual durante suas vidas. Esse mesmo estudo revela que as maiores vítimas desse tipo de crime têm entre 10 e 19 anos.

No Brasil, a situação não é muito diferente, ou mais animadora. Utilizando dados do Disque 100, plataforma para denúncia de crimes contra crianças e adolescentes, percebemos que, em 2011, houve 10.699 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes nos 26 estados do país e no Distrito Federal. Destas, 7.985 foram de abuso sexual. Portanto, pouco mais de 7 em cada 10 registros eram de situações de abuso.

Em 2016, o número de denúncias aumentou. Foram reportadas 17.523 situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, em todo o Brasil. Denúncias de abuso sexual foram 11.650, aproximadamente 66% do total.

Os outros indicadores de violência sexual dizem respeito a casos de exploração sexual, exploração sexual no turismo, estupro, *grooming*, *sexting*, e pornografia infantil.

Informações do Governo Federal, também baseadas nos dados do Disque 100, revelam que a maioria (67,7%) das vítimas de abuso e exploração sexual são meninas. Crianças entre 0 e 11 anos são as que mais sofrem com esses crimes: 4 em cada 10 casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes têm vítimas nessa idade. A faixa etária de 12 a 14 anos representa, aproximadamente, 30% das denúncias, e a de 15 a 17 anos corresponde a pouco mais de 20% das denúncias.

3 A RELAÇÃO ENTRE O ECA E A MÍDIA

3.1 ABORDAGENS GERAIS SOBRE A MÍDIA NO ECA

No Estatuto da Criança e do Adolescente existem poucas menções específicas à mídia e aos veículos de comunicação, ou regulações e orientações ao trabalho da imprensa. Os artigos que citam atribuições da mídia são: o art. 76, que normatiza a exibição de programas adequados ao público infanto-juvenil em horários apropriados, de forma semelhante ao conteúdo do art. 254, que estipula que não sejam divulgados espetáculos em horários diferentes aos da classificação; o art. 143 e o art. 247, que determinam a proibição da divulgação de atos judiciais, policiais, administrativos, fotos, iniciais do nome, características familiares, e outras informações que digam respeito a crianças e adolescentes que tenham se envolvido com atos infracionais, ou que possibilitem a identificação ou localização delas em notícias ou reportagens sobre casos, e o art. 265 – A, que atribui à Imprensa Nacional a divulgação do conteúdo do ECA nos meios de comunicação social.

Apesar da pouca explicitação das relações entre o ECA e a mídia nos termos do próprio estatuto, organizações envolvidas com a proteção e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil esclarecem as imbricações entre a lei e a comunicação. A Andi – Comunicações e Direitos é uma dessas organizações. Criada em 1990 e formalizada em 1993, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e apartidária que busca estabelecer diálogo entre as redações, universidades, o poder público e entidades relacionadas ao desenvolvimento sustentável e promoção dos direitos humanos. A missão da Andi - Agência de Notícias dos Direitos da Infância – à época da criação – surgiu da parceria entre os jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein e diversos profissionais das áreas de educação, sociologia, empresarial e de cooperação internacional.

Inicialmente, a Andi se preocupava com a realidade de crianças e adolescentes de classes sociais menos privilegiadas envolvidas em um cenário de desestruturação social, e da imprensa, que não se ocupava deste tipo de assunto e tinha dificuldade em realizar reportagens em que crianças e adolescentes pudessem ser vistos como sujeitos de direitos, como o ECA passou a estipular. Mais tarde,

passou a funcionar como mediadora entre a imprensa e as instituições que defendiam os direitos da infância e juventude. A partir de 2011, a Andi - Agência de Notícias dos Direitos da Infância se reestruturou e passou a ser a Andi – Comunicação e Direitos, engajada nas áreas de Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Política de Comunicação.

No Paraná, a principal organização com o objetivo de funcionar como mediadora entre os direitos de crianças e adolescentes e a mídia era a Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância. Fundada em 1998, em Curitiba, a Ciranda realizava trabalhos de pesquisa e documentação sobre conteúdos relacionados a crianças e adolescentes, além de orientar jornalistas e veículos de comunicação, e organizar oficinas de educomunicação e mídias sociais. Atualmente, contudo, a Ciranda tem atuação extremamente reduzida e já não realiza esses trabalhos externos.

De toda forma, instituições como a Andi e a Ciranda, em parceria com secretarias de governos estaduais, órgãos ou secretarias especiais do Governo Federal, e entidades internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) produziram conteúdo relevante no que diz respeito às temáticas da infância e juventude, incluindo publicações voltadas, especificamente, para jornalistas, com orientações para a cobertura de temas como trabalho infantil, abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, e meninos e meninas pouco visíveis nas coberturas jornalísticas por questões étnicas ou territoriais, como indígenas e moradoras da região do semiárido brasileiro.

Para tais orientações, são utilizados artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente que não tratam, especificamente, da imprensa, mas que podem ser aplicadas a ela. Como exemplo, pode-se citar os artigos 15, 17 e 18, que tratam de alguns dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. O art. 15 trata do direito deste grupo à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em desenvolvimento e como “sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990, acesso em 21 out. 2016). O art. 17, por sua vez, trata do direito de toda a criança e adolescente ao respeito, o que consiste “na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (BRASIL, 1990, art. 17).

O art. 18 estipula que é “dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL,1990, art. 18).

O art. 71 também é utilizado para pensar em uma cobertura mais qualificada e protetiva às crianças e adolescentes, uma vez que determina que este grupo tem “direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. (BRASIL,1990, art. 71).

A discussão sobre uma mídia de maior qualidade e mais preocupada com os direitos das crianças e adolescentes passa, também, pela discussão sobre uma regulação da mídia que organize a relação entre a comunicação e a infância e juventude. Organizações como a Andi defendem a importância de marcos regulatórios neste sentido, para estimular o contato do grupo com os meios de comunicação sem perder de vista a proteção a possíveis aspectos negativos.

Apesar disso, a Andi explicita que a

discussão sobre os impactos dos meios de comunicação está presente em um vasto campo de pesquisas que, há várias décadas, se desenvolve em inúmeros países (...) Longe de configurar um espaço de consensos, a investigação na área aponta para um contexto complexo que merece ser substancialmente debatido. (ANDI, 2009, p.3)

A importância da comunicação e das mídias para a dinâmica social, entretanto, não pode ser negada.

A preocupação é proteger as crianças e adolescentes, considerado que é seu direito ter acesso à informação, à comunicação e, ao mesmo tempo, à proteção de sua identidade, imagem e, também, de tratamentos humilhantes, vexatórios, ou constrangedores, principalmente quando estes já estão em situação de vulnerabilidade, ou são foco de reportagens jornalísticas.

3.2 O QUE SE ORIENTA PARA A COBERTURA QUE ENVOLVA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Jempson e Norris (2002), em relatório referente à “Pesquisa sobre os Critérios Nacionais e Internacionais de Jornalistas que fazem reportagens sobre questões infantis”, colocam que é papel dos jornalistas incentivar o debate público

sobre os direitos humanos - incluindo os específicos de crianças e adolescentes - identificando as falhas e êxitos dessa área.

Os autores destacam o desafio na relação entre as crianças e a mídia, uma vez que é necessário conciliar os direitos da criança ao trabalho da mídia e agrupar três dos direitos principais deste grupo: o acesso à informação, proteção e participação. Eles destacam o artigo 17¹ da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, que enfatiza a natureza multidimensional do direito da criança.

A Convenção dos Direitos da Criança, de modo geral, prevê as necessidades das empresas de mídia em se manterem como negócio, e sugere a conciliação entre “um amplo espectro de interesses” (DAVID, 2002, p. 38), que incluem o respeito à lei, a disponibilidade de informações de interesse público e a sustentabilidade financeira das empresas.

David (2002) destaca, porém, que as crianças são, em geral, invisibilizadas na mídia. A situação, segundo ele, geralmente muda quando este grupo está envolvido em “acontecimento especial ou drama sensacionalista” (DAVID, 2002, p. 40). O conhecimento sobre os direitos específicos de crianças por parte de jornalistas e donos de empresas de mídia é raro, de acordo com o autor.

O que se pode perceber, também, é que em muitos dos documentos e convenções sobre direitos específicos, são contempladas apenas crianças. Adolescentes, mesmo depois da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e outros esforços mundiais para proteger os cidadãos de 0 a 17 anos, continuam sem visibilidade.

Na prática, o que se orienta por instituições ligadas aos direitos da infância e adolescência, como a Andi, é que, ao fazer uma matéria jornalística, a equipe

¹ Tal artigo estipula que

Os Estados Partes reconhecem a função importante desempenhada pelos meios de comunicação e zelarão para que a criança tenha acesso a informações e materiais procedentes de diversas fontes nacionais e internacionais, especialmente informações e materiais que visem a promover seu bem-estar social, espiritual e moral e sua saúde física e mental. Para tanto, os Estados Partes:

- a) incentivarão os meios de comunicação a difundir informações e materiais de interesse social e cultural para a criança, de acordo com o espírito do artigo 29;
- b) promoverão a cooperação internacional na produção, no intercâmbio e na divulgação dessas informações e desses materiais procedentes de diversas fontes culturais, nacionais e internacionais;
- c) incentivarão a produção e difusão de livros para crianças;
- d) incentivarão os meios de comunicação no sentido de, particularmente, considerar as necessidades lingüísticas da criança que pertença a um grupo minoritário ou que seja indígena;
- e) promoverão a elaboração de diretrizes apropriadas a fim de proteger a criança contra toda informação e material prejudiciais ao seu bem-estar, tendo em conta as disposições dos artigos 13 e 18. (BRASIL, 1990)

sempre pense na proteção às crianças e adolescentes e em todas as consequências e impactos que a divulgação do material pode gerar na vida delas.

A Andi (2009), de forma geral, aconselha que o jornalista deve sempre lembrar do direito à privacidade, sigilo e proteção em situações de ofensa ou ameaça a este grupo. Certificar-se de que não será publicada nenhuma imagem ou relato que possa prejudicar a criança ou sua família “pela exposição de sua casa, comunidade ou localização” (ANDI, 2009, p. 110) também é uma das orientações. Igualmente é fundamental explicar que as entrevistas estão sendo feitas por jornalistas, qual é a proposta da pauta e, a partir disso, obter a permissão expressa para fazer todos os registros necessários. (ANDI, 2003).

A estigmatização da criança ou adolescente em uma cobertura também é preocupação da Andi. Neste caso, a orientação é evitar descrições ou categorizações que possam causar danos futuros, como represálias, danos físicos ou psicológicos, e discriminação na comunidade, além de escolher com cuidado os cenários e trilhas sonoras, para que não ressignifiquem ou permitam a dedução sobre a criança e a história a que está associada, no caso de materiais para rádio ou televisão.

Do ponto de vista prático, a Andi (2007) recomenda que, ainda que a criança e o adolescente devam ser ouvidos em muitos casos, sua identidade deve ser preservada quando estiver em situação de vulnerabilidade – como situações de abuso sexual, trabalho infantil, por exemplo. Nesse sentido, para coberturas televisivas, a orientação é que seja utilizado o recurso de contraluz, e não as tarjas pretas nos olhos, que podem sugerir “uma leitura que incrimina a criança ou a expõe a situação humilhante” (ANDI, 2007, p. 23). A expressão “menor” ou outras que possam ser preconceituosas em relação ao gênero, condição social ou raça também não devem ser colocadas, por sugerirem uma visão pejorativa da situação ou da criança e adolescente, reforçando, muitas vezes, um sistema de discriminação ou exclusão social.

Sobre a cobertura de violência sexual contra crianças e adolescentes, especificamente, a Andi (2009) também faz sugestões. A primeira é não confundir abuso sexual com exploração sexual, uma vez que são situações bastante diferentes – a exploração sexual tem caráter financeiro, buscando lucro através do sexo com crianças e adolescentes. Nos casos de exploração sexual, deve-se diferenciar os operadores do esquema dos usuários dos “serviços”.

Nesse sentido, o uso de imagens de crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violência, como a violência sexual e, conseqüentemente, o abuso sexual, ou que estejam em situação de exploração sexual não devem ser veiculadas. O que se sugere (ANDI, 2009), caso as imagens sejam necessárias, é fazer imagens à distância, em que nenhum menor de idade possa ser identificado, que se registre as instituições de atendimento ou, mesmo, que as imagens feitas sejam de desenhos da criança ou adolescente, ou objetos de seu pertencimento. Para matérias de TV, também podem ser utilizados os recursos de angulação diferenciada e voz distorcida.

A Andi (2003) também aponta caminhos para que a cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes possa ser aprimorada do ponto de vista do conteúdo. Ela lembra que uma cobertura exaustiva sem qualidade ou profundidade nas informações pode banalizar o tema e, conseqüentemente, a situação em si.

A profundidade pode ser alcançada através de uma matéria que vá além da comunicação do fato e explore formas de prevenir as situações de abuso e exploração sexual desde grupo social, responsabilização dos agressores, qual é o serviço de atendimento às vítimas, como ele é feito e como poder ser encontrado, além de investir na discussão sobre a origem desses fenômenos. Aproveitar suítes e datas-chave – como o Carnaval, no caso da exploração sexual – são oportunidades de falar sobre o assunto fora das datas específicas para a lembrança do tema e da cobertura de casos pontuais.

Buscar, mapear, discutir e difundir as leis para o enfrentamento do abuso sexual, como a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Penal, Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente é, igualmente, uma atitude recomendada (Andi, 2013)

Procurar entender o tema, a sexualidade de crianças e adolescentes e buscar fontes especializadas para se ambientar ao assunto é essencial para uma cobertura de maior qualidade e “ajuda o jornalista a evitar a armadilha de considerar a vítima culpada pelo que sofreu” (ANDI, p. 68).

3.3 PANORAMA DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A cobertura jornalística sobre abuso sexual de crianças e adolescentes é tema de interesse de diversas áreas. O que se constata nesses estudos, apresentados a seguir, é que, em geral, a cobertura ainda é bastante rasa e restrita a casos específicos, sem que haja uma atenção frequente ao tema ou se discutam questões mais profundas, como origens culturais desse tipo de crime, o sistema penal, a existência e condições de funcionamento da rede de assistência à vítima.

Sanderson (2005 *apud* Paula, 2012), da área da psicologia, destaca que a mídia pode ajudar a superar o fatalismo diante dos crimes sexuais, sendo “influentes na orientação coletiva capaz de atingir o cerne do problema, que é a proteção da criança e prevenção dos abusos” (SANDERSON, 2005 *apud* PAULA, 2012 p. 92).

Os problemas de profundidade, no entanto, parecem permanecer no tempo, e em diversos lugares. A Andi realizou, entre 2000 e 2001, um estudo amplo sobre a cobertura do tema pela mídia em que menores de 18 anos estivessem no lugar de vítimas, agressores ou testemunhas de crimes sexuais. Foram analisadas 718 reportagens dos 49 jornais impressos de maior circulação no país à época, as quais passaram por um questionário que pretendia responder como a cobertura havia ocorrido, como ela deveria ser realizada e quais os instrumentos necessários à melhoria. Na pesquisa, as matérias recebiam uma pontuação em cada critério. A conclusão do estudo mostrou uma realidade de contrastes: enquanto os veículos eram mais dispostos a falar desse tipo de violência se comparado a outros, e houvesse mais diversidade de fontes, mais referências à legislação, mais discussões sobre causas e soluções, e menos textos com apelo sensacionalista, por outro lado, a pontuação nos quesitos profundidade e contextualização do tema ainda era baixa.

Apenas 8,3% das reportagens analisadas traziam aspectos que ajudavam a contextualizar a violência sexual contra crianças e adolescentes na pesquisa da Andi. A maioria das matérias analisadas (67,5%) era impulsionada “por acontecimentos factuais” (ANDI, 2003, p. 28), e apenas uma matéria, dentro das 718 analisadas, apontava o fator cultural como causa dos crimes sexuais.

Rosa (2006), em relato sobre a pesquisa *Conocer para intervenir: infancia, violencia y medias*, destaca que, nas matérias sobre infância e adolescência feitas

por jornais impressos brasileiros, os temas mais abordados foram pobreza e exclusão (17,7%), seguidas por educação (14,3%) e situação de rua (12,11%) do *corpus* analisado. Na TV, os temas com maior cobertura são os que tratam de curiosidades, casos médicos e eventos sobre infância (33,3%). Educação fica em segundo lugar, em 22,2% das matérias analisadas, seguida por saúde (19,6%). O tema da violência sexual é tratado de forma pulverizada.

As matérias sobre esse tema que ganharam visibilidade, segundo Rosa, foram as que tiveram vítimas fatais, celebridades ou série de ocorrências. A região, nível cultural e social das vítimas também influenciam na cobertura, de acordo com a autora. Nos resultados deste estudo, assim como em outros, foi constatado que as “causas, consequências e contextos ficaram em segundo plano” (ROSA, 2006, p. 34). Ainda segundo Rosa (2006), o

esquema narrativo apresentou dificuldades em contemplar o acontecimento em toda a sua complexidade: atendimento, tratamento e reintegração social das vítimas, políticas públicas, ações preventivas, providências implementadas ou ignoradas, causas e consequências, impactos existenciais, familiares e sociais (ROSA, 2006, p. 34)

Paula (2012), em estudo sobre a cobertura do jornal Correio Brasiliense entre janeiro e junho de 2010 (aproximadamente dez anos depois do estudo da Andi, em que o mesmo jornal ficou em terceiro lugar em qualidade de cobertura), constatou que o abuso sexual de crianças e adolescentes, nesse veículo, não ocupa um espaço importante, já que quase três em cada 10 textos sobre o tema são notas, dentre todos os gêneros possíveis. A autora lembra que a nota é um gênero cujo texto é jornalístico, com conteúdo relevante, mas mais sintético e, geralmente, o fato de que trata é menos importante ou ainda não atingiu um patamar de maior interesse.

No estudo, Paula (2012) constatou, ainda, duas matrizes discursivas gerais: a dificuldade de compreensão do tema e uma visão fatalista. No primeiro caso, segundo ela, o Correio Brasiliense se limita, em alguns momentos, a “difundir representações equivocadas sobre o tema” (PAULA, 2012, p. 138), apesar de haver uma busca por saber sobre a sexualidade. No segundo caso, por sua vez, o problema é uma perspectiva em que os abusos não poderiam ser evitados ou enfrentados, ou que não haveria o que fazer quanto à superação da violência pelas vítimas.

Paula (2012) conclui, porém, que há diversidade entre os conteúdos das matérias. Segundo ela, algumas tratam do tema de forma mais aprofundada, enquanto outras são mais superficiais. A cobertura, porém, continua a ser incentivada por acontecimentos factuais.

3.4 DESAFIOS E CONTEXTOS DA COBERTURA DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Serva (2001), no livro *Jornalismo e Desinformação*, utiliza o caso da guerra civil da ex-Iugoslávia para tratar das situações em que o jornalismo, contrariando a sua função primordial, colabora para a desinformação sobre os temas abordados nas reportagens.

O autor, que atua como jornalista, faz uma reflexão sobre alguns aspectos do processo de produção da notícia que resultam em uma falta de compreensão dos fatos por parte do público. Serva explica essa dimensão do jornalismo a partir de uma visão sistêmica, em que tanto o modelo de negócio dos jornais – inserido numa economia capitalista -, que buscam o lucro e a sustentabilidade financeira como empresas, quanto o próprio trabalho jornalístico colaboram para uma cobertura descontextualizada, a-histórica, que pula fatos, não mostra episódios “menores” dos acontecimentos e dificulta a compreensão do público sobre o problema como um todo, em suas dimensões históricas, culturais, e factuais.

Entre as características do trabalho jornalístico que contribuiriam com esse problema de compreensão estão a classificação das notícias a partir de editoriais, o julgamento de relevância delas pautado na novidade, a tentativa de tornar mais palatável e simples fatos complexos, e o grande volume de notícias produzidas nas redações e recebidas pelo leitor/espectador diariamente.

Segundo o autor, o jornalismo satisfaz a demanda de informação, mas a mantém alta para que possa continuar sendo consumida.

Em outras palavras, o jornalismo sistemática e necessariamente produz relatos sobre os fatos que os retiram de sua organicidade ou de seu lugar na sucessão dos acontecimentos. E por decorrência, o noticiário essencialmente nega ao leitor ferramentas importantes para uma eventual compreensão deles. (SERVA, 2000, p. 125)

No caso da cobertura sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, essa dificuldade de compreensão por parte do público é possível e esperada, já que,

como demonstrado nos estudos citados anteriormente, as reportagens tendem a se apoiar nos fatos, não trazendo explicações e ligações culturais, bem como deixando de lado orientações sobre o sistema de atendimento à vítima de abuso. Muitas dessas matérias, portanto, deixam de informar de maneira qualificada.

3.5 ANÁLISE DE MEMBROS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOBRE A COBERTURA DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O cenário que se constata ao conversar com representantes de diversas instituições envolvidas na proteção à infância e adolescência é de que, na verdade, o problema da cobertura sobre abuso sexual está além de questões estruturais, de linguagem telejornalística ou apenas do trabalho jornalístico. O que se observa, atualmente, é uma desmobilização entre essas instituições, o que impacta diretamente na quantidade e na qualidade da cobertura relativa a temas de infância e adolescência, de modo amplo, e de abuso sexual de crianças e adolescentes, de modo mais específico.

Para que fosse possível fazer uma observação mais abrangente e chegar a esta conclusão foram entrevistados jornalistas, membros do poder público e representantes de instituições de representação popular. As entrevistas em profundidade foram feitas com o jornalista Mauri König, repórter do jornal Gazeta do Povo por mais de 12 anos e Jornalista Amigo da Criança, título concedido pela Andi a profissionais de imprensa comprometidos com a produção de materiais de defesa dos direitos humanos e promoção dos direitos da infância e adolescência; Jussara Gouveia, conselheira tutelar da Regional do Pinheirinho, em Curitiba, e atuante na promoção dos direitos da infância e adolescência desde 1990; Olympio de Sá Sotto Maior Neto, procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, um dos coautores do Estatuto da Criança e do Adolescente e referência na área de Direitos Humanos, com especial atuação sobre os direitos da infância e adolescência; e Dirk Lopes, produtor da RPC TV à época do caso Tayná da Silva.

Nas falas de König, Jussara, Olympio e Dirk é possível perceber que a cobertura parte, geralmente, de ações e motivações pontuais de alguns repórteres interessados no assunto. Não há um contato frequente entre os representantes das instituições para agendamento e exploração de temas para matérias. As coberturas

sobre esse tema mantêm as tendências já apontadas neste trabalho e, geralmente, ocorrem após algum acontecimento específico.

Um contato mais próximo, frequente e mobilizado entre repórteres e poder público, por exemplo, poderia colaborar para que a cobertura sobre temas de infância e adolescência fosse mais regular e qualificada. Dessa forma, as matérias seriam menos motivadas por casos específicos, e a compreensão do repórter sobre as diversas facetas das questões, em uma visão mais global, seria maior, assim como a chance de a informação chegar ao público de forma mais informativa.

Essa proximidade entre jornalista e representantes da rede de proteção à infância e adolescência, vale destacar, não fere o princípio contido em diversos manuais de jornalismo de que o profissional de imprensa não deve ter amizade pessoal com a fonte sob o risco de se limitar ou deixar-se influenciar por ela (BARBEIRO; DE LIMA, 2002, p. 33). No caso específico de que estamos tratando, o contato frequente entre as partes seria apenas uma tentativa de trazer assuntos de interesse e relevância social ao conhecimento público, com a segurança de que as informações repassadas pela fonte são confiáveis, e que a atuação do jornalista, bem como a cobertura feita sobre o tema, seria responsável.

A dificuldade de mobilização entre jornalistas e representantes da rede de proteção à infância e adolescência, entretanto, é multifacetada e limitada por diversas questões. Mauri König² por exemplo, aponta a dificuldade desses representantes em identificar um jornalista que se dedique aos temas de infância e adolescência de forma prudente, a ponto de se sentir confiante para sugerir uma pauta.

(...)esses órgãos, tipo o Conselho Tutelar, o Cedeca, e tantos outros relacionados à infância e adolescência, muitos, eu imagino (...), não enxergam na imprensa, nos jornalistas, parceiros para divulgar essas informações. Talvez por um certo receio do meu uso dessas informações. (KÖNIG, 2017, p. 94-95)

Jussara Gouveia³ aponta algo parecido. Ela coloca que os Conselhos, geralmente, são procurados por veículos e jornalistas de carácter policialesco, que buscam cobrar e acusar os conselheiros tutelares de não cumprirem com as suas funções, sem questionar as dificuldades do trabalho nessas instituições. Com essas cobranças, os conselheiros, há algum tempo, segundo Jussara, preferem procurar a

² A entrevista em profundidade, na íntegra, encontra-se transcrita no Apêndice 1 deste trabalho.

³ A entrevista com Jussara se encontra transcrita, de forma integral, no Apêndice 2 desta pesquisa.

imprensa para pedir, eventualmente, um direito de resposta. Ou seja, adotam uma postura defensiva em relação à imprensa.

No geral é com essa imprensa [sensacionalista] que nós convivemos. Então hoje o Conselho está muito recuado com essa imprensa. Embora compreenda a importância, a gente está muito recuado por conta desse sensacionalismo e até terrorismo em cima dos Conselhos Tutelares. Porque é bastante difícil. (GOUVEIA, 2017, p. 114)

As dificuldades estruturais das instituições também são apontadas como um fator que dificulta os contatos e uma ação integrada. Hoje, de acordo com a conselheira tutelar consultada neste trabalho, faltam funcionários nos conselhos da cidade. Além disso, as unidades recebem uma demanda muito grande de trabalho, e muitas vezes são acionadas para atuar em situações que, a rigor, não são da alçada do Conselho Tutelar. Hoje, segundo Jussara, o Conselho também não tem assessoria jurídica nem assessoria de imprensa próprias. Eles recebem auxílio de parceiros, mas de forma pontual.

A situação é igualmente limitante dentro das redações. A própria forma como o trabalho jornalístico se configura dentro delas é apontado como um fator de dificuldade. Tanto König quanto Dirk Lopes admitem a dificuldade de fazer uma cobertura mais aprofundada por causa da rotina de trabalho dos jornalistas. Diariamente, os profissionais de imprensa recebem diversas pautas para cumprir até o fim do expediente, o que não permite que eles se dediquem a uma única cobertura, ou mais tempo a um tema, comparativamente. Kischinevsky (2009 *apud* Agnez, 2011) trata deste tema e relaciona o grande volume de trabalho ao processo de convergência midiática.

Ao receber a incumbência de cobrir um mesmo fato em texto, áudio e vídeo, um repórter se vê diante do desafio de cumprir a missão em tempo hábil, como em uma gincana, pressionado pela chefia em relação a horários de fechamento distintos (...). Muitas vezes, embora resista a admitir abertamente, o jornalista acaba deixando em segundo plano a profundidade na apuração, abrindo mão de novas entrevistas que poderiam garantir maior qualidade na informação, para não estourar (em demasia) a jornada de trabalho legal. (KISCHINEVSKY, 2009 *apud* AGNEZ, 2011, p. 79)

A manutenção de contatos frequentes e coberturas mais aprofundadas sobre temas de infância e adolescência também esbarra no incentivo dos veículos de comunicação para isso e no que eles, como empresas, entendem que é importante e bom a audiência e, conseqüentemente, para a sua rentabilidade. Essa observação se alinha ao que coloca Bourdieu (2002), quando diz que os veículos de

comunicação estão sujeitos às pressões de mercado e que utilizam, frequentemente, o argumento da audiência para justificar o que deve ou não ser noticiado⁴.

König resgata também os critérios de noticiabilidade do jornalismo para tentar explicar a pouca disposição dos veículos para coberturas relacionadas à infância e adolescência.

Se eu tivesse que dar duas razões pelas quais o tema infância e adolescência é pouquíssimo explorado na imprensa seria a falta de tempo que o repórter tem para cobrir um tema como esse, e que é decorrente da falta de interesse e de incentivo dos veículos de imprensa sobre a cobertura dessa temática. Nesses tempos de audiência a qualquer custo, dá muito mais visibilidade para um portal de notícias, um site noticioso, ou mesmo os impressos, você tratar de temas que despertam o interesse imediato das pessoas por um acidente, alguma coisa qualquer que aconteça com alguma celebridade... São os tais critérios de noticiabilidade. Em que aqueles que se supõem que vão gerar mais interesse das pessoas são os que estão predominando no noticiário. (KONIG, 2017, p.97)

No Ministério Público, o trabalho de acompanhamento e sugestão de pautas é feito pela Assessoria de Imprensa do órgão. O que significa que ele é diluído entre as outras demandas de trabalho dos profissionais do setor. O contato para sugestão de pautas, segundo Olympio, é feito de forma pontual, e principalmente sob demanda. O promotor, ele próprio, já não atua de forma intensa e direta no contato com os jornalistas. O caminho, geralmente, é o inverso, ou seja, dos veículos de comunicação social procurando o Ministério Público.

Ainda que coloque como uma prática que ocorre, Olympio admite⁵ que a procura da imprensa, por parte do Ministério Público, é episódica e pontual, e não uma ação recorrente.

Hoje em dia o Ministério Público conta com uma área específica de comunicação social, com vários profissionais que, hoje, fazem essa ligação do Ministério Público com os meios de comunicação social. E não raras vezes a gente liga para o setor de comunicação social sugerindo que se faça o contato, às vezes esclarecendo algum fato que surgiu, ou indicando pauta sobre algum assunto que é relevante. (MAIOR NETO, 2017, p. 133)

Essa forma de circular a informação cria um ciclo pouco produtivo no que diz respeito à cobertura de infância e adolescência, já que a iniciativa espontânea do Ministério Público, por exemplo, é pequena, atuando muito mais no sentido de

⁴ A perspectiva de Bourdieu sobre a televisão será melhor explanada mais à frente neste trabalho.

⁵ A entrevista com o procurador está transcrita, na íntegra, no apêndice número três desta pesquisa.

atender demandas da imprensa que, por sua vez, costuma procurar as instituições ligadas à criança e ao adolescente em situações episódicas.

Todos esses fatores dificultam um acompanhamento do que se fala na imprensa sobre infância e adolescência e o contato constante entre conselheiros e veículos de imprensa para a sugestão de pautas. Falta tempo para fazer um monitoramento, sugerir melhorias, aprofundar coberturas e torná-las menos reféns de casos específicos. O resultado é a falta de contato entre as instituições sociais, e a consequente cobertura episódica e pouco qualificada.

Outro aspecto que envolve os jornalistas é a falta de qualificação para tratar de temas de infância e adolescência. Tanto König quanto Dirk admitem que não tiveram muito incentivo de suas empregadoras para se qualificar na área.

König se tornou uma espécie de referência dentro da redação da Gazeta do Povo muito mais por seu interesse pessoal pelo tema - o que lhe rendeu o título de Jornalista Amigo da Criança - e pelo trabalho feito pela Andi de divulgação sobre direitos da infância e adolescência através da publicação de livros e visitas às redações pelo Brasil. Já Dirk não se recorda de existir alguma pessoa que pudesse dar orientações sobre o tema na redação da RPC TV, nem por interesse pessoal, nem por titulação.

Atualmente, a Andi não realiza “caravanas” como em anos anteriores, visitando redações por todo o país. Por ser uma Organização Não Governamental (ONG), a Andi depende de recursos externos, o que, com o tempo, dificultou a manutenção de algumas atividades muito colaborativas para a difusão de informações. A instituição, entretanto, continua publicando livros e manuais, e disponibilizando esses materiais gratuitamente em seu site.

Redações com treinamento para cobrir infância e adolescência, olha, eu posso estar absolutamente enganado, mas eu não conheço nenhuma redação no Brasil que promova algum tipo de aperfeiçoamento dos seus profissionais para cobrir infância e adolescência. Para cobrir política, economia, essas coisas, isso tem. Aos montes. Agora, para cobrir direitos humanos, infância e adolescência.... Espero que eu esteja enganado, mas eu não conheço. Ou se existe, não é algo que tenha alguma frequência ou que seja tão relevante. (KÖNIG, 2017, p. 102)

Dirk,⁶ entretanto, chama atenção para a dificuldade de estar preparado para todos os temas:

⁶ A entrevista com Dirk Lopes está transcrita, de forma integral, no Apêndice 4 desta pesquisa.

Especificamente sobre criança e adolescente eu lembro de um evento que eu fui a convite no Ministério Público, não por iniciativa da empresa. Agora, se você analisar que a imprensa e a tevê, que é uma grande tevê, lida com dezenas, centenas de temas, é impossível ter tudo isso. (LOPES, 2017, p. 142)

A falta de preparação específica torna as coberturas muito mais vulneráveis e suscetíveis a conflitos com o que estipula a legislação. Tanto a Constituição Federal, que já orienta que a criança ou o adolescente sejam preservados, quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para Olympio, inclusive, o desconhecimento sobre o Estatuto é uma das maiores dificuldades dos jornalistas e, também, o que origina a maior parte dos erros nas coberturas que envolvam esse grupo:

Sendo bem honesto, eu acho que falta conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente. A gente ouve, até hoje, ainda se falando em "menor", porque afinal de contas, o Estatuto fez a distinção entre a criança e o adolescente, fixando que criança é até 12 anos e adolescente é de 12 a 18. E dependendo de ser criança ou adolescente tem um regime jurídico diferenciado. Então não se pode mais falar a palavra... Até porque, "menor" ainda tem uma carga pejorativa, negativa. (MAIOR NETO, 2017, p. 134)

A preocupação tem dois sentidos principais: a forma e recursos usados na cobertura, e a “editoria”⁷ em que estas matérias são incluídas. König demonstra bem a inquietação daqueles envolvidos com a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em relação ao segundo aspecto:

(...) a cobertura é muito rara. E geralmente, quando a imprensa cobre o tema infância e adolescência, cobre sob a perspectiva... de polícia, da editoria de polícia. E muito menos, é muito mais raro, bem raro, por exemplo, matérias que tratem sobre políticas públicas para infância e adolescência. (...)E é uma abordagem bastante policialesca, mesmo, que a gente vê. (KÖNIG, 2017, p. 93)

O cuidado que se deve ter para preservar a criança ou adolescente vítima de crime, da mesma forma que o adolescente envolvido em ato infracional, também é um ponto de atenção, bem como a utilização de imagens que podem ser chocantes apenas para conquistar mais audiência e chamar mais atenção.

⁷ No jornalismo televisivo, ao contrário do jornalismo impresso ou digital, o uso de editorias - ou seja, categorias de matérias a partir do assunto a ser tratado - não é tão claro. As editorias não são claramente identificadas e a disposição das matérias não se organiza a partir delas.

Segundo Lopes, a RPC, especificamente, tinha essa preocupação. E ele, trabalhando em uma das matérias do caso Tayná, também procurou tomar cuidado. “A preocupação que eu tive como editor era não expor cenas que chocassem a população e até a família [da Tayná], e que não acrescentassem nada” (LOPES, 2017, p. 139).

Sobre o caso Tayná, especificamente, é recorrente entre os entrevistados a percepção de que a cobertura da imprensa foi precipitada ou descuidada, em algum sentido.

Do ponto de vista jornalístico, a observação é de que a imprensa, junto com a polícia e se fiando nela, acusou de antemão os quatro rapazes que a polícia dizia serem os culpados pelo possível abuso e posterior assassinato da adolescente. Ainda que o relato da polícia fosse importante, condenar os acusados mesmo antes da realização dos testes de DNA, foi se prender às fontes oficiais, levando a imprensa a errar juntamente com elas.

Olha, no caso da Tayná eu acho que o que aconteceu na cobertura da imprensa, e o que acontece, na grande maioria, na absoluta maioria dos casos (...) é estar refém de fontes. Sobretudo de fontes oficiais. (...). Acho que o caso da Tayná reproduz o que acontece na grande imprensa, que é o jornalista estar refém das fontes oficiais. Algumas vezes, talvez na maioria das vezes, dá certo. Mas outras vezes não dá certo, como foi o caso da Tayná. Se fiar em uma única fonte pode levar a erros crassos. (KÖNIG, 2017, p. 108)

A visão de Jussara Gouveia, do Conselho Tutelar, também é de que a imprensa se precipitou:

Eu acho que a imprensa prejudicou a investigação do caso. Porque foi sensacionalista, pressionou para achar o culpado, e aí eles acharam, praticamente, um culpado e até hoje não temos resolução, não foi resolvida a situação. Acho que a imprensa, não posso dizer que foi criminosa, mas posso dizer que pressionou... foi sensacionalista. (JUSSARA, 2017, p. 127)

Em relação a Olympio, promotor do Ministério Público cuja visão é mais jurídica, o que se destacou foi a violência envolvida no caso e a exposição dos primeiros acusados de forma errônea.

Eu me lembro das notícias, de informações superficiais, porque como eu disse, eu não li o inquérito, nem o processo (...). Houve violência mesmo, grave, contra eles. (...). E uma exposição que, na sequência, até por laudo realizado pela Perícia Técnica, se identificou que não tinha cabimento aquela imputação. É por isso que eu reitero a preocupação que se tem que ter com esse tipo de coisa. (MAIOR NETO, 2017, p. 138).

Considerando todo esse contexto, a saída encontrada pelos entrevistados, de forma unânime, seria tornar a cobertura mais informativa, de forma a recorrer com mais frequência à legislação. König também sugere que os jornalistas passem a enxergar a atuação sobre direitos humanos, incluindo aí a cobertura sobre temas de infância e adolescência, como uma oportunidade de crescimento profissional, destacando-se da maioria, que prefere e busca atuar em áreas como política e economia.

Na fala de Dirk Lopes, ainda que tenham sido feitas sugestões de temas de reportagens relacionadas a crianças e adolescentes em uma perspectiva muito mais relacionada à dinâmica familiar, como perda de pátrio poder, por exemplo, a sugestão continua sendo a de fazer uma cobertura mais informativa do que se tem hoje:

Hoje mesmo eu estava discutindo com colegas de trabalho. Eu acho que a imprensa precisa ser mais informativa. Eu vejo alguns programas de tevê, hoje, que simplesmente levantam bandeiras, seja lá quais forem. Tipo "olha, que feio fazer isso, bonito é fazer aquilo". Isso são bandeiras. Mas você não informa que direito aquela pessoa tem. (LOPES, 2017, p. 147)

Jussara acredita que a dedicação da imprensa para cobrir o tema, além de mudar a forma de olhar para a questão, comparativamente ao que se faz hoje, também poderiam colaborar para a cobertura:

Nós precisamos mudar o foco. Olhar de uma outra forma. (...) E temos que fazer enfrentamento, construir uma forma diferenciada, para as nossas crianças se desenvolverem. (...) nós precisamos da imprensa pautando a criança e o adolescente. Pautando porque aí os defensores de direitos também seguem. O problema é você não ter como falar, você não ter como se expressar, você não poder contar para as pessoas o que está acontecendo. (GOUVEIA, 2017, p. 123)

Já Olympio destaca o poder de pressão que uma cobertura qualificada poderia ter, auxiliando na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

Eu acho que teria que ampliar a divulgação dos direitos que estão previstos na lei. Porque são direitos que estão lá, são direitos subjetivos da população e dever do Estado em cumprir. E que as pessoas, por desconhecer a existência do direito, não exigem do Estado. O Estado não é pressionado suficientemente para responder àquela obrigação que está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. (MAIOR NETTO, 2017, p. 136)

Em uma perspectiva semelhante, König defende que ao cobrir de forma qualificada o tema de infância e adolescência, a imprensa colabora com a sociedade e com a discussão sobre a questão.

(...) a partir do momento que os jornalistas cobrem melhor um determinado tema, as pessoas conseguem ter uma melhor compreensão sobre aquele

fenômeno social, e conseguem formular as suas hipóteses, as suas reflexões, do que é preciso fazer para mudar, quem cobrar para mudar, o que fazer, enfim. E se não tem uma cobertura qualificada, ou um estímulo para cobrir determinados temas, isso sai da *agenda-setting* da imprensa e sai, desaparece da opinião pública. (KÖNIG, 2017, p. 103)

4 TELEJORNALISMO

4.1 PRODUÇÃO DA NOTÍCIA: *NEWSMAKING* E *AGENDA-SETTING*

Tanto a teoria do *newsmaking* quanto a hipótese do *Agenda-setting* são perspectivas que surgiram com a passagem, nas pesquisas sobre comunicação, dos estudos sobre os efeitos a curto prazo dos *mass media* sobre a audiência, para os “efeitos entendidos como consequências de longo prazo” (WOLF, 2006, p. 140).

Com esta mudança de perspectiva, passa-se ao entendimento de que os meios de comunicação não influenciam de forma direta os indivíduos, mas sim, que tendem a influenciar o modo como o público percebe o mundo ao redor, de forma cumulativa, através do tempo. Ou seja, passamos de um modelo que considerava uma comunicação unilateral, para um modelo que considera o processo de significação.

Neste último, de caráter bastante interdisciplinar, segundo Wolf (2006), diversos fatores são analisados, além, por exemplo, das atitudes e valores dos “receptores”. As dinâmicas internas e externas daquela comunicação, de sua relação com outros processos comunicativos, o tempo em que o efeito sobre o público opera, são fatores que podem ser levados em conta.

Atualmente:

no centro da problemática dos efeitos, coloca-se, portanto, a relação entre a ação constante dos *mass media* e o conjunto de conhecimentos acerca da realidade social, que dá forma a uma determinada cultura e que sobre ela age, dinamicamente. (WOLF, 2006, p. 143)

Dentro dessas mudanças e desse novo paradigma, a hipótese do *agenda-setting* tem lugar de destaque. Para essa hipótese, os meios de comunicação fazem uma seleção do que é importante saber naquele momento, e o público tende a excluir ou incluir assuntos na sua própria agenda de conteúdos muito em função dessa classificação feita pelos *media*. “O pressuposto fundamental do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida por empréstimo, pelos *mass media*”. (WOLF, 2006, p. 145).

Pensando na mudança de perspectiva dos estudos em comunicação, de que falamos anteriormente, na hipótese do *agenda-setting*, os meios de comunicação não determinam como, de que forma, as pessoas pensarão sobre alguma coisa, mas sim, quais são os assuntos em que elas pensarão.

Isso significa que, dentro dessa hipótese, se um assunto não está na agenda da mídia, muito provavelmente também não estará na rede de discussão das pessoas, em geral.

O procedimento principal de análise, nesta hipótese, consiste em comparar a agenda dos meios de comunicação com a agenda do público, ou seja, comparar o conjunto dos assuntos tratados pelos meios de comunicação, com o conjunto dos conhecimentos que o público tem sobre aqueles mesmos temas.

A principal preocupação, contudo, é com a falta de cuidado na análise do processo de “transmissão” da agenda de uma ponta do cabo, para a agenda da outra ponta. Utilizar o critério da frequência de tratamento do tema, como se faz em muitas pesquisas, seria insuficiente para chegar a uma análise consistente, segundo Wolf (2006). Deve-se observar, também, de que maneira este tema foi tratado, o que levaria, talvez, à necessidade de considerar os processos semióticos de compreensão.

O agenda-*setting* considera, além da passagem de temas de uma agenda para outra, a possibilidade de uma continuidade do efeito de agendamento em um nível cognitivo, a partir do momento em que os meios operam uma mediação de representação do mundo.

Esse agendamento cognitivo se daria, segundo Wolf (2006), a partir de dois níveis: o da ordem do dia dos acontecimentos, que seria a seleção dos fatos a entrarem na agenda da mídia, e o da hierarquia de importância dada aos acontecimentos que compõem a ordem do dia.

Shaw (*apud* Wolf, 1979, p. 102) esclarece, porém, que a hierarquização dos acontecimentos feita pelas pessoas só se assemelha a dos *media* se a agenda destes for avaliada por um longo período. Isso, segundo Wolf (2006), além de limitar a influência do agendamento no âmbito cognitivo, também se constitui como parte do problema metodológico da hipótese do agenda-setting.

O autor também retoma alguns estudos para tratar das diferentes capacidades de agenda dos diferentes *media*. De acordo com Wolf (2006), os estudos demonstram que a televisão tem um poder de agendamento menor, comparativamente, a outros tipos de *media*. No entanto, talvez devamos dizer que os efeitos de agenda da TV sejam apenas diferentes, não necessariamente menores.

O argumento de Wolf seria baseado no fato de que a produção televisiva disponibilizaria informações fragmentárias, o que impossibilitaria criar um panorama cognitivo adequado sobre os temas, “ao passo que a informação escrita possui ainda a capacidade de assinalar a diferente importância dos problemas apresentados” (WOLF, 2006, p. 148). O próprio autor coloca, porém, que embora a televisão seja incapaz de fornecer quadros precisos e específicos para o público, ela pode fornecer noções mais gerais e específicas, o que também é uma forma de agendamento em nível cognitivo. Ainda de acordo com ele, o fato de apresentar os acontecimentos ao público de forma visual e ter capacidade de fazê-lo ao vivo contribui para uma maior capacidade de obter efeitos de agendamento.

Neste sentido, portanto, o efeito possível de ser conseguido pela televisão seria diferente daquele conseguido por veículos de informação escrita.

No que concerne a temas específicos, existe uma “categoria específica” de agenda-setting: a tematização.

A tematização é um procedimento informativo que se insere na hipótese do agenda-setting, dela representando uma modalidade particular: tematizar um problema significa, de facto, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe o relevo adequado, salientar sua centralidade, e seu significado em relação ao fluxo de informação não-tematizada (WOLF, 2006, p. 163)

Este seria o caso de uma análise do efeito de agendamento da cobertura sobre abuso sexual de crianças e adolescentes, por exemplo. A partir do momento em que a mídia se debruçasse sobre este tema, seria possível observar seu possível efeito de agenda-setting.

Seria também uma forma de demonstrar sua importância do ponto de vista social. Como coloca Wolf (2006), a partir do momento que se tematiza um assunto, salienta-se sua centralidade. Ainda que a televisão, na perspectiva do autor, não seja capaz de demonstrar os “níveis de importância” dos assuntos, ao tratar do abuso sexual de forma tematizada, seria possível obter efeitos de agendamento cognitivo, mostrando ao público que este tema é importante, já que apareceria de forma tão dedicada no telejornal.

Wolf (2006) destaca as condições para que um assunto seja tematizado: além de ter importância diferenciada já determinada, deve reunir uma série de acontecimentos por um período estável sob uma “rubrica *ad hoc* (específica, temporal e espacialmente delimitada)” (WOLF, 2006, p. 163) e fazer com que esses

acontecimentos se convertam em denúncia de um problema que tenha relevância político-social e deva ser discutido ou solucionado.

O autor destaca, ainda, que principalmente no caso das tematizações, a pesquisa sobre agendamento deve considerar, também, as condições que possibilitaram que os acontecimentos se transformassem em notícias e em temas. Isso nos liga, de forma imediata, ao conceito de *newsmaking*.

O *newsmaking* é, justamente, a abordagem que se ocupa com a forma de retratação dos fatos nos veículos de comunicação e como estes se relacionam com as rotinas de produção jornalística. Em outras palavras, o *newsmaking* é a abordagem que se ocupa em entender como as notícias se transformam em notícias e quais são os critérios e influências que tornam esse processo possível.

Segundo Wolf (2006) o *newsmaking* se relaciona com dois processos principais: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e de produção deles. O primeiro estaria relacionado a todas as convenções dos jornalistas sobre seu trabalho, a função dos veículos de comunicação, concepções de notícia, portanto, sua ideologia, que naturalizariam suas práticas profissionais diárias. Já o segundo diz respeito a todas as restrições e possibilidades do trabalho jornalístico que acabam por determinar a escolha das fontes, o que será definido como notícia e como esta será noticiada, entre outras etapas da produção da reportagem. “Estabelece-se, assim, um conjunto de critérios, de relevância que definem a *noticiabilidade (newsworthiness)* em cada acontecimento, isto é, a sua ‘aptidão’ para ser transformado em notícia” (WOLF, 2006, p. 189) [grifo do autor]

A partir da definição do que é notícia, segundo Tuchman (1977), os veículos de comunicação teriam três obrigações:

1. devem tornar possível o reconhecimento de um facto desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável.
2. devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada facto ocorrido a um tratamento idiossincrásico;
3. devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada. Estas obrigações estão relacionadas entre si. (TUCHMAN, *apud* WOLF, 1977, p. 45)

Wolf (2006) destaca que não se trata de acusar os jornalistas, ao falar sobre noticiabilidade, de manipulação ou incompetência, mas sim de explicar certas características dos produtos jornalísticos.

No jornalismo televisivo em especial, mas não de forma exclusiva, o que ocorre é uma fragmentação do relato social em diversos “acontecimentos-notícia” (WOLF, 2006, p. 192) que não se relacionam nem se explicam entre si, com pouco aprofundamento e que focam, em primeiro lugar, nas informações constitutivas do *lide*⁸.

O autor destaca a rigidez do tempo disponível para as matérias televisivas como uma das razões para o pouco aprofundamento, já que, segundo ele, em dois ou três minutos não é possível contextualizar os fatos histórica ou geograficamente. Fatores como este, e outros, típicos da rotina de produção jornalística, permitem fazer uma cobertura informativa – restritamente no sentido de que informa algo – mas com pouca profundidade, o que prejudica o entendimento completo ou de aspectos importantes dos fatos. Neste sentido, a noticiabilidade operaria uma distorção involuntária na cobertura televisiva.

Distorção, fragmentação, dificuldade de argumentar e tratar, de uma forma aprofundada e coerente, os temas apresentados, são, pois, características imputáveis, por um lado, à maneira como se desenrola a produção televisiva e, por outro, aos valores e à cultura profissional que os jornalistas interiorizam e põem em prática (WOLF, 2006, p. 195)

Um dos componentes da noticiabilidade, que colabora para a seleção dos fatos a serem transformados em notícia, são os valores-notícia. Estes ajudam a responder quais são os fatos interessantes, significativos e relevantes o bastante para passarem por este procedimento. Ainda que seja feita, nos estudos, uma listagem deles, todos operam de forma complementar e nas diversas fases da produção do material jornalístico, não apenas na seleção dos fatos, guiando o que deve ser destacado durante as matérias, qual é melhor forma de apresentá-los ao público, entre outros procedimentos.

Os valores/notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redactoriais (GOLDING; ELLIOT *apud* WOLF, 1979, p. 144).

Wolf destaca três aspectos relevantes sobre os valores-notícia: eles operam de forma difusa até que se transformam em critérios de realce apreendidos de forma implícita pelos leitores/consumidores; são critérios que permitem uma seleção

⁸ *Lide* é composto por cinco perguntas básicas, consideradas as principais informações dentro de um material jornalístico: quem, como, quando, onde e por quê? Geralmente, o *lide* é o primeiro parágrafo da matéria escrita, e o que vem antes nas matérias de rádio e televisão.

rápida, precisa e segura, por parte dos jornalistas, sobre o que é importante de noticiar, de forma que estes não fiquem em dúvida quanto à assertividade de suas escolhas; são critérios que mudam com o tempo, ainda que haja bastante consenso dentro cultura profissional. De acordo com os temas socialmente relevantes em certo período, os valores-notícia podem mudar.

O autor coloca, ainda, que estes critérios de relevância estão ligados e derivariam de algumas considerações anteriores:

- a. às características substantivas das notícias; ao seu conteúdo;
- b. à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao *produto* informativo;
- c. ao público;
- d. à concorrência.

A primeira categoria de considerações diz respeito ao acontecimento a transformar em notícia; a segunda, diz respeito ao conjunto dos processos de produção e realização; a terceira, diz respeito à imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários e a última diz respeito às relações entre os *mass media* existentes no mercado informativo. (WOLF, 2006, p. 200)

4.2 ESPECIFICIDADES DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NA TELEVISÃO

A produção telejornalística passa por diversas mediações, desde fatores pessoais, como as convicções de pauteiros⁹, repórteres, editores, até questões tecnológicas e de rotina de produção. Esse “conjunto de regras, rotinas, e procedimentos institucionalizados (...) estruturam uma forma particular de produção de conhecimento, o conhecimento social da realidade via tela de televisão” (COUTINHO, 2009, p. 108), por isso consideramos relevante destacar alguns aspectos técnicos e da rotina de produção das notícias no jornalismo televisivo.

Comparativamente aos outros veículos de comunicação tradicionais, como jornais impressos e de rádio, a principal especificidade da televisão está na necessidade da imagem. Barbeiro e de Lima (2002) colocam que ainda que a TV e o rádio coincidam na instantaneidade e na estrutura do texto, mais curto e coloquial, o jornalista tem que ter em mente que a imagem age de forma conjunta à palavra.

Na TV, assim como no rádio, o texto de deve ser coloquial e o jornalista precisa ter em mente que está contando uma história para alguém, mas existe uma diferença fundamental: o casamento da palavra com a imagem. É a sensibilidade do jornalista que vai fazer essa “união” atingir o objetivo de levar ao ar uma informação que seja fácil de ser compreendida pelo telespectador. (BARBEIRO; DE LIMA, 2002, p. 95)

⁹ Profissional responsável por sugerir, produzir e acompanhar as pautas para o veículo.

Por ser elemento de extrema importância, a imagem tende a prevalecer sobre o texto jornalístico na TV. No Manual de Telejornalismo, de Barbeiro e de Lima (2002), a orientação, inclusive, é que a imagem prevaleça sobre o texto em situações de conflito entre eles. “A regra é: imagem e palavra andam juntas. O conflito entre elas deve ser evitado, uma vez que distrai o público; mas se ainda assim ocorrer, prevalece o poder da imagem” (BARBEIRO; DE LIMA, 2002, p. 68).

Segundo os autores, o telejornalismo apresenta as notícias em forma de petiscos. A imagem é o chamariz para a audiência e transforma a TV no “arauto” da notícia, mas em muitos – talvez a maioria – dos casos, não consegue dar conta da complexidade dos fatos no tempo médio das reportagens.

O trabalho de TV, ao contrário do que pode parecer, não é improvisado. Pode-se imaginar que o repórter e o cinegrafista saem para a rua em busca de matérias, e as produzem conforme elas aparecem, porém há etapas anteriores às entrevistas e à matéria. Os assuntos a serem tratados no telejornal geralmente são escolhidos em reuniões de pauta com a equipe, ou são dados pelos pauteiros. Com os assuntos escolhidos, o pauteiro ou produtor é o responsável por estruturar a pauta, entrando em contato com fontes e indicando caminhos para o repórter chegar ao melhor resultado possível para a cobertura do assunto. Ou seja, em muitos casos, o repórter já tem a pauta pronta, com fontes previamente contatadas, e não precisa fazer complementações nesse sentido. Ele segue o roteiro previamente pensado durante a reunião de pauta.

Ao sair para a rua, o repórter deve preparar as perguntas que quer fazer às fontes e que julgar pertinentes ao assunto da reportagem, e pensar em um cenário (local) adequado para a gravação das entrevistas – em parceria com o cinegrafista. Com a entrevista feita, é trabalho do repórter planejar os *off's* (áudios do repórter durante os quais são colocadas imagens) e gravá-los depois disso. Também deve entregar um relatório para a chefia de reportagem e editor (BARBEIRO; DE LIMA, 2002) com apontamentos sobre a continuidade da pauta.

Algumas orientações sobre o processo de produção e o gerenciamento de informações nas reportagens de TV parecem bastante contraditórias e difíceis de atender. Ao mesmo tempo em que o “repórter precisa ter o máximo de informação sobre o assunto que cobriu” (BARBEIRO; DE LIMA, 2002, p. 70) as perguntas devem ser curtas, claras, diretas e encadeadas, a linguagem adequada ao tipo de público e o conteúdo simples. Ou seja, o repórter deve ter muita informação sobre o

assunto, mas não pode passar esse assunto na íntegra e de forma complexa para o público.

Em um contexto ético, uma das principais orientações é de que, assim como no jornalismo impresso e online, no jornalismo de TV deve-se ouvir “os dois ou mais lados” da questão tratada, ou seja, ouvir todas as partes envolvidas ou interessadas no assunto da matéria.

Não ter amizade próxima às fontes também é uma das orientações (BARBEIRO; DE LIMA, 2002). O entendimento é de que ter amizade com as fontes compromete o trabalho jornalístico, e pode viciar o repórter em um acesso fácil, mas com uma única opinião.

Estruturalmente, dentro dos telejornais os conteúdos são organizados em blocos, que têm diferentes durações dependendo do veículo. Entre os blocos é possível inserir publicidade e “preparar o telespectador para as atrações que são anunciadas” (BARBEIRO; DE LIMA, 2002, p. 92) através de ganchos.

Sobre isso, Coutinho (2009) coloca que o lugar de exibição da matéria dentro da estrutura do telejornal é importante para entender sua importância como assunto. Ela resgata uma fala de William Bonner, editor do Jornal Nacional, em um estudo anterior, em que ele fala sobre a razão de colocar alguns assuntos no último bloco.

[...] coisas mais difíceis, joga lá no último bloco. Por que no último bloco? Porque no último bloco eu tenho um público que é do Jornal Nacional, não importa o que eu fizer ele vai ver o Jornal Nacional porque ele gosta no Jornal Nacional ou porque pelo menos ele se sente na necessidade de ver. E eu tenho um público que não é do JN, é um público noveleiro, que está se lixando pro Jornal Nacional, mas como está quase na hora da novela, que ele não sabe exatamente a que horas que vai começar, ele liga lá. E aí, coitado, ele é obrigado a ver mesmo o que ele não quer, uma coisa importante e chata, mas ele viu. Eu fiz isso com alguns assuntos importantes e chatos. E aí com isso eu mato dois: primeiro eu mantenho a audiência em alta, porque eu não coloquei em risco minha audiência; segundo eu fiz com que mais pessoas vissem uma coisa importante, que será importante para elas [...] (BONNER, *apud* COUTINHO, 2003, p. 182)

Essas escolhas de local na estrutura, segundo Coutinho, representam valores muitas vezes compartilhados pela audiência, ou seja, ela sabe que um assunto é importante se ele está mais para o final do telejornal.

Outro aspecto bastante importante e significativo para compreender a produção de TV é a questão do tempo. Dentro da prática jornalística, a orientação é que sejam gravadas apenas as imagens suficientes para compor a reportagem, caso contrário, a equipe responsável pela edição perderá tempo. As matérias também

devem ser curtas. As sonoras – trechos das entrevistas gravadas que vão para a reportagem – também devem ser curtas. “Nos telejornais as sonoras costumam ser de no máximo 20 segundos, quando não menos” (BARBEIRO, DE LIMA, 2002, p. 67).

O tempo e seu controle são situados por Coutinho (2009) como algo central dentro das narrativas jornalísticas na televisão. Para atuar no telejornalismo, o profissional de imprensa deve ter domínio sobre o tempo e “correr contra ele” nas diversas etapas de produção do material jornalístico: pauta, produção da reportagem, gravação das imagens, edição e, posteriormente, deve conseguir adequar a exibição do material pronto no tempo disponível para o telejornal, dentro da grade da emissora.

A autora coloca que as características temporais do telejornal, no que diz respeito aos seus elementos – duração total, duração dos blocos – criam uma temporalidade própria de narração do mundo e os telespectadores também apreendem isso. Essa temporalidade própria está ligada ao ritmo dos próprios meios que são, quase como padrão, acelerados, com matérias curtas.

O telejornal, de acordo com Coutinho, tem ainda outra particularidade, em sua relação com o público. A imagem, da qual a reportagem de televisão é intrinsecamente formada, dá um caráter persuasivo a este meio, já que a TV visa convencer o público das suas verdades utilizando dessa imagem, portadora “de uma credibilidade quase religiosa” (COUTINHO, 2009, p. 119), e do recurso de uma voz conhecida e familiar - a do âncora¹⁰, por exemplo.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOCIOLÓGICAS DA TELEVISÃO E DO TELEJORNALISMO

Bourdieu situa o campo jornalístico em um lugar de sujeição às exigências de mercado e de influência sobre diferentes campos de produção cultural, como o jurídico, político, econômico e o científico, por exemplo. A partir disso, ele examina como a restrição estrutural do campo jornalístico, e as pressões exercidas sobre ele modificam os outros campos, e com qual profundidade.

¹⁰ Apresentador do telejornal, que lê as notícias praticamente todos os dias e que, muitas vezes, se torna referência e parte integrante do telejornal que apresenta, na visão do público.

O autor destaca dois aspectos que permeiam o campo jornalístico e impactam o trabalho dos profissionais da área: a constante aprovação pela clientela e pelo índice de audiência, e a maior propensão ao conservadorismo e ao “critério do índice de audiência” dos produtos e produtores mais antigos e estabelecidos. O critério do índice de audiência, neste caso, seria pensar e selecionar os temas a partir do que causa impacto positivo nos números de audiência. A necessidade de agradar os clientes e manter esse indicador sempre alto, bem como a tendência de produtores com maior tradição em um veículo de respeitar a audiência ao pensar em suas produções são desafios para a cobertura jornalística. Jornalistas mais jovens, segundo o autor, costumam ser mais propositivos e desafiadores, nesse sentido.

Para entender o que entra na programação de um telejornal, segundo o autor, (Bourdieu usa do exemplo dos canais TF1 e Arte) é preciso entender as “relações de força objetivas” (BOURDIEU, 1997, p. 56) que se dão dentro do campo jornalístico - inserido num contexto de concorrência entre canais - e que incluem fatores muitas vezes não percebidos, como as fatias de mercado a se conquistar, os anunciantes, e a importância de um quadro de jornalistas prestigiados. No caso das possibilidades dos jornalistas, como profissionais, também deve-se levar em conta fatores como a posição que ele ocupa dentro do veículo em que atua e a posição do veículo dentro da dinâmica do campo.

O que o autor quer dizer é que o tensionamento e a possibilidade de negociação para a inserção de um tema dentro de um jornal depende muito da importância e influência do jornalista que propõe a pauta dentro do veículo, e também deste último dentro do amplo contexto dos jornais.

Outro aspecto determinante para a inclusão (ou não inclusão) de um tema dentro de um jornal ou telejornal, segundo Bourdieu, é parte do que ele chama de “ação simbólica da televisão, no campo das informações” (BOURDIEU, 1997, p. 23). Na tentativa de atrair a atenção de um vasto e diverso público, foca-se nos “fatos-ônibus”¹¹ (BOURDIEU, 1997, p. 23), que podem interessar a todos e que, ao mesmo tempo, não causam tensão ou divisões, mantendo-se, entretanto, num nível raso de discussão. É a partir da percepção que o público tem – no sentido do que elas podem considerar leve ou desagregador -, portanto, que se faz a seleção do leque

¹¹ Acontecimentos ou assuntos que interessam a todos, que não chocam o público, não envolvem disputa ou causam discussão, não são desconfortáveis, formam consenso, e que não tocam em nada muito importante. (BOURDIEU, 1997). Pautas como a previsão do tempo, por exemplo, podem ser encarados como fatos ônibus.

de temas, criando “esse produto muito estranho que é o ‘jornal televisivo’, que convém a todo mundo, que confirma coisas já conhecidas, e sobretudo que deixa intactas as estruturas mentais” (BOURDIEU, 1997, p. 64).

O autor também considera as relações entre o jornalismo e o campo científico, destacando como isso transforma o conteúdo das matérias jornalísticas e as relações dentro da própria ciência.

Ainda que o autor critique, sobremaneira, a influência da televisão no campo científico, no sentido de considerar que o reconhecimento pela mídia é menos importante que o reconhecimento pelos pares do campo que ele chama de “ciência pura”, e que algumas de suas afirmações possam parecer elitistas, ele faz algumas contribuições interessantes nesse sentido.

Ele afirma, por exemplo, que a ainda que a televisão nivele “por baixo” (BOURDIEU, 1997, p. 94) os intelectuais, consagrando aqueles que, não necessariamente, já atingiram tal status entre os membros do campo, não se deve deixar de levar o conhecimento científico às pessoas. Bourdieu propõe que se tencione o campo de produção do conhecimento e que os produtores lutem para difundir com qualidade a informação passada aos receptores.

Segundo o autor “deve-se lutar contra o índice de audiência em nome da democracia” (BOURDIEU, 1997, p. 96). Trabalhar pelo índice de audiência, de acordo com ele, transfere as pressões de mercado para o consumidor que se julga livre e esclarecido.

Além da questão da concorrência, o autor também recorre às expectativas do público, consideradas pelos jornalistas, e a falta de tempo, interesse e informações destes últimos para explicar a falta de profundidade e reflexão nos materiais produzidos, além da pouca contextualização.

Bourdieu considera, ainda, o aspecto “marqueteiro” das autoridades políticas e governamentais ao serem consultadas por jornalistas. Em muitos casos, ao invés de falar sobre programas que possam ser úteis, mas não imediatamente visíveis, eles recorrem a ações políticas e governamentais de curto prazo que possam servir de anúncio e dar visibilidade para a gestão ou pessoa.

A consequência dessas questões estruturais, segundo Bourdieu, é uma uniformidade nos materiais produzidos, ao invés da diversificação deles entre as emissoras e veículos de comunicação. É a estrutura formada pelos mecanismos

citados anteriormente que, conforme o autor, determina a intensidade e forma de influência do campo jornalístico sobre os outros.

No caso da cobertura sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, inferências ao pensamento de Bourdieu também são possíveis. Ao falar sobre os fatos-ônibus, por exemplo, ele destaca que estes não podem ser desconfortáveis. A cobertura de casos de abuso sexual, principalmente infanto-juvenil, ainda que importantes do ponto de vista da cidadania, são desconfortáveis, à medida que tratam de um problema social. Pela perspectiva de Bourdieu dos fatos-ônibus, essa temática pode não ser abordada nos telejornais já que é “desagregadora”, causa desconforto e, nesse sentido, pode não ser interessante para o índice de audiência que permeia e, muitas vezes, determina as pautas.

O cruzamento entre o aspecto da uniformidade e a cobertura dos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes é igualmente possível. Nos estudos apresentados anteriormente neste trabalho, observou-se uma cobertura, em geral, muito pouco aprofundada e motivada, principalmente, por episódios específicos. Comportamento este comum entre os diversos veículos. A abordagem de Bourdieu pode nos dar algumas explicações. Por “sofrerem do mesmo mal”, ou seja, serem constantemente pressionados pelas mesmas questões, como o índice de audiência, a urgência para produção e a procura pelas mesmas fontes e a concorrência entre canais de televisão (BOURDIEU, 1997) acaba-se criando um modelo muito parecido de cobertura.

A conjunção de todos esses fatores culmina em uma espécie de paralisação social, segundo o autor.

Assim, é bem a lógica do campo jornalístico que, sobretudo através da forma particular de que aí se reveste a concorrência e através das rotinas e dos hábitos de pensamento que ele impõe sem discussão, produz uma representação do mundo prenhe de uma filosofia da história como sucessão absurda de desastres sobre os quais não se compreende nada e sobre os quais não se pode nada. (BOURDIEU, 1997, p. 141)

A abordagem de Bourdieu sobre os mecanismos de funcionamento da televisão entra em concordância com alguns dos aspectos descritos por Muniz Sodré (1987). Um deles é o de que a televisão prescreve muito mais do que outros veículos de comunicação (como jornais impressos e rádios) o que vai ser noticiado.

Outro ponto em comum entre os dois autores é a admissão do complexo sistema no qual a televisão se insere. Sodré situa este veículo de comunicação dentro de uma trama social que se articula com todas as instâncias sociais de uma

economia de mercado. Para o autor, a televisão está inserida em uma rede complexa formada em parceria com indústrias diversas e independentes e, ao mesmo tempo, dentro de uma rede de significações, de produção de sentido. Ele, inclusive, usa a expressão “sistema de televisão” para demonstrar que se trata de um conjunto de elementos articulados com uma maneira específica de produzir relações sociais, dentro dos limites do sistema econômico vigente.

Portanto, segundo o autor:

a análise dos diversos aspectos do fenômeno televisivo tem mostrado que a televisão (o sistema de *broadcast* e suas extensões industriais) não pode ser pensada como um mero esquema técnico de transmissão de imagens, mas como a ponta de um sistema complexo. (SODRÉ, 1987, p. 9)

O autor defende que a televisão, além de não ter sido criada a partir de uma necessidade de comunicação do homem, como ocorreu com o jornal impresso e o rádio, mas sim pelas possibilidades tecnológicas, este é um meio monopolista, já que, pelo próprio funcionamento de sua estrutura, impede a resposta do espectador e, portanto, a conversa de que é formada a comunicação.

A obra Monopólio da Fala, de Muniz Sodré, foi escrita em 1977, período em que a TV interativa e internet ainda não eram realidades práticas, apesar disso, o público sempre teve formas de se expressar. Talvez não instantaneamente, mas teve. A rejeição ao conteúdo, por exemplo, é uma delas.

O objetivo de “evitar” a fala do outro, ainda que não intencionalmente manipuladora, de acordo com o autor, é não permitir que nenhuma expressão se dê fora do sistema da economia de mercado.

Para resumir, diremos que o sistema televisivo elimina:

1. A *gratuidade* do diálogo, isto é, da linguagem descomprometida com a finalidade produtiva.
2. A *liberdade* de se falar o que quiser e no momento desejado.
3. A *pluralidade* das situações sociais, implicada na diferenciação cultural e no curso livre do Desejo.
4. A *sociabilidade*, que incrementa as relações extrafamiliares, rompe a imobilização das pessoas nos apartamentos e aponta para o espaço das ruas. (SODRÉ, 1977, p. 52)

Assim como defende de forma geral em sua teoria, Muniz Sodré coloca que a linguagem da televisão – aqui entendida além da “língua” como idioma – está relacionada ao contexto social em que está inserida, portanto, de uma economia de mercado, em que o *marketing* ou a estratégia geral de consumo é quem orienta a linguagem a ser empregada.

A linguagem da televisão, afinada com o projeto monopolístico de hegemonia ideológica, pode ser entendido como uma articulação de três processos fundamentais;

1. Processo de individualização familiarizada.
2. Processo de repetição analógica do real.
3. Processo de repetição do *já existente* e elaboração em espelho da fantasia (SODRÉ, 1977, p. 56)

Sodré se opõe à perspectiva de Sérgio Micelino (1972), apresentada em um estudo sobre o programa de Hebe Camargo, no que diz respeito à ideologia por entender que, antes de se preocupar com a imposição dela, sendo assim, um instrumento de imposição de cultura, a TV está preocupada em conquistar audiência e hegemonia nos anúncios publicitários. A partir desse momento, ela torna possível construir sua própria audiência de base como entender melhor, segundo Sodré.

A dimensão social e simbólica da TV, destacada por Sodré, também é bastante importante para compreender a importância desse veículo. O autor coloca que a imagem altera a estrutura psíquica e as formas de percepção dos indivíduos, não sendo apenas um meio de informação, mas, também, “um traço profundo da ‘ética social imediata’” (SODRÉ, 1987, p. 8) da sociedade contemporânea, chamada de pós-moderna, à medida que há uma redução do real à informação por imagem. A “forma-televisão” de Sodré, composta pelas grandes empresas e a tecnologia informacional, produziria uma forma de sociabilização compatível com o da economia de mercado.

O autor, inclusive, se utiliza do resgate de mitos gregos e da história do pensamento para mostrar como o olho tem importância para a organização social, ainda que de formas diferentes nos diversos períodos. No caso dos mitos gregos, por exemplo, a proibição de Psiqué de olhar para Eros; no caso da filosofia moderna, o dispositivo panóptico de Bentham.

A importância da comunicação de forma geral, portanto, se dá nesse sentido de “controle social”. Sodré descreve as diversas crises do sistema econômico e suas respectivas ferramentas de fazer valer este controle. Na contemporaneidade, com o enfraquecimento da antiga esfera pública burguesa, surge uma esfera pública que se adequa à mentalidade do sujeito-consumidor e sua privacidade.

Com essa mudança, e a possibilidade de integrar as diversas camadas sociais através do que Sodré chama de “cultura objetivada” (SODRÉ, 1987, p. 31), a comunicação passa a ter o papel de organizar a sociedade através de produtos culturais dos *mass media*, aí incluídos filmes e jornais, por exemplo, com referências

de entretenimento e da cultura burguesa clássica. São instrumentos mediadores, mas de forma não-explicita. Assim, “os *mass media* são dissimuladamente político-pedagógicos. Neles, política e pedagogia disfarçam-se sob uma roupagem estética” (SODRÉ, 1987, p. 32).

Sodré utiliza a analogia do espelho para explicar que a televisão atua como meio para que o indivíduo se identifique a modelos da sociedade tecnoburocrática e se sinta representado nela. Também recorre ao mito de Narciso para defender que a televisão cria uma temporalidade diferente da “real”.

A imagem de Narciso no espelho seria um simulacro – uma imagem artificial produzida a partir de um modelo, mas que não abre espaço para interpretação, como a obra de arte, por exemplo – uma duplicação do real. Em certo momento, porém, a imagem no espelho pode alterar ou deformar essa realidade, na medida em que não se refere mais a um modelo externo e, sim, passa a ter um fim em si mesma.

O autor destaca que o conceito de telerrealidade – ou seja, a produção de um tempo e espaço completamente diferentes, permitida pela tecnologia empregada na televisão – não trata de rivalizar a relação entre os meios de comunicação e a sociedade, colocando os primeiros como o polo manipulativo, e a segunda como lugar do acontecimento histórico de fato. Trata-se de avaliar as relações e possibilidades das empresas e organizações de comunicação e até que ponto as diversas instituições sociais permitem aos produtos da comunicação moderna.

A televisão, segundo Sodré, duplicaria “o império dos simulacros modernos” (SODRÉ, 1987, p. 35), já que usa das técnicas de reprodução e, também, do *ethos* de organização da vida social moderna. Graças aos elétrons, que permitem a imagem e fixam os espectadores em frente à TV, e à eletrônica, de forma geral, que a telerrealidade se torna possível.

O autor recorre de análises de coberturas reais para demonstrar como a mídia opera a telerrealização do mundo. Ainda que o fato tenha ocorrido, ele se constrói pelo discurso que se faz dele. A reconstrução do acontecimento dos *media* e os diversos fatores que estão imbricados na produção das notícias, como a distância entre conhecimentos técnicos e senso comum, constroem uma barreira que torna impossível saber o que de fato aconteceu. Há uma duplicação do fato e, portanto, uma telerrealização.

Refletindo sobre as consequências e origens da “tele-visão” (a visão e interpretações intermediadas pela televisão e suas representações), Sodré acaba por situar a cultura – onde está compreendida a comunicação e seus sistemas – e a sociedade em um lugar servente ao controle, de forma reflexiva às relações de mercado, sendo “legitimadoras da produção capitalista” (SODRÉ, 1987, p. 45). Os media, aí incluída a televisão, estaria profunda e inevitavelmente envolvida e, de certa forma, subjugada ao poder econômico.

O poder da telerrealidade estaria, portanto, no tipo de sociedade que a ela constrói, onde a existência no meio, por si só, justifica a circulação das informações, sua velocidade e circularidade. Da mesma forma que acontece com o capital, a circulação do produto ou ideia se dá com a única finalidade de realizar fatalmente o próprio círculo. Como parte

do sistema organizador, a televisão é o espelho no qual, narcisicamente, a ordem tecnocapitalista se reflete e indica as suas grandes linhas de constituição das identidades sociais. Mas o espaço/tempo televisivo, enquanto simulação do mundo, é narcísico por si mesmo. (SODRÉ, 1987, p. 47)

A televisão, segundo Sodré, absorve muito das discussões e dilemas das mudanças sociais em seus produtos e, mais do que isso, colabora para que se crie uma nova metafísica através da ruptura com as formas de representação anteriores e união de indivíduos em uma nova forma de relação social. Ela cria uma identificação através do processo de espelhamento – representado por Narciso – e o autor chama atenção para a importância desse processo em relação às crianças. Ele explica que as pesquisas sociopsíquicas têm demonstrado uma tendência maior deste grupo em imitar os comportamentos e atitudes que veem na televisão, “como se a representação televisiva da presença física desencadeasse um processo equivalente do efeito da presença real” (SODRÉ, 1987, p. 51). Conforme Sodré (1987), esse processo, chamado de *role-taking*, teria colaboração na constituição do sujeito, de alguma forma e intensidade, através da observação do “outro”, neste caso, representado pela TV, retomando as explicações de Freud sobre a constituição do sujeito independente e autônomo.

Resumidamente, Sodré (1987) explica que a televisão é ferramenta para que se possa reproduzir os padrões e sociabilidades do sistema capitalista monopolista, proporcionando oportunidades cômodas de identificação. Porém, essa identificação propiciada pela televisão é uma forma de narcisismo, uma nova forma,

tecnonarcisista, que busca o controle social através do convencimento, da fascinação. A televisão, portanto, simula uma sociedade fundada no desejo que, entretanto, conforme as correntes de pensamento pós-modernas, não pode ser satisfeito. A televisão, e a imagem televisiva, bem como a publicitária, está fadada a nunca poder satisfazer o desejo dos sujeitos, já que nunca poderá entregar a realidade que aponta, no caso do telejornalismo, nem o produto anunciado, no caso da publicidade.

Em outra obra, Sodré (2002) critica a teoria de pensadores como Pierre Levy, que explicam a sociedade através da metáfora da rede, com circulação mundial de informações e a volta de consciência coletiva. Segundo Sodré, o que caracteriza a sociedade atual e o que a diferencia é a velocidade dos processos, a “aceleração distributiva” (SODRÉ, 2002, p. 14), e não a presença maciça da técnica.

O espelho midiático a que se refere Sodré, no entanto, não pode ser confundida com a manipulação de conteúdos ideológicos. Este espelho é uma forma de condicionar uma experiência de vida, e tem poder de transformação, com novas formas de vida e interação, mas não opera a manipulação de forma intencional e predatória, como muito se defende.

A condicionante da mídia se dá à medida em que a “vida tradicional” (SODRÉ, 2002, p. 23) permite a permeabilização da natureza informacional, em que se privilegia a forma sobre o conteúdo.

A conclusão presente na obra anterior de Sodré (1987), de que a comunicação é usada para reproduzir o sistema social, leva à ideia de que há uma “mediação” social através da tecnologia, a mediatização, que borra a diferenciação entre o homem e sua imagem.

Partindo disso e da classificação aristotélica sobre o que é um *bios*¹², Sodré conclui que a mediatização é um novo *bios*, o quarto âmbito existencial, onde predomina a esfera dos negócios.

Recorrendo a produções culturais contemporâneas, como o filme Matrix, para demonstrar que o quarto bios já está no imaginário social, o autor coloca que que a linguagem, além de designativa, é também produtora de realidade. Nesse sentido, seria uma “técnica política de linguagem” (SODRÉ, 2002, p. 26)

¹² Bios, na teoria aristotélica, é “um âmbito onde se desenrola a natureza humana, determinado por Aristóteles a partir do Bem (*to agathos*) e da felicidade (*eudamoinia*) aspirados pela comunidade” (SODRÉ, 2002, p. 25). Para o filósofo, são três os gêneros de existência na Pólis: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa)

estruturadora de percepções e cognições, que funcionaria como uma agenda coletiva.

Com o conceito de agenda-*setting* Sodré busca demonstrar que além de agendar socialmente, a m dia também   agendada, neste caso, pela ideologia e formas de vida e sociabilidades norte-americanas, baseadas na tecnologia e no mercado de tendências neoliberais.

A hipótese do agenda-*setting*, pressuposto acad mico de origem norte-americana sobre o “poder da m dia”, também se conecta às ideias de Pierre Bourdieu (1996), tratadas anteriormente neste trabalho, uma vez que o autor defende que a TV influencia fortemente os assuntos trabalhados por outros meios de comunicação.

Como explicado anteriormente neste trabalho, a hipótese do agenda-*setting* coloca que muito do que as “pessoas comuns” entendem como importante de discutir e opinar vem daquilo que os veículos de comunicação colocam – agendam – em seus produtos. Ou seja, os veículos se tornam balizadores dos assuntos socialmente relevantes e dos enfoques importantes destes mesmos assuntos.

Sodré (2002) defende que o agendamento não diz respeito   manipulação pura e simples, que subjugaria a capacidade de escolha do sujeito espectador. O que a TV faz, segundo o autor,   colaborar para a construção de imagens e símbolos que podem ser usados pelos espectadores para a tomada de decisão e julgamento de um fato. Nesse ponto, o autor destaca um ponto importante: “O slogan da Internet – ‘o que não está na Internet simplesmente não existe’ – aplica-se igualmente   mídia tradicional” (SODRÉ, 2002, p. 21).

Ainda que o autor utilize desta “máxima” para falar sobre as ligações entre a política partidária e a TV, a frase pode ser aplicada a temas da cidadania. Em um país como o Brasil, em que a TV chega a regiões bastante longínquas e tem grande presença nos lares – como o próprio Sodré destaca – temas invisibilizados na m dia correm risco de serem invisibilizados na dimensão político-social também, principalmente se retomarmos a capacidade de agendamento de temas que este meio de comunicação tem.

Considerando que Sodré destaca que a m dia televisiva atua de forma mais influente “onde são altas as taxas de analfabetismo ou então onde ocorrem uma redução das formas organizadas de mediação do conflito social (sindicatos, partidos políticos e outras **instituições da sociedade civil**)” (grifo nosso. SODRÉ, 2002, p.

33) a importância do tratamento de temas relacionados à cidadania parece se reforçar.

5 ESTUDOS DISPONÍVEIS SOBRE O TEMA

Em pesquisa na ferramenta de busca acadêmica Google Acadêmico com os termos “representação abuso sexual crianças adolescentes mídia eca” em 03 de outubro de 2016, foram encontrados 6450 resultados.

O processo de seleção foi feito com base na fidelidade ao tema. Foram lidos os resumos de todos os trabalhos que, no título ou palavras destacadas pela ferramenta de busca, continham termos que denotavam relação com a abordagem da mídia sobre abuso sexual de crianças e adolescentes. Os trabalhos que tinham conexão com o tema foram separados e, posteriormente, passaram por outra triagem, mais criteriosa, da qual restaram, somente, os estudos que faziam uma análise da forma como a mídia trata este assunto. Restaram, depois desta segunda separação, apenas cinco trabalhos. Todos eles, porém, tratavam da representação deste tema em veículos de comunicação impressos.

Tendo em vista esses resultados, foi feita nova busca com os termos “cobertura do abuso sexual de crianças e adolescentes na mídia televisiva” em 22 de novembro de 2016, e foram encontrados 1700 resultados. A maioria dos resultados, porém, não tratava de estudos sobre a televisão, mas sobre os conteúdos de veículos de comunicação impressos.

Nos trabalhos que se dedicavam à cobertura televisiva, a maioria tratava de reportagens sobre infância e adolescência de forma geral, em que o abuso sexual de crianças e adolescente era apenas um dos aspectos analisados, ou sobre violência sexual, sem especificar o público infanto-juvenil.

Em 4 de junho de 2017, foi feita nova busca, nesta vez no acervo digital de trabalhos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com as palavras-chave “representação abuso sexual de crianças e adolescentes televisão”. Foram retornados 377 resultados, mas a ferramenta destacava que não haviam sido encontrados trabalhos a partir da sentença buscada, que os retornos foram conseguidos através da busca por palavras-chave.

Alguns poucos resultados tratavam do abuso sexual contra crianças e adolescentes, mas nenhum tratava de análise sobre a cobertura deste tema na mídia.

Na plataforma da Capes para a busca de teses e dissertações tivemos o retorno de alguns trabalhos que poderiam nos servir de referência, mas eles não

estavam disponíveis para acesso por serem anteriores à plataforma adotada pela instituição. Eram apenas registrados como existentes.

Escolhemos não buscar resultados em vídeo nas ferramentas de busca por entender que trabalhos escritos poderiam colaborar mais com este trabalho.

Apesar das buscas não terem mostrado muitos resultados específicos, existem estudos que tratam do abuso sexual contra crianças e adolescentes, e abordam as especificidades da televisão, mesmo que não unicamente. A Andi é uma das responsáveis por produzir estudos sobre o tema. Das 130 publicações disponíveis no site da organização, 16 fazem referência à violência sexual contra este grupo.

Os estudos da Andi foram extremamente importantes para este trabalho. Foi através dessas publicações, principalmente, que entendemos quais as orientações para a cobertura sobre infância e adolescência e, também, sobre casos de violência sexual contra este grupo.

As publicações da Andi também nos deram dados utilizados nesta pesquisa, e algumas das principais hipóteses a serem analisadas, como por exemplo, a falta de informações sobre como denunciar uma situação de abuso sexual de criança ou adolescente, e o sensacionalismo presente nas coberturas.

Durante a revisão bibliográfica e a explanação sobre os aspectos conceituais do abuso sexual de crianças e adolescentes, recorreremos a diversos conteúdos produzidos pela instituição para fazer o resgate dos conhecimentos e a conceituação correta da questão.

Os outros resultados encontrados durante a busca, como o de Paula (2012), que tratavam da cobertura da mídia sobre abuso sexual, ainda que não fossem muito alinhados ao tema específico da presente pesquisa, também foram lidos. De forma geral, foram muito úteis para que percebêssemos como as pesquisas sobre o tema vinham sendo feitas, quais eram os aspectos analisados e quais as possíveis semelhanças entre as conclusões, o que poderia colaborar com argumentos e hipóteses.

Em alguma medida, a busca nos ajudou também a confirmar a importância deste trabalho. Eram poucos os resultados que tratavam sobre a cobertura da mídia referente ao abuso sexual de crianças e adolescentes, e menor ainda a quantidade de pesquisas sobre o tema na televisão.

6 O CASO TAYNÁ DA SILVA

O caso Tayná da Silva começou como uma suspeita de desaparecimento tanto para a família da vítima como para a imprensa. Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, era moradora do bairro São Dimas, em Colombo, região metropolitana de Curitiba, capital do Paraná.

A adolescente desapareceu no dia 25 de junho de 2013, depois de ter saído e feito contato com a mãe por uma mensagem de celular em que dizia que já estava chegando em casa.

Tayná foi encontrada morta em um matagal ao lado de um parque de diversões do bairro no dia 28 de junho de 2013. As últimas imagens da menina são de uma câmera de segurança próxima ao parque onde o corpo foi encontrado.

O caso até hoje não foi solucionado. Mesmo quatro anos depois do crime, ainda não se sabe quem foi o responsável pela morte da adolescente e nem se ela foi, de fato, vítima de alguma forma de violência sexual. Aqui é importante pontuar dois aspectos: a violência sexual não acontece sempre e unicamente sob violência ou agressão física. De acordo com o ECA e o Código Penal, ter relações sexuais com menores de idade sob ameaça verbal também é crime. Além disso, violência sexual não se dá, exclusivamente, com conjunção carnal, como já explicado neste estudo.

Apesar dessas observações, a culpabilidade como motor de investigação e cobertura jornalística tanto não muda os fatos quanto pode comprometer ambos os trabalhos. Pode-se se precipitar, perder detalhes ou aspectos que podem ser importantes para a investigação, ou mesmo incorrer em erros.

As investigações e a cobertura jornalística sobre o caso Tayná da Silva passaram por este processo e sofreram várias reviravoltas. Para facilitar o entendimento do caso, podemos dividir as investigações e a cobertura – entendidos aqui como dimensões com diversos pontos de contato - em quatro fases básicas.

Na primeira fase, a polícia iniciou as investigações e apontou que Tayná tinha sido vítima de abuso sexual e teria sido assassinada logo depois do crime. Em pouco tempo, a Polícia Civil já apontava os culpados. Segundo a instituição, seriam quatro homens que trabalhavam no parque onde Tayná foi encontrada.

Ainda nesta primeira fase começam as reviravoltas, inicialmente com o depoimento de uma das investigadoras do Instituto Médico Legal (IML), que

defendeu que Tayná não tinha sido vítima de violência sexual, e depois com a denúncia dos advogados dos acusados de que eles teriam confessado o crime sob tortura por parte dos policiais civis e do delegado responsável pelo caso.

Na segunda fase, as investigações e a cobertura midiática mudam sensivelmente de perfil. Começa-se a focar na denúncia de tortura e no envolvimento dos agentes públicos nisso. Tanto a culpabilidade sobre o crime contra a vida da adolescente quanto a possibilidade de ocorrência de violência sexual foram deixados em segundo plano. Nesta fase, também, os responsáveis pela investigação são trocados diversas vezes, bem como o comando da Polícia Civil, como consequência do que foi encarado à época como uma “crise na instituição” motivada pelas denúncias de conduta irregular dos agentes públicos responsáveis pelas investigações do caso Tayná da Silva.

Na terceira fase, começam as suspeitas e acusações contra o delegado Silvam Pereira e a equipe que investigava o caso. A Polícia Civil passa a considerá-los suspeitos da morte de Tayná e o trabalho da instituição e a cobertura da mídia passam a se debruçar sobre essa hipótese. São feitos exames de DNA para identificar se o material genético do sêmen encontrado nas roupas da adolescente era compatível com o DNA de algum dos investigadores ou mesmo do delegado.

A quarta fase é composta por *suítes* e atualizações sobre as questões abordadas em fases anteriores, com coberturas sobre os depoimentos, liberação de investigados, etc.

O crime corre em segredo de Justiça, o que dificultou por muito tempo o acesso da família aos rumos da investigação. Pelo mesmo motivo, a imprensa não consegue ter acesso a muitas informações novas.

7 SOBRE A RPC TV

A RPC é emissora da Rede Globo de televisão. Segundo dados da página da própria RPC na internet, é a maior rede de televisão do Paraná.

Em sua origem, em outubro de 1960, o canal correspondente à RPC, chamada TV Paranaense - Canal 12, de Nagibe Chede, foi a primeira televisão do Paraná. Em janeiro de 1969, ela foi comprada por Francisco Cunha Pereira e Edmundo Lemanski, sócios do jornal Gazeta do Povo, um dos maiores do Paraná. A transformação em RPC se deu no ano 2000.

Hoje, a RPC “reúne as oito afiliadas da Globo no Paraná, com emissoras em Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Cascavel e Paranavaí” (RPC:... 2016).

A emissora produz conteúdo jornalístico e de entretenimento local e transmite, também, conteúdo nacional. Segundo o que consta no site da RPC, os programas locais dão prioridade aos acontecimentos da comunidade, “discutindo assuntos relevantes para a população de todas as regiões do Estado de acordo com uma linha editorial ética e independente” (RPC:... 2016).

A página da emissora coloca que, em Curitiba, 54% dos aparelhos de TV ligados em canais da TV aberta estão sintonizados na RPC, sendo assistida diariamente por aproximadamente 5 milhões de telespectadores em todo o Paraná.

A programação da RPC é composta por três telejornais locais, sendo eles Bom Dia Paraná, Paraná TV 1ª edição e Paraná TV 2ª edição, um programa esportivo local, o Globo Esporte PR, e mais quatro programas de caráter mais voltado ao entretenimento: Painel RPC, Meu Paraná, Plug, Estúdio C, e Caminhos do Campo.

O Paraná TV 2ª edição, cujo material analisamos neste trabalho, “vai ao ar a partir das 19h, é totalmente local nas oito emissoras da RPC, que cobrem as regiões de Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Guarapuava, Maringá, Londrina e o Noroeste” (RPC: 2016).

8 METODOLOGIA

Neste trabalho, escolhemos fazer um estudo de caso para que pudéssemos exemplificar, em uma situação concreta, as hipóteses levantadas durante as leituras sobre o tema. O estudo de caso, do ponto de vista metodológico, tem diversas definições. A mais citada, porém, segundo Yin (*apud* DUARTE, 2001, p. 32), é a que mais se encaixa na perspectiva desta pesquisa, diz que este método é um questionamento empírico que investiga uma questão contemporânea, inserida em um contexto real, quando o limite entre esta questão e seu contexto não é evidente e quando diversas fontes de evidência são utilizadas.

Duarte (2010) também salienta que este tipo de pesquisa é usado, geralmente, para responder perguntas do tipo “como” e “por quê”, e recorre a Castro (1977) para explicar que o estudo de caso é uma das formas de buscar regularidades ou padrões de associação. Nesta perspectiva, divide espaço com os estudos agregados, que buscam fazer uma análise do todo da situação, tentando extrair algum conhecimento. O estudo de caso, por sua vez, busca estudar poucos exemplos do assunto considerado, para entender de que maneira eles se relacionam e representam o todo.

Merriam (*apud* WIMMER, 1996, p. 161) enumera quatro características essenciais do método, a saber:

1. particularismo: o estudo se concentra em uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular, proporcionando assim uma excelente via de análise prática de problemas da vida real;
2. descrição: o resultado final consiste na descrição detalhada de um assunto submetido à indagação;
3. explicação: o estudo de caso ajuda a compreender aquilo que submete à análise, formando parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas, assim como o descobrimento de novos significados e visões antes despercebidas;
4. indução: a maioria dos estudos de caso utiliza o raciocínio indutivo segundo o qual os princípios e generalizações emergem a partir da análise dos dados particulares. Em muitas ocasiões, mais do que verificar hipóteses formuladas, o estudo de caso pretende descobrir novas relações entre elementos. (DUARTE, 2010, p. 217-218)

No caso desta pesquisa, utilizamos o método de análise que, segundo Yin (*apud* DUARTE, 2001, p. 136), é a estratégia mais recomendada em pesquisas deste tipo: o método de adequação ao padrão, no qual compara-se um padrão empírico com outro, de caráter prognóstico. Se o resultado do prognóstico coincidir com o padrão, o estudo ganha em validade.

Para conseguirmos entender qual era o padrão no caso de coberturas jornalísticas sobre abuso sexual de crianças e adolescentes, e formularmos hipóteses para compor este estudo, além de entendermos o contexto da problemática de forma mais ampla, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a tipificação de crimes sexuais no Código Penal brasileiro, de publicações sobre a cobertura da mídia para temas de infância e adolescência e abuso sexual de crianças e adolescentes e estudos sobre coberturas de temas relacionados à infância e adolescência.

Segundo Stumpf (2010), a pesquisa bibliográfica serve e acompanha o pesquisador em todas as fases do trabalho, desde a definição do problema até a análise dos resultados. Por meio da revisão da literatura do seu tema de interesse, o pesquisador pode identificar questões ainda não estudadas, lacunas nas pesquisas existentes e, a partir daí, definir qual será o foco do estudo, qual será o problema estudado. Os conceitos-chave, as relações entre eles, além do quadro referencial e teórico também podem ser encontrados durante a revisão da bibliografia e podem ajudar a formular o problema e justificar a importância da pesquisa, de acordo com a autora.

Na fase da análise dos dados, o conhecimento adquirido durante a pesquisa bibliográfica e devidamente registrado ajuda o pesquisador a interpretar e explicar a questão colocada sob análise, conforme Stumpf (2010).

Em relação a esta pesquisa, a revisão bibliográfica foi de extrema importância para situar a problemática da cobertura sobre abuso sexual de crianças e adolescentes dentro de um contexto mais amplo, identificar se já havia muita pesquisa sobre o assunto e de que forma elas eram conduzidas, levantar as principais questões envolvidas, além de oferecer grande parte das hipóteses a serem comprovadas e *background* para a análise dos dados.

De forma complementar a esta fase e com o objetivo de compreender de forma mais humanizada e profunda os problemas de cobertura já apontados através da revisão bibliográfica - como cobertura pouco frequente e aprofundada, muito atrelada a questões factuais - recorreremos a entrevistas em profundidade com pessoas envolvidas, de alguma forma, na rede de proteção a crianças e adolescentes, e a um jornalista que esteve envolvido na cobertura do caso Tayná da Silva.

Neste caso, escolhemos entrevistar um Jornalista Amigo da Criança¹³, Mauri König; um membro do Conselho Tutelar, representado pela conselheira Jussara Gouveia, da Regional Pinheirinho, de Curitiba; um representante do Ministério Público, com especial atuação junto aos direitos da infância e adolescência, Olympio de Sá Sotto Maior Neto; e um ex-produtor da RPC à época do desenrolar do caso Tayná, o jornalista Dirk Lopes.

As entrevistas em profundidade fazem parte do tipo qualitativo de pesquisa e têm, segundo Duarte (2010), o objetivo de recolher informações através da experiência do entrevistado, selecionado de forma especial pelo conhecimento que tem. No caso específico de pesquisas em comunicação este método permite, por exemplo, perceber como os produtos comunicação são percebidos por colaboradores de empresas, ou ajudar a explicar como e por que as coisas são feitas de determinada forma.

Desta maneira, como na análise de Demo (2001, p. 10), sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. [...]. Possibilitam ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada. (DUARTE, 2010, p. 62-63)

Existem, no entanto, diversos tipos de entrevistas em profundidade, do que diz respeito à forma como é realizada, o que influencia diretamente no que se pode extrair dela. Podem ser não-estruturadas ou semi-estruturadas, com entrevistas abertas ou semi-abertas, e guiadas por uma questão central ou um roteiro.

No caso desta pesquisa, utilizamos o método de entrevista em profundidade semi-aberta com roteiro, ou seja, delimitamos as questões básicas que seriam tratadas, não focando em um tema central, e organizamos estas questões em um roteiro com perguntas pré-determinadas, apoiadas nas hipóteses levantadas e outras questões importantes para esta pesquisa. Como prevê este método, as perguntas do roteiro não são restritas, outras são feitas durante a entrevista, de acordo com a necessidade de aprofundamento.

Uma vantagem desse modelo é permitir criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes. (DUARTE, 2010, p. 67)

¹³ Título dado pela Andi a profissionais de imprensa comprometido com a defesa e difusão dos direitos humanos e das crianças e adolescentes.

As entrevistas em profundidade feitas para este trabalho nos deram um entendimento sobre as micro relações que podem estar imbricadas nos processos de produção de notícias sobre abuso sexual de crianças e adolescentes, além de questões a serem analisadas, através da percepção de padrões nas respostas, e mais subsídio para a análise sobre a qualidade da cobertura jornalística do tema, que seria feita em seguida. Para isso, iniciamos a coleta de material jornalístico sobre o caso Tayná da Silva no veículo, programa e emissora escolhidos.

As matérias foram coletadas através da página do Paraná TV 2ª edição no site da RPC TV. A busca por matérias começou pelo dia 25 de junho de 2013, data em que a adolescente teria desaparecido. Todas as edições do Paraná TV 2ª edição exibidas durante o primeiro ano do crime foram vasculhadas em busca das matérias. Depois, foram feitas buscas nos dias próximos ao do “aniversário” do caso.

Ao todo, foram encontradas 28 matérias no site do telejornal, durante o período pesquisado. Como forma de conferência, já que a plataforma de buscas no site da emissora não permite a filtragem por assunto, e para que nenhum material de análise fosse negligenciado, foi feita a comparação entre as matérias do caso veiculadas no jornal Gazeta do Povo, o maior jornal impresso do estado do Paraná à época, e as matérias da RPC TV. Assim, foi possível ter mais assertividade quanto ao volume de material coletado no site da emissora.

Além das entrevistas em profundidade terem colaborado enormemente para a análise, a revisão bibliográfica também teve importante papel para que pudéssemos avaliar melhor a qualidade da cobertura da RPC TV quanto ao caso Tayná da Silva. Com o material coletado, optamos por fazer uma Análise de Conteúdo das matérias.

De origem positivista, a análise de conteúdo é utilizada, pelo menos, desde o século XVIII, com especial destaque e reconhecimento durante a Segunda Guerra Mundial, com análises de documentos nazistas e outros documentos que permitiram, inclusive, detectar o uso de armas secretas alemãs pelos britânicos. Essa técnica, porém, ainda é alvo de contestações no campo da metodologia da pesquisa, já que muitos consideram que sua origem positivista não permite uma análise crítico-ideológica adequada.

A origem positivista a que nos referimos é ligada à necessidade de análise lógica, com dados verificáveis e, neste caso, muito ligada à quantificação. A partir dos anos 50, porém, essa abordagem da análise de conteúdo se torna menos

restrita, e saímos de trabalhos descritivos, para trabalhos cujo objetivo é a inferência, a interpretação a partir de índices, sejam eles quantitativos ou não.

Atualmente, embora seja considerada uma técnica híbrida, por fazer a ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais (BAUER, 2002), a análise de conteúdo oscila entre esses dois pólos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador. (FONSECA JÚNIOR, 2010, p. 285)

Fonseca Júnior (2010) retoma a proposta metodológica de Laurence Bardin para explicar que a análise de conteúdo tem cinco fases: a organização da análise, a codificação, a categorização, a inferência e o tratamento informático.

Para que esta pesquisa não fugisse de seu foco, que é a cobertura telejornalística sobre abuso sexual de crianças e adolescentes, utilizando o caso Tayná como exemplo, delimitamos, dentro dos resultados encontrados e coletados, aqueles que tratavam especificamente do crime cometido contra a adolescente.

Essa delimitação foi feita tendo em vista que, depois de os primeiros acusados pelo crime terem denunciado que sofreram tortura para confessar o envolvimento, a cobertura mudou radicalmente de foco e passou a se preocupar muito mais com a denúncia de tortura dos acusados e o papel dos agentes públicos nisso do que com o abuso que, acreditava-se, a adolescente teria sofrido.

Detendo-nos às matérias em que o crime contra Tayná era o foco, bem como a hipótese de abuso sexual, podemos realizar maior e melhor análise sobre o que poderia ser feito quanto a cobertura deste caso e de outros, no que tange ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

Neste contexto, restaram sete matérias a serem analisadas. As primeiras, do início das investigações, a matéria sobre o primeiro mês do crime, e de quando o corpo de Tayná foi exumado na tentativa de coletar novas provas.

Depois de assistir as matérias coletadas, decidimos nos ater, na análise propriamente dita, a alguns pontos específicos. Os pontos analisados foram: citação ao ECA e suas determinações; informações sobre a legislação geral (Código Penal, Constituição, etc.); responsabilização do Estado, da família e da sociedade, conforme prevê o ECA; exposição da família; sensacionalismo e detalhes cruéis; ouvir apenas fontes oficiais; manutenção de um único repórter para a cobertura; e informações sobre como reconhecer e denunciar uma situação de abuso sexual.

A escolha destas questões se deu através da revisão bibliográfica e do conteúdo das entrevistas em profundidade, que mostraram recorrências e pontos

sensíveis das coberturas relativas à infância e adolescência e ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Alguns desses pontos serão retomados nesta análise.

Avaliamos a presença ou ausência dessas informações e representações, em cada matéria, em caráter quantitativo, verificando, por exemplo, em quantas matérias elas apareciam, e de que forma se dava a apresentação delas, em um viés qualitativo, percebendo, por exemplo, se as informações eram trazidas de forma completa.

Escolhemos não analisar um tópico sobre exposição da criança ou adolescente, ainda que este ponto seja muito importante em outros estudos que envolvem este grupo, porque o caso Tayná tem uma particularidade: a imagem da adolescente foi divulgada de forma ampla, inicialmente, por acreditar que se tratava de um caso de desaparecimento. Ou seja, a imagem dela já havia sido mostrada como uma forma de ajudar nas buscas, e foi preciso veicular novamente para que o público entendesse de qual caso se tratava.

A citação ao Estatuto da Criança e do Adolescente e suas determinações, de acordo com o que a revisão bibliográfica indica, é rara nas coberturas. Durante a análise buscamos perceber se o ECA é citado e, neste caso, de que forma - por exemplo, para apresentar o que ele caracteriza como crime sexual contra uma criança ou adolescente, para contestar o fato de uma adolescente estar voltando sozinha para casa, alguma explicação sobre esta lei e sua aplicação, entre outras situações possíveis.

Elencar possíveis informações sobre a legislação geral está conectada ao ponto anterior. Neste aspecto tentamos perceber se, além ou apesar da possível citação ao ECA, as matérias citam outras legislações, quais seriam elas, e de que forma são inseridas nas matérias. Por exemplo, se as matérias, apesar de não citarem o ECA, trazem as resoluções sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes do Código Penal, já que ambas as legislações caracterizam este crime de formas diferentes. Outro exemplo: se as matérias recorrem à Constituição Federal para colocar a especial atenção às crianças e adolescentes.

A responsabilização do Estado, da família e da sociedade, conforme prevê o ECA, neste caso, também está ligada ao ponto anterior, e remete à responsabilidade destas três instâncias sociais na proteção às crianças e adolescentes, não culpando a família pelo fato de a adolescente estar voltando sozinha para casa e, conseqüentemente, pelo crime que ocorreu posteriormente. Também se relaciona às

questões culturais que envolvem e são origem do abuso sexual de crianças e adolescentes. Essas dimensões foram consideradas na análise.

A exposição da família, desaprovada pela Andi em casos de relato de alguma situação de vulnerabilidade envolvendo crianças e adolescentes, também foi observada. Neste aspecto, buscamos perceber se mesmo em um momento delicado, de sofrimento, a família é procurada e exposta quando, na verdade e em respeito à lei, deveria ter sua imagem, privacidade e dor protegidas.

Um monitoramento feito pela Andi em 2016 tentando rastrear as violações de direitos humanos em programas de caráter policiaisco mostrou que a exposição da família é um aspecto bem recorrente nas coberturas.

A análise foi feita durante 30 dias e identificou violações de direitos, desrespeito às leis e normas auto regulatórias em 1.928 materiais de 28 programas de TV e rádio das cinco regiões brasileiras. No total, foram detectadas 4.500 violações de direitos e mais de 8 mil infrações às leis brasileiras.

A exposição indevida de famílias ficou em 4º lugar entre as violações de direitos mais comuns identificadas pela equipe da Andi. Em apenas um mês, famílias foram expostas indevidamente 259 vezes.

As outras violações recorrentes são a exposição indevida de pessoas (1º lugar), em que é exposta a intimidade de alguém e este é submetido a constrangimento público e estigma social (quando se mostra uma pessoa vítima de violência sexual, por exemplo); o desrespeito à presunção de inocência (2º lugar); e a violação do direito ao silêncio (3º lugar).

O relatório ilustra o tópico de exposição da família ao relatar uma das situações encontradas durante a análise. Uma das reportagens trata do abuso sexual de um adolescente. Como se não bastasse ele ser procurado e ser possível identificá-lo através das imagens, a mãe do adolescente também é abordada. Mesmo que ela não seja exposta por completo, os ângulos mostram traços do rosto e outros detalhes que permitem a identificação da mulher e, como consequência, de seu filho, que deveria ter a identidade preservada. Detalhes da casa da família também são filmados e, da mesma forma, permitem a identificação da família por pessoas mais próximas.

A exposição da família, em muitos casos, é motivada pela tentativa de conquistar e prender o público pela emoção, lançando mão do sensacionalismo. Este aspecto, bem como o relato de detalhes cruéis, desnecessários à cobertura,

foram observados. Recorrente nas percepções dos entrevistados deste trabalho sobre a cobertura de infância e adolescência, ele aparece, também, na revisão bibliográfica. O sensacionalismo que tentaremos perceber é aquele que explora a dor das famílias, que faz relatos minuciosos, com detalhes cruéis sobre o crime, que expõe o local do delito, ou mostra sangue e outros detalhes para causar o choque no público.

O aspecto do processo jornalístico de ouvir apenas fontes oficiais foi motivado pelo conteúdo das entrevistas em profundidade. Neste aspecto, tentamos perceber quais as fontes ouvidas e se houve diversificação. Conforme pudemos perceber durante as entrevistas, ouvir apenas fontes oficiais pode levar a imprensa a olhar para apenas uma das perspectivas e conduzir a erros.

A manutenção de um único repórter para a cobertura nos ajudaria a perceber se algum repórter dentro da redação do Paraná TV tinha afinidade com o tema, ou com este caso, e que poderia colaborar com uma maior qualificação das reportagens, buscando trazer informações complementares às apresentadas, exclusivamente, pelas investigações. Este ponto de análise também foi motivado pelas entrevistas em profundidade, quando se coloca que dentro da redação da RPC, à época do caso Tayná, não havia uma pessoa que se identificasse como alguém com especial atenção a temas de infância e adolescência.

A apresentação de informações sobre como reconhecer e denunciar uma situação de abuso sexual, talvez o aspecto mais importante em uma cobertura sobre esse delito, foi verificado. É uma informação que falta, segundo o que nos mostra a revisão bibliográfica, já que muitas vezes as matérias se atêm a casos específicos e recorrem ao sensacionalismo.

Cada matéria foi assistida várias vezes, com a observação de um aspecto por vez, para uma percepção mais refinada e assertiva. As ocorrências foram documentadas, bem como observações sobre a forma de apresentação de cada uma delas.

9 ANÁLISE DE DADOS/RESULTADOS

Conforme apresentado anteriormente, foram analisadas sete reportagens sobre o caso Tayná da Silva, nas quais foram observados oito aspectos, escolhidos a partir da revisão bibliográfica e das entrevistas em profundidade.

O primeiro ponto observado foi a citação ao Estatuto da Criança e do Adolescente e suas determinações. Nenhuma das matérias, enquanto o crime contra a adolescente ainda era tratado como um processo de estupro seguido de morte, citou o Estatuto da Criança e do Adolescente. Também não foi falado o termo abuso sexual, que o ECA coloca como o melhor termo a ser usado nesse tipo de crime. Eram sempre utilizados os termos "estupro" e "violência sexual".

O que se pode perceber, a partir desse resultado, é que em nenhuma dessas matérias os produtores ou repórteres recorreram ao ECA para entender especificidades dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, em uma perspectiva mais direcionada. O possível aspecto sexual do crime foi tratado como qualquer outro crime sexual, cometido contra qualquer pessoa, e não de forma específica como um crime sexual cometido contra uma adolescente.

Esse resultado parcial da análise já reforça parte do que a revisão bibliográfica e as entrevistas em profundidade nos apresentaram, de que não se busca saber sobre o ECA durante as coberturas sobre infância e adolescência, de que essa legislação é pouco apresentada, e que ela embasa pouco as reportagens que envolvem crianças e adolescentes.

O segundo ponto de observação foi a citação à legislação geral, como o Código Penal, a Constituição, entre outras leis. Das sete reportagens, apenas duas trazem alguma citação ou informação sobre legislação, e nenhuma delas envolve o ECA.

A primeira informação vem na primeira matéria, do dia 28 de junho de 2013, da série selecionada para análise, que relata a localização do corpo de Tayná e a identificação dos suspeitos de matar a adolescente. Nela, fala-se quais os crimes em que os acusados teriam incorrido, sem especificar, entretanto, que os delitos descritos são previstos no Código Penal. "Você tem o crime de estupro seguido de morte, e... ocultação de cadáver". (Delegado Silvam Pereira - 1º05)

A segunda referência a algum tipo de legislação está na quarta matéria da seleção, do dia 09 de julho de 2013, que trata das suspeitas de erro nas investigações, por parte da polícia, e da obtenção das confissões por meio de tortura. Nesta informação são descritos os crimes em que os policiais estariam envolvidos caso as suspeitas se confirmassem. "Investigação policial com base na tortura renderia, a quem assim procedesse, uma pena de 8 anos de reclusão, podendo ser aumentada em até 1/6 e até a perda do cargo" (Cid Vasques, secretário de Segurança Pública - 2º01).

Analizamos, em seguida, a responsabilização do Estado, da família e da sociedade em relação ao crime. Neste aspecto, buscamos observar se havia uma abordagem que responsabilizava as três instâncias pela proteção às crianças e adolescentes, ou que tratava das questões e origens culturais que envolvem o abuso sexual deste grupo.

Entretanto, essas questões simplesmente não são tratadas durante a cobertura. Nem de forma negativa, que seria, por exemplo, questionar a família sobre o porquê de a adolescente estar voltando sozinha para casa, nem na tentativa de contribuir socialmente, questionando a segurança na região de Colombo. Também não foi falado, em nenhum momento, sobre o que leva uma pessoa a abusar sexualmente de uma criança ou adolescente. Não se aproveita a oportunidade para destrinchar o que é um abuso, e as questões culturais que levam a este crime e sua naturalização, principalmente no caso de adolescentes, como o machismo e, possivelmente, a sexualização precoce de crianças e adolescentes.

O quarto aspecto trata da exposição da família. A Andi orienta que a família não seja mostrada, nem seja estimulada a falar, quando uma reportagem envolva uma criança ou adolescente em situação de violência tanto pela exposição em si, quanto para preservá-la de mais sofrimento. Neste aspecto, temos um ponto positivo na cobertura. A família de Tayná foi mostrada apenas uma vez, em um contexto bastante específico.

Na matéria de um mês da morte da menina, em 25 de julho de 2013, relata-se uma manifestação feita por familiares dos policiais presos acusados de tortura, na qual a família de Tayná estava presente. Ainda que a reportagem traga uma sonora da mãe da adolescente, a fala é curta, aparece apenas no fim da matéria e não é usada como gancho para falar do caso, como seria se a família estivesse servindo para espetacularização. A citação e fala da mãe da adolescente parecem uma forma

de abordar o contraditório, visto que as famílias dos policiais presos pediam a libertação destes, o que é significativo para todo o contexto do caso.

Não fica claro, porém, se foi a própria família que quis falar, ou se a reportagem a procurou.

Ainda que tenha havido algum nível de exposição, isto não foi utilizado de forma sensacionalista, espetacularizando a fala e utilizando a dor da família para conquistar audiência, o que é o maior problema.

Em outros momentos, porém, a cobertura peca no quesito sensacionalismo, bem como no relato de detalhes cruéis.

Logo na primeira reportagem sobre o caso, veiculada em 28 de junho de 2013, selecionada para a análise, mostra-se claramente a imagem dos acusados, inclusive seus rostos, permitindo a identificação antes mesmo da conclusão da investigação. Na nota pé¹⁴, destaca-se o fato de um dos acusados ter passagem pela polícia pelo crime de estupro, no litoral do Paraná.

Na terceira matéria do grupo de análise, de 05 de julho de 2013, a repórter usa o termo "estrangularam" para descrever a forma como os acusados teriam matado Tayná. Na frase seguinte utiliza-se o termo "asfixiado", mais técnico e que descreve igualmente a tática que teria sido usada.

A quarta matéria, exibida em 09 de julho, em que a polícia passa a admitir que pode ter errado na investigação, foi estruturada, na edição, com uma sonora impactante e desnecessária sobre o que teria acontecido com Tayná. A matéria começa com um *off*¹⁵ da repórter que diz "Caso encerrado? Na sexta-feira, a polícia acreditava que sim. Que os quatro suspeitos presos tinham violentado e matado Tayná" (0"17 a 0"26). Vale ressaltar que, na fala, a repórter dá ênfase às palavras "violentado" e "matado". Em seguida, entra a fala do delegado, com destaque para última palavra: "Ela sofreu uma **violência sexual coletiva**" (Delegado Fábio Amaro - 0"27 a 0"31) (grifo nosso). Tal sonora, que destaca a crueldade do crime, é desnecessária dentro do contexto da reportagem. O público já teria condições de entender que os quatro acusados teriam participado do possível estupro pela descrição feita pela repórter logo no início da matéria.

¹⁴ Informação acrescentada pelo apresentador após a exibição da matéria, de conteúdo complementar

¹⁵ Narração do repórter, apenas em áudio, com informações jornalísticas, acompanhada de imagens relacionadas à informação dada.

Mesmo dentro do contexto jornalístico a sonora do delegado é dispensável ou, no mínimo, substituível. Neste caso, do ponto de vista do telejornalismo, a fala do delegado servia para reforçar as informações dadas no *off* pela repórter. A sonora foi retirada de uma entrevista coletiva dada pela Polícia Civil dias antes, cujo conteúdo também foi utilizado em uma reportagem anterior. A edição poderia ter pego qualquer outro trecho em que o delegado afirmava que Tayná tinha sofrido violência sexual e que não tivesse uma descrição tão pormenorizada ou chocante sendo, portanto, apenas descritiva.

Na sexta matéria da seleção, de 25 de julho, o problema é o mesmo da primeira reportagem. Os rostos dos primeiros acusados voltam a ser mostrados, mesmo depois de comprovado que o material genético encontrado no corpo da menina não era de nenhum deles. A imagem ainda é de quando os rapazes eram considerados culpados, estando algemados uns aos outros, em frente à imprensa. Depois disso, são inseridas imagens dos depoimentos dados por eles ao Ministério Público, por conta da denúncia de tortura por parte de policiais, em que um dos depoentes aparece chorando, e outros demonstrando com as mãos algumas as agressões que sofreram.

O problema, nesta matéria, é ainda mais grave do que na primeira. As imagens ainda mostram os rapazes na condição de culpados, mesmo já tendo sido provado que o material genético encontrado no corpo de Tayná não era de nenhum deles. Ou seja, na primeira matéria, mostraram como culpados homens que ainda não tinham sido provados como tal e, na sequência, repetiram imagens deles nessa condição, quando já tinha sido comprovada a inocência dos quatro neste caso.

Analizamos, ainda, se apenas fontes oficiais foram ouvidas durante as reportagens. Consideramos fontes oficiais na perspectiva de Schmitz (2011), que se refere a elas como

alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, companhias públicas etc.). (SCHIMITZ, 2011, p. 9)

Nesta perspectiva, consideramos como fontes oficiais membros da Polícia Civil, secretários estaduais e Ministério Público.

Das sete matérias analisadas, três traziam apenas sonoras de fontes oficiais ou sua perspectiva. Na primeira matéria sobre o caso, todo o relato sobre o que teria ocorrido com Tayná é feito com base nas informações dadas pela Polícia Civil, e

recorre-se à ficha criminal dos acusados para apontar que um deles já tinha passagem pela polícia pelo crime de estupro, na tentativa de comprovar a veracidade do que a polícia vinha dizendo.

Na quarta reportagem do *corpus* de análise, por sua vez, há o posicionamento do Ministério Público sobre o caso, depois da denúncia de tortura, o posicionamento da Polícia Civil em relação à designação de outro delegado para a investigação do caso, uma sonora do delegado Silvam Pereira, em que ele defende seu trabalho de investigação, e o posicionamento da Secretaria de Segurança Pública através de nota. Neste caso específico, não acreditamos que o posicionamento do Delegado Silvam Pereira se enquadre como de uma fonte individual, porque ainda que ele esteja defendendo a sua própria postura nas investigações, ele fala como membro da polícia. Sua presença na reportagem não tem a função de humanizar o material jornalístico, como uma fonte individual comum. "Conforme Charadeau, (2009: 194-195) a fonte individual aparece notadamente como vítima, cidadão reivindicador ou testemunha" (SCHIMITZ, 2011, p. 10-11).

Na sétima e última matéria da seleção analisada, exibida em 28 de agosto de 2013, a única fonte ouvida é o Ministério Público. A notícia é de que o corpo da adolescente havia sido exumado. Destaca-se no *link*¹⁶ com o repórter que o mesmo pedido também havia feito pela família anteriormente, mas só depois de o Ministério Público também protocolar o pedido é que a exumação foi liberada. O advogado que representava a família e que fez o primeiro pedido de exumação não foi ouvido pela reportagem.

Nas matérias em que não há apenas fontes oficiais, contudo, há repetição de pequenos trechos de outros entrevistados, e grandes diferenças nos tempos dedicados à fala de cada um, como na matéria do dia 05 e julho.

Na segunda matéria analisada, do dia 02 de julho, é ouvida uma perita do IML que defendeu que Tayná não havia sofrido violência sexual. Segundo ela, a única dúvida era sobre como a adolescente teria chegado no local em que foi encontrada. É o primeiro momento em que a reportagem procura outras perspectivas e se preocupa em saber das evidências materiais que fazem parte da investigação. A reportagem, entretanto, termina com uma sonora do delegado chefe da região

¹⁶ Momento em que o repórter é chamado, do estúdio, para uma entrada ao vivo no telejornal, com o objetivo de dar mais informações sobre o assunto, geralmente no local da notícia, ou em local relacionado e significativo para o tema da reportagem.

metropolitana de Curitiba, deixando-o com a última palavra sobre o assunto e colocando que, apesar das conclusões apresentadas pela perícia feita no local do crime, a linha de investigação continuaria a mesma.

A reportagem seguinte, exibida em 05 de julho, traz a repetição de um trecho da entrevista dada pela perita. Entretanto, o tempo dispendido para a defesa do conteúdo do exame pericial e o tempo dedicado à fala dos policiais é radicalmente diferente. A reportagem, de 1 minuto e 40 segundos, conta com 12 segundos de argumentos da perita. Todo o resto da reportagem expõe o que a polícia dizia sobre o caso, na época.

A quarta matéria passa pelo mesmo problema, ainda que apresente maior diversidade nas fontes oficiais e falas alternativas às das fontes oficiais. Neste caso, a fonte alternativa seria a perita. A sonora dela tem 2 segundos, e nela a perita reafirma que Tayná não teria sido estuprada. A participação dos argumentos dela totaliza 13 segundos, contanto a sonora e o *off* feito pela repórter. A matéria completa tem 2 minutos e 30 segundos. É nessa matéria que, pela primeira vez, passa-se a desconfiar da versão contada pela Polícia. Isso ocorreu depois do resultado da perícia indicar que o material genético encontrado no corpo da menina não era de nenhum dos quatro acusados. A matéria traz, ainda, a sonora do delegado que assumiu o caso, do delegado chefe da Região Metropolitana e do Secretário de Segurança Pública do Paraná. Este último é procurado para comentar sobre o erro que a polícia teria cometido e das suspeitas de uso de tortura para confissão.

A sexta matéria é a única em que não há falas de fontes oficiais. A única fonte efetivamente ouvida é a mãe de Tayná, portanto, uma fonte individual. São citados, porém, pelo repórter, o posicionamento da polícia e da perita que examinou o corpo de Tayná no local do crime.

O penúltimo ponto de análise foi a designação de um único repórter para a cobertura, o que poderia significar alguma especialização em temas de infância e adolescência dentro da redação da RPC TV e alguma possibilidade de aprofundamento, sugerida pelo próprio repórter. Ao classificar as matérias por repórter percebemos que não há direcionamento de profissional específico para esta cobertura.

Nas matérias analisadas, apenas a repórter Malu Mazza participa de duas reportagens. Isso demonstra que, de fato, conforme levantado durante as entrevistas

em profundidade, não havia um especialista em temas de infância e adolescente dentro da redação, como um Jornalista Amigo da Criança, por exemplo. Nesse contexto, o “repórter-especialista” seria o responsável, se não por todas, mas por grande parte das matérias a serem produzidas sobre o assunto.

Isso também compromete uma continuidade e maior aprofundamento dos materiais produzidos. A partir do momento em que o repórter já conhece melhor as circunstâncias, ou tem afinidade com o assunto, ele vai buscar, ao menos idealmente, avançar na cobertura, trazendo informações novas. Já quando o repórter apenas pega a matéria naquele dia, pela distribuição normal da redação, ele provavelmente vai voltar sempre aos pontos principais da matéria para que possa, ele mesmo, entender o que está acontecendo, e também para relembrar ao público o que aconteceu. Assim, sobra pouca oportunidade para avanço ou aprofundamento. As reportagens sempre se fixam na novidade e em uma breve explicação do que já aconteceu em fases anteriores, de forma muito presa ao factual.

No último ponto da análise nos ativemos ao repasse de informações sobre como reconhecer e denunciar uma situação de abuso sexual de crianças e adolescentes. Não foi percebida, em nenhuma reportagem, alguma informação nesse sentido. O veículo, ainda que estivesse inicialmente falando sobre uma situação de abuso sexual, não vai buscar informações sobre esse tipo de crime, principalmente por se tratar de uma adolescente e, portanto, menor de idade, cuja existência deve ser ainda mais zelada por todos.

Vale destacar que, depois de descobertas as falhas na investigação do caso Tayná, no que diz respeito, por exemplo, à acusação de confissão sob tortura e de que os acusados pelo crime sexual não tinham qualquer envolvimento com o crime, a RPC exibiu ao menos uma matéria da série Crime Sem Castigo, produzida pelo jornal Gazeta do Povo, baseado no caso Tayná.

Nela, o repórter Raphael Sibilla tratava da importância da polícia científica para a investigação de assassinatos e a razão de este trabalho de investigação, muitas vezes, não ocorrer. Segundo a matéria, o crime cometido contra Tayná teria escancarado as falhas que podem ocorrer durante as investigações.

A série em questão fazia “um panorama da impunidade em crimes de homicídio no Paraná” (GAZETA DO POVO, 2014).

A mesma postura, de produzir material especial, poderia ser tomada a partir da denúncia de abuso sexual, e mesmo depois dela, quando já havia sido comprovado que os quatro acusados não haviam abusado de Tayná. Aproveitando as primeiras suspeitas, que colocavam quatro homens como responsáveis pelo abuso sexual, poderiam ter sido feitas matérias que tratassem desse tipo de violência contra crianças e adolescentes, com foco na questão do abuso.

No caso de Tayná, a denúncia de abuso pode ter sido fruto de um erro de investigação da Polícia Civil, mas em grande parte das situações a violência contra crianças e adolescentes é real. O fato de esta adolescente, em tese, não ter sofrido abuso sexual não invalida outras coberturas sobre o tema que tenham sido motivadas pela hipótese de abuso.

O que podemos perceber, portanto, é que a cobertura jornalística do caso Tayná, no que tange ao abuso sexual de crianças e adolescentes, confirma a hipótese levantada através da revisão bibliográfica, restringindo-se à reportagem do factual, do acontecido, sem tratar do problema em uma discussão mais ampla, mais aprofundada.

Algumas poucas sonoras de especialistas em infância e adolescência, que pudessem falar sobre a violência sexual no Brasil, e pessoas que tratassem da especificidade da lei em crimes contra crianças e adolescentes, inseridas durante as reportagens do caso Tayná – quando este ainda era tratado como um crime de abuso – já enriqueceriam seu conteúdo, e contribuiriam para o cumprimento do papel social do jornalismo, sem perder de vista a audiência.

Usar os erros que ocorreram na investigação para abordar a dificuldade de atender, examinar e diagnosticar uma situação de abuso sexual contra uma criança ou adolescente também seria uma saída.

As suposições de que o Estatuto da Criança e do Adolescente não seria citado, bem como outras legislações, de forma a explicar a especificidade de crimes contra a infância e adolescência, e também da responsabilidade do Estado, da sociedade e da família na proteção deste grupo também foram reiteradas.

A cobertura, de forma geral, entretanto, não se mostrou sensacionalista, como se supôs inicialmente, em especial com base nas entrevistas em profundidade. Alguns pontos foram problemáticos, como a utilização de palavras fortes para a descrição do crime, e a utilização de sonoras que demonstravam o

caráter cruel do delito, mas que poderiam ser facilmente corrigidos, de forma pontual.

A família de Tayná também não foi exposta nas reportagens analisadas, o que respeita as orientações da Andi, destacadas na revisão bibliográfica, e desmonta a hipótese inicial de que a família poderia ser procurada, em uma perspectiva sensacionalista e com vistas a prender a audiência.

Em relação à procura de fontes oficiais, a análise da cobertura comprova parcialmente o que se pensou inicialmente. Em números absolutos, a maioria das matérias tinha outras fontes procuradas, além das oficiais. Das sete matérias analisadas, apenas três tinham, exclusivamente, fontes oficiais. Quando olhamos com mais cuidado, porém, percebemos que ainda que houvesse certa variedade de fontes, e não apenas a Polícia Civil, a imprensa errou, junto com ela, ao condenar previamente homens que eram apenas suspeitos de um crime, aceitando inteiramente a versão dada pela instituição, sem procurar peritos, pessoas que acompanharam as buscas, enfim, fontes diferentes.

Além disso, houve pouca variedade de fontes. Nas sete matérias do grupo selecionado, apenas sete pessoas foram ouvidas: dois delegados responsáveis pelo caso, o delegado chefe da região metropolitana de Curitiba, uma perita, o Secretário de Segurança à época, a mãe de Tayná, e um promotor do Ministério Público. Destas, a partir dos conceitos de Charadeau (2009) e Schmitz (2011), cinco eram oficiais, ou seja, representavam uma instituição, e duas eram “alternativas”: uma fonte individual – a mãe de Tayná - e outra especializada – a perita que examinou o local do crime.

Outro aspecto mais sutil é que o tempo dado às fontes alternativas – como fontes especializadas, por exemplo – era bem menor que o tempo disponível às fontes oficiais.

Todo o material selecionado para análise tem 772 segundos, aproximadamente 13 minutos. Destes, 269 segundos¹⁷, aproximadamente 4 minutos e meio, são dedicados às fontes oficiais, aqui entendidas na perspectiva de Schmitz (2011). As fontes especializadas e individuais, por sua vez, têm participação de 63 segundos, aproximadamente 1 minuto em toda a cobertura. O tempo restante diz

¹⁷ Para chegar a este número, somamos o tempo em que o repórter explica o que cada fonte falou e a sonora que veio em seguida. Ou seja, somamos o *off* sobre cada fala mais o tempo total da sonora. Deixamos de lado *off's* que não eram diretamente conectados às entrevistas.

respeito a falas do apresentador, *off's* dos repórteres, descrições e outras informações não conectadas diretamente aos trechos das entrevistas.

Portanto, ainda que as fontes oficiais não fossem as únicas procuradas, eram as suas versões e argumentos sobre o caso que mais tinham destaque na cobertura, ou seja, não houve equilíbrio entre as fontes, nem igualdade no tempo disponível para defesa de argumentos.

Sobre a hipótese de que não haveria informações sobre como reconhecer e denunciar uma situação de abuso, infelizmente, o caso Tayná confirma a ausência de informações deste tipo.

Informar a sociedade – e de forma mais específica, a tutores, professores, pessoas próximas - sobre como reconhecer ou perceber que uma criança ou adolescente está passando por uma situação de violência sexual, e qual é o procedimento para denunciar, é muito importante para evitar que violência continue e para que esse cidadão possa ser protegido.

10 CONCLUSÃO

Neste trabalho, percebemos que os direitos da infância e adolescência demoraram para ser efetivados na História do Brasil. Entretanto, a partir do momento que esses direitos estão garantidos por lei, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), eles não podem ser violados ou negligenciados.

Neste sentido, Jempson e Norris (2002) reforçam a necessidade de os jornalistas atuarem como incentivadores do debate público sobre os direitos humanos, especialmente em relação aos direitos específicos de crianças e adolescentes, identificando as falhas e êxitos dessa área.

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um crime e, mais do que isso, é um problema de origens socioculturais, que envolvem questões de machismo e sexualização precoce, por exemplo. Devemos falar sobre este assunto, para que possamos tratar de forma adequada as vítimas e, quem sabe, evitar que outras crianças e adolescentes passem pela mesma situação.

O jornalismo, como difusor de informações, pode ajudar a levar a discussão para mais pessoas, e para instâncias do poder público, responsáveis pela formulação e efetivação de leis.

Apesar dos diversos estudos já feitos sobre o assunto, em áreas diferentes como da saúde pública e do Direito, no que tange à cobertura jornalística sobre abuso sexual de crianças e adolescentes o problema parece ser sempre o mesmo. O que se constata nesses estudos, em geral, é que a cobertura é bastante rasa e factual, sem uma atenção frequente ao tema. Também não há muita discussão sobre questões mais profundas, como origens culturais desse tipo de crime, o sistema penal, a existência e condições de funcionamento da rede de assistência à vítima.

Essa cobertura factual e episódica dificulta, inclusive, o entendimento da questão pela sociedade, causando o que Serva (2001) coloca como desinformação por parte daqueles que deveriam, justamente, informar.

Em contrapartida, uma cobertura exaustiva, mas sem qualidade, pode banalizar o tema e, conseqüentemente, a situação em si, o que é tão ruim quanto não se falar nada, porque ao se tornar banal, o tema passa a ser menos importante,

menos tocante e então o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes se torna ainda mais difícil.

Nesta pesquisa, pudemos verificar que a cobertura do caso Tayná da Silva, no Paraná TV 2ª edição, no que diz respeito ao abuso sexual de crianças e adolescentes seguiu, em termos gerais, as tendências já apontadas pela revisão bibliográfica e pelas entrevistas em profundidade.

Mais uma vez, um fato que envolvia esse tema, ao menos inicialmente, foi tratado apenas no nível factual, sem informações extra caso, informações sobre o ECA, ou sobre formas de denúncia, por exemplo.

Por outro lado, a cobertura neste veículo foi na contramão do que se espera na cobertura deste tipo de tema, e que foi levantado pela revisão bibliográfica e pelas entrevistas em profundidade, no que diz respeito ao sensacionalismo. De forma geral, a cobertura não procedeu desta forma e não buscou explorar a dor da família para ganhar ou manter a audiência, nem recorreu usualmente aos relatos minuciosos e cruéis para obter este resultado.

Uma observação importante a se fazer é que, mesmo quando as reportagens variaram as fontes, não havia equivalência no tempo disponível para cada uma. As matérias, na grande maioria, davam muito mais tempo às fontes oficiais. Este aspecto, não tão claro em uma análise mais superficial demonstra que, ainda que a imprensa não tenha recorrido exclusivamente às fontes oficiais durante o caso Tayná, eram elas que, muitas vezes, tinham a palavra final sobre os fatos, ou mais tempo disponível para desenvolver seus argumentos.

Essa dificuldade de tratar o abuso sexual de crianças e adolescentes na mídia, porém, é bastante complexa e envolve questões estruturais de trabalho e de rotinas produtivas dentro do campo jornalístico, além de questões mercadológicas.

Hoje, há pouca articulação entre jornalistas, conselheiros tutelares e Ministério Público, por exemplo, para conseguirmos realizar uma cobertura sistematizada sobre temas de infância e adolescência e, especialmente, sobre abuso sexual. O trabalho de contato com a imprensa para sugestão de temas, por exemplo, é dificultado e pontual, por um lado, pela diluição desta função dentro das diversas outras inseridas nas rotinas dos assessores de imprensa e, por outro lado, porque nem sempre há uma assessoria própria, regular e atuante à disposição.

No primeiro caso, retomamos o exemplo da assessoria de imprensa do Ministério Público que, hoje, é a responsável por fazer o contato com a imprensa

para a sugestão de temas a serem tratados. Esse, porém, é apenas um dos trabalhos da equipe de comunicação, que também atende demandas e solicitações da imprensa, se envolve na elaboração de campanhas, entre outras rotinas. Não é possível, portanto, se concentrar em sugerir que a imprensa cubra o abuso sexual de crianças e adolescentes, por exemplo.

Já o segundo exemplo retoma questões de estrutura como a do Conselho Tutelar, que não consegue fazer a sugestão e acompanhamento de coberturas sobre infância e adolescência por não ter uma equipe de assessoria de imprensa dedicada à instituição, que conheça as rotinas, posicionamentos, e possa estar em contato frequente com os jornalistas para tentar agendar temas.

Os jornalistas, por sua vez, têm muito trabalho a cumprir no mesmo dia, e pouco incentivo para reportagens que exigem esforço de investigação ou maior tempo para a realização. No caso da televisão, o dilema do tempo é ainda maior, já que os profissionais têm de conseguir “contar uma história” dentro do curto tempo negociado para a reportagem e, depois, dentro do tempo do telejornal como um todo.

Um contato mais próximo, frequente e mobilizado entre repórteres e poder público, por exemplo, poderia colaborar para que a cobertura sobre temas de infância e adolescência fosse mais regular e qualificada. Desta forma, as matérias seriam menos motivadas por casos específicos, a compreensão do repórter sobre as diversas facetas das questões em uma visão mais global seria maior, assim como a chance de a informação chegar ao público de forma mais qualificada.

Questões de mercado também fazem parte da complicada dinâmica que dificulta a cobertura sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes na mídia. Bourdieu (2002) e Muniz Sodré (1977) nos lembram que além de instituições informativas, as empresas de comunicação são, na sua base, empresas (no caso do Brasil, privadas, em sua maioria) e que, pela própria natureza de seu negócio, têm que buscar sobreviver financeiramente, lucrar e se manter funcionando. Nesse sentido, tratar de fatos-ônibus, como coloca Bourdieu, e não de fatos complicados, difíceis de desagregadores, como é o caso do abuso sexual, é muito melhor, pois agrada a audiência e, como consequência, traz mais anunciantes, por exemplo, colaborando para a sobrevivência financeira da instituição, como empresa.

Esses dilemas, porém, não devem servir de apoio para que mantenhamos as coberturas como elas se encontram hoje. O abuso sexual contra crianças e

adolescentes é real e afeta muitas pessoas e famílias. Com uma boa cobertura da imprensa sobre o tema, com a difusão de informações para ações individuais e coletivas, podemos colaborar, de alguma forma, para evitar novos casos e pressionar o poder público para que sofrimento das vítimas sejam tratados com mais cuidado.

Ainda que o agenda-*setting* seja uma teoria questionada por alguns estudiosos, é importante que tratemos de assuntos socialmente importantes, como o abuso sexual de crianças e adolescentes, para que eles tenham a chance, a partir da perspectiva da hipótese do agendamento, de serem discutidos e não caiam no esquecimento coletivo. Que sejam debatidos, questionados e que possamos encontrar formas melhores de lidarmos com o tema.

A profundidade, que tanto falamos neste estudo, pode ser alcançada por meio de uma matéria que vá além da comunicação do fato. Dar detalhes sobre o crime não é a forma de profundidade que buscamos. Deve-se, sim, fazer matérias que tragam informações extra caso, que tratem o abuso sexual de crianças e adolescentes como um problema sociocultural, que explore suas possíveis origens e causas, munindo a sociedade de informações para que esta possa ter seus próprios *insights* sobre o assunto e cobrar atitudes concretas.

A profundidade nas coberturas sobre abuso sexual de crianças e adolescentes também pode ser alcançada através de uma matéria que traga informações sobre como podemos identificar situações de abuso, como evitar que ele continue ocorrendo, e como e onde podemos fazer uma denúncia.

Falar sobre qual é o serviço de atendimento às vítimas desse tipo de crime, qual a importância dele, e quais as dificuldades que as instituições que prestam esse atendimento têm hoje também são saídas para qualificar e aprofundar as coberturas sobre o tema.

No campo do jornalismo, é importante sairmos de uma compreensão limitada sobre o abuso, que coloca cada situação como um caso isolado, para entendermos este crime em uma dimensão coletiva que, infelizmente, faz diversas vítimas todos os anos e que ainda sofre com a falta de atendimento adequado, subnotificação, desinformação sobre o que leva a esta situação e sobre as possibilidades de uma criança ou adolescente enfrentar, sozinha, uma situação de abuso sexual.

Mesmo sabendo das limitações de tempo e de mercado a que os jornalistas e empresas de comunicação estão sujeitos, sempre é possível fazer algo para melhorar a cobertura. Nas matérias do caso Tayná da Silva, por exemplo, aproveitar a oportunidade para falar sobre, pelo menos, algumas das questões citadas anteriormente, já iria colaborar para a qualidade das matérias produzidas, para uma informação de melhor qualidade chegando ao público e para o reforço da função social do jornalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEZ, Luciane Fassarella. **A Convergência Digital na Produção da Notícia**: reconfigurações na rotina produtiva dos jornais Tribuna do Norte e Extra. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos de Mídias, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16403/1/LucianeFA DISSERT.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

ANDI. **Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas**. Belo Horizonte, MG: Rede Andi Brasil, 2009. 137p

_____. **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes** – Guia de referência para a cobertura jornalística. 2ª edição. Brasília, DF; Andi, 2013. 120p

_____. **Piores formas de trabalho infantil. Um guia para jornalistas**. Brasília, DF: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2007. 120p

_____. **Infância e Comunicação - Uma agenda para o Brasil**. Disponível em <<http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/publicacao/infancia-e-comunicacao-uma-agenda-para-o-brasil>>. Acesso em: 22 nov. 2016

_____. **Violações de Direitos na Mídia Brasileira: Guia de Monitoramento**. 3. ed. Brasília: Andi, 2016. 148 p. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/publicacao/guia-de-monitoramento-violacoes-de-direitos-na-midia-brasileira-iii-0>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia na TV**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 252 p.

BRASIL. Constituição (1990). **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 17 out. 2016.

_____. Constituição (1940). Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. Constituição (1990). Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Promulga A Convenção Sobre Os Direitos da Criança**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL, Portal. **Dia Nacional Contra Abuso Sexual de Crianças e Jovens é celebrado nesta quinta (18)**. 2017. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/dia-nacional-contra-abuso-sexual-de-criancas-e-jovens-e-celebrado-nesta-quinta-18>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 143p.

CASTRO, Humberto de; RIGGIO, Elizabeth Wanderley. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Comunicação: o direito ao respeito**. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-estatuto-da-crian%C3%A7a-e-do-adolescente-e-comunica%C3%A7%C3%A3o-o-direito-ao-respeito>> Acesso em: 20 nov. 2016

COUTINHO, Iluska. Lógicas de produção do real no telejornal: a incorporação do público como legitimador do conhecimento oferecido nos telenoticiários. In: GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Televisão e realidade**. Salvador: Edufba, 2009. p.105-120. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/b3jpx/pdf/gomes-9788523208806.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

DAVID, Paulo. Os Direitos da Criança e a Mídia:: Conciliando proteção e participação. In: CARLSSON, Ulla; VON FEILITZEN, Cecilia (Org.). **A Criança e a Mídia**: Imagem, Educação, Participação. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 37-42.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 379 p.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. Cap. 4. p. 62-83

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. Cap. 14. p. 215-235.

GAZETA DO POVO. **Série "Crime sem castigo", da Gazeta do Povo, ganha prêmio internacional**. Curitiba, 11 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/serie-crime-sem-castigo-da-gazeta-do-povo-ganha-premio-internacional-ebzueh97awp37h7rztuoaaafi>>. Acesso em: 28 maio 2017.

GOUVEIA, Jussara. **Transcrição Entrevista Jussara Gouveia – Conselheira Tutelar Da Regional Do Pinheirinho**. Apêndice 2. 2017. p. 113 -131

JACINTO, Mônica. **O valor da palavra da vítima nos crimes de abuso sexual contra crianças nos julgados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2206, 16 jul. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13130>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

JEMPSON, Mike; NORRIS, Bill. A Informação e os Direitos da Criança: O desafio do engajamento da mídia. In: CARLSSON, Ulla; VON FEILITZEN, Cecilia (Org.). **A**

Criança e a Mídia: Imagem, Educação, Participação. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 489-503.

KÖNIG, Mauri. **Transcrição entrevista Mauri König – Jornalista Amigo da Criança.** Apêndice 1. 2017. p. 94-111

LOPES, Dirk. **Transcrição Entrevista Dirk Lopes - Ex-Produtor Da Rpc Na Época Do Caso Tayná.** Apêndice 4. 2017. p. 143 - 153

MAIOR NETO. Olympio de Sá Sotto. **Transcrição Entrevista Dr. Olympio De Sá Sotto Maior Neto - Procurador Do Ministério Público Do Paraná.** Apêndice 3. 2017. p. 132 - 142

PAULA, Aldenora Moraes de Oliveira. **Discurso, Mídia e Representação:** a abordagem do Correio Brasiliense sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes. 2012. 157 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <[https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/195/1/Aldenora Moraes de Oliveira Paula.pdf](https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/195/1/Aldenora_Moraes_de_Oliveira_Paula.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2016.

POLETTTO, Letícia Borges. **A (des) qualificação da infância:** a história do Brasil na assistência dos jovens. IX Anped Sul. 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/%20paper/viewFile/1953/329>> Acesso em: 07 out. 2016.

PIETRO, Angela Torma; YUNES, Maria Ângela Mattar. **Considerações jurídicas e psicossociais sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 58, out 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4021>. Acesso em 17 nov 2016.

ROSA, Rosane. **Desafios da pesquisa em comunicação e a infância no noticiário latino-americano.** Revista Contracampo, Rio de Janeiro, n 15, 2º semestre, 2006. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/issue/view/22/showToc>> Acesso em: 22 nov. 2016

RPC: conteúdo de qualidade e comprometimento com o público. 2016. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/rpc/noticia/2016/11/rpc-conteudo-de-qualidade-e-comprometimento-com-o-publico.html>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

Ministério dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos:** Balanço 2016 – Completo. Balanço 2011 a 2016 – Crianças e Adolescentes. 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/disque100/balanco-2016-completo>> Acesso em: 04 jul. 2017

Ministério da Justiça e Cidadania. **Crianças e Adolescentes:** Prevenção e enfrentamento à violência Sexual. 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/campanha-respeitar-proteger-garantir/violencia-sexual>>. Acesso em: 07 out. 2016.

SERVA, Leão. **Jornalismo e Desinformação**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2001. 142 p.

SILVEIRA, Mayra. **História dos direitos da criança e do adolescente**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n.3999, 13 jun. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28271>>. Acesso em: 17 out. 2016.

SODRÉ, Muniz. **Televisão e Psicanálise**. São Paulo: Editora Ática, 1987. 79 p

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002. 268 p.

SODRÉ, Muniz. **O Monopólio da Fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977. 156 p. (Vozes do Mundo Moderno).

STUMPF, Ida Regina C.. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. Cap. 3. p. 51-61.

United Nations Children's Fund. **Hidden In Plain Sight**: A statistical analysis of violence against children. New York: Unicef, 2014. 206 p. Disponível em: <http://files.unicef.org/publications/files/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. **Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583>. Acesso em: 18 nov 2016.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 9. ed. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2006. 271 p. (Textos de Apoio - Nova Série). Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo.

APÊNDICE 1 – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA MAURI KÖNIG – JORNALISTA AMIGO DA CRIANÇA

Vamos começar falando sobre a tua relação como Jornalista Amigo da Criança com os outros jornalistas que trabalhavam com você. Como era essa relação, eles te procuravam quando estavam fazendo algum trabalho na área de infância e adolescência, ou não?

Geralmente, no período em que eu trabalhei na Gazeta e como eu já tinha uma cobertura mais sistematizada sobre infância e adolescência, quando surgia algum caso ou sugeriam a pauta para que eu fizesse, ou.... Então eu acabei sendo dentro da redação da Gazeta uma referência na cobertura do tema. As pessoas vinham.... Quando não pediam para eu fazer a pauta normalmente pediam alguma dica de fonte a ser ouvida, qual a melhor forma de tratar o assunto para não parecer sensacionalismo, enfim. Óbvio que sempre tinha uma ou outra matéria que acabava saindo por conta de quem ia fazer, ou porque não tinha tempo para me ouvir, ou para me perguntar alguma coisa, ou não tinha interesse mesmo em perguntar alguma coisa para mim, não sei.

Mas geralmente.... Então acabaram me tomando como uma referência na redação na cobertura de temas de infância e adolescência. Na maior parte das vezes me consultavam, em alguma medida, a respeito. O que era bacana, porque aí eu sugeria um monte de leituras, também, a respeito disso para que mais gente pudesse ter uma familiaridade com o tema, com este tipo de cobertura. Em geral era assim, eles me viam sim como uma referência nessa cobertura aí dentro da redação. Desde a maioria dos colegas ali, dos pares da redação, até a chefia, a chefia também me via como um representante de uma parcela do jornalismo que cobria bem o tema da infância e adolescência.

E aí quando eles te procuravam, você.... Quando eles te abordavam para saber como seria a melhor forma de não tornar a matéria sensacionalista.... Em relação aos direitos, quais os tópicos que eles poderiam ou deveriam abordar, eles também questionavam isso para você?

É, me perguntavam geralmente qual a melhor forma de cobrir.... Faziam um relato do que era a pauta, a não ser que fosse alguma coisa muito urgente do dia-a-dia, que aí não tinha nem tempo para parar e ficar perguntando. Mas quando era uma pauta mais fria, que não era tão urgente, aí sim, perguntavam “qual a melhor forma de abordar isso”, determinado caso, enfim. Não lembro em detalhes se perguntavam quais termos eram mais recomendáveis ou não, porque eu acho que também já há um... meio que um consenso na maior parte dos jornalistas, não todos, infelizmente, mas na maior parte, de saber quais termos são os mais apropriados para tratar. Não falar de prostituição infantil, quando na verdade é exploração sexual, ou coisas do gênero.

Mas quando era uma matéria fria, sem essa urgência, as pessoas tinham sim a preocupação de saber qual era a melhor forma de cobrir, as terminologias a serem empregadas, tinham esse cuidado de perguntar. Até porque, eu critiquei algumas vezes dentro da redação algumas abordagens feitas em algumas matérias, ou diretamente para o repórter que fez, ou de forma geral, em reunião de pauta, discordando da forma como foi abordado o assunto. Então até como uma forma de evitar uma nova crítica, alguns colegas vinham me perguntar “como é que faz então”, “qual a melhor maneira”. Alguns tentando se resguardar de novas críticas, mas a maior parte na tentativa mesmo de melhorar a cobertura, de cobrir o tema de uma maneira melhor, mais apropriada.

E qual era a frequência dessas matérias mais frias? Era uma coisa que acontecia geralmente ou não?

É que essa é uma coisa assim... A gente tem que colocar isso num contexto... O tema infância e adolescência nunca esteve, nunca foi muito assíduo na pauta da imprensa. Era, geralmente, coberturas eventuais, e grande parte das vezes, quanto tinha... motivado por um acontecimento, algo factual. Então as pautas planejadas, as pautas frias, que tinha algum nível de planejamento para a cobertura do tema eram mais raras. Geralmente era eu que fazia. Poucas vezes partia de outra pessoa do jornal, porque não tinha interesse pelo tema. Eu não saberia dizer, agora, com que frequência que a Gazeta, por exemplo, cobria infância e adolescência, mas era bem menos do que deveria. A infância estava bem menos na pauta da Gazeta, e por extensão, de toda a imprensa, em geral... estava bem menos na pauta do que

deveria estar. Mas não saberia dizer agora com que frequência que tinha matérias assim frias ou planejadas. Não sei se seria uma, duas, três por mês....

Não, o número exato não é necessário, era mais para a gente entender essa dinâmica.

É, mas não era muito frequente não, era até raro, inclusive, ter reportagens. Se você for olhar em um lastro maior de tempo, tipo, um ano, você vai até encontrar bastante matéria, dezenas, talvez, no curso de um ano. Mas elas... esse tipo de cobertura, de infância e adolescência não era algo diário, ou algo que estava semanalmente, pelo menos, nas páginas do jornal.

A predominância da cobertura de imprensa, em um geral, não só na Gazeta, mas na imprensa no geral, é política e economia. Isso é o que domina o noticiário. Talvez 50% do noticiário seja ocupado por política e economia. E aí os outros 50% vai ter que diluir entre todos os outros assuntos, e a infância e adolescência é uma pequeníssima parte no meio disso. Então por isso a cobertura desse tema geralmente era muito rara.

E em um geral, do ponto de vista de quantidade e de qualidade, também. Você já comentou um pouco sobre isso, mas enfim. Em um geral, como você percebe a cobertura de temas relativos à infância e adolescência?

Olha, então, a cobertura é muito rara. E geralmente, quando a imprensa cobre o tema infância e adolescência, cobre sob a perspectiva... de polícia, da editoria de polícia. E muito menos, é muito mais raro, bem raro, por exemplo, matérias que tratem sobre políticas públicas para infância e adolescência. Sei lá, na proporção de uma em cada 10 matéria, quando muito, fala-se sobre políticas públicas para infância e adolescência, sobre os direitos da infância, enfim. Porque o que pauta, na maioria dos casos, são os acontecimentos. Geralmente acontecimentos relacionados à polícia, segurança pública, que envolvem crianças e adolescentes. Então a gente encontra mais, na cobertura de imprensa, crianças e adolescentes nas páginas de polícia do que nas páginas de política... ou nas de direitos humanos, ou de políticas públicas. E é uma abordagem bastante policialesca, mesmo, que a gente vê. Melhorou bastante do que era, em comparação, há 15 ou 20 anos. E acho

que isso, essa mudança, que é até perceptível se você comparar... até vale um estudo de caso bem interessante... como era a cobertura.... Pega um jornal como Folha de S. Paulo, ou outro nacional, em que você tenha acesso aos arquivos, e compara com era a cobertura de infância e adolescência há 20 anos, e como é hoje, por exemplo. Se a terminologia que se empregada naquela época é a terminologia que se emprega hoje. Melhorou muito. Mas por que melhorou? Por que nós tivemos aí um Estatuto da Criança e do Adolescente, que veio para impor limites legais para a exposição de vítimas de todo tipo de violência quando menor de idade, e eu acho que teve muito o papel da Andi nesse processo de qualificação da cobertura. Com as diversas oficinas que a Andi promoveu Brasil afora, com os diversos manuais que ela publicou e disponibilizou para jornalistas, sobre a melhor forma de cobrir os temas relacionados à infância e adolescência. Então foi um trabalho coletivo para essa mudança de visão. Acho que se não fosse isso, se não fosse o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, e a existência e atuação da Andi, talvez nós ainda estivéssemos no período medieval da cobertura de infância e adolescência. Um período medieval que a gente via até duas décadas atrás, com terminologias absurdas, com julgamento de valor para vítimas de violência sexual, por exemplo. Eu acho que houve uma civilização da cobertura da imprensa na temática da infância e adolescência. Então na qualidade, acho que a gente avançou bastante. A gente não conseguiu avançar ainda na quantidade da cobertura desse tema na imprensa brasileira.

E nos casos de abuso sexual, essa tua percepção se mantém, ou muda em algum caso?

Percepção...?

Sobre a cobertura dos casos de abuso.

É que assim, há estatísticas que apontam que pelo menos 70% dos casos de abuso sexual de crianças e adolescente se dá no ambiente domiciliar. É uma violência intrafamiliar, em sua maioria. E isso acaba se tornando um problema de família em que poucos jornalistas estão interessados em meter a colher. E porque esses dados, quanto sistematizados, estão nos domínios dos conselhos tutelares,

dos Cedecas, os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, e esses órgãos, tipo o Conselho Tutelar, o Cedeca, e tantos outros relacionados à infância e adolescência, muitos, eu imagino, é a minha visão, não enxergam na imprensa, nos jornalistas, parceiros para divulgar essas informações. Talvez por um certo receio do meu uso dessas informações.

E os jornalistas, de outro lado, como a cobertura de infância e adolescência está relegada à um segundo, terceiro, quarto, quinto plano dentro do jornalismo, raríssimos jornalistas se dispõem, com alguma frequência, uma periodicidade, buscar esses órgãos que detém esses dados, para construir uma matéria, para ver se houve uma mudança social, uma mudança de comportamento, enfim, fazer uma análise mais aprofundada que proponha uma compreensão melhor sobre quais estruturas socioculturais que levam a ter uma incidência maior de abuso sexual dentro das casas, das famílias, do que fora.

Então eu acho que nesse ponto a gente não conseguiu avançar. De pôr, efetivamente, na pauta da imprensa brasileira, uma cobertura mais sistematizada, a partir de dados, para entender a realidade de uma perspectiva mais macro. A cobertura se dá mais em casos pontuais, quando há algo que sai do comum, que envolve algum abuso ou alguma violência sexual uma criança ou um adolescente. E aí fica restrito à análise daquele caso, não se faz uma contextualização. No geral não se faz, para tentar entender porque aquilo acontece, qual a estrutura socioeconômica e cultural que foi o catalizador daquele caso. Geralmente é um mero relato daquele acontecimento, sem que...

Isso se dá muito em razão da preguiça ou do despreparo dos jornalistas para cobrir o tema. Porque se o jornalista já tem o caso bem disponível para a cobertura, basta ouvir o delegado, eventualmente o acusado, ou até algum familiar da vítima, porque ele vai correr atrás de dados, que vão demandar mais tempo, uma análise daqueles dados, vai tentar trazer outras fontes para explicar esse fenômeno da violência sexual? Então o jornalista ou por despreparo, por preguiça, ou por pressa, acaba ficando no mero relato do caso aparente, sem ir mais a fundo para tentar entender por que acontece. Acho que nesse aspecto do interesse a gente continua ainda muito atrasados.

E a partir do momento que o jornalista se dispõe a cobrir um caso desses ou essa temática, quais as dificuldades que você enxerga que ele vai

encontrar no caminho? Por exemplo, você falou que os Conselhos Tutelares não parecem muito dispostos a colaborar com os dados, talvez pelo mau uso deles, e tem a questão do tempo também. Quais são as outras dificuldades que o jornalista encontra nesse caminho de qualidade a partir do momento que ele se propõe a isso?

Antes deixa eu fazer um esclarecimento. Não é que os Conselhos Tutelares não facilitem ou não queiram dar as informações. Eles têm as informações, mas não têm a iniciativa de ir atrás dos jornalistas para divulgar os dados. Agora, quando procurados, em geral.... Eu desconheço conselheiro tutelar que não esteja disposto a colaborar com os jornalistas para esclarecer o caso. A questão é que eles não têm a iniciativa, porque não conseguem visualizar jornalistas que sejam comprometidos com a causa da infância e adolescência.

E por que eles não veem isso? Porque esse tema quase não aparece na imprensa, então é meio natural que eles não saibam quem identificar, qual jornalista. Se tivesse uma cobertura mais sistematizada.... Porque, por exemplo, um político que tenha alguma informação ele vai saber, vai ter dezenas, centenas de jornalistas a quem procurar, porque existem dezenas, centenas de jornalistas que cobrem política. O mesmo caso na área de economia. Acho que a coisa é meio proporcional. E como é raro alguém que cobre infância e adolescência com alguma regularidade, os Conselhos Tutelares e outras pessoas ligadas aos direitos da infância e adolescência não sabem exatamente quem procurar. Aí nem vão atrás. Mas quando procurados, eles fornecem as informações.

Eu acho que a maior dificuldade, e que a maior parte dos jornalistas têm para cobrir o tema, seja o tempo mesmo. Porque as redações, hoje, não dão muito tempo para os jornalistas se dedicarem a uma cobertura em particular. Se for para alguma cobertura política ou alguma cobertura econômica, eu até acho que as chefias vão dar mais tempo, porque são os temas dominantes no noticiário. Agora, infância e adolescência, talvez algum chefe vá perguntar “okay, por que você vai querer uma semana para fazer uma matéria? ”, “a quem vai interessar isso? ”, “que audiência isso vai dar para a gente? ”. E eu acho que isso vai minando o interesse dos jornalistas por determinados temas, e não só infância e adolescência, há ene outros temas que na percepção de chefias de redação, donos de veículos, enfim, que não traria a audiência necessária. Então os próprios jornalistas fogem, ou não se

importam com esses temas e esse tipo de cobertura. Então acho que, sobretudo, é falta de tempo e de incentivo para cobrir essa temática. Porque as informações, elas existem. Pessoas qualificadas para dar entrevistas e explicar esses fenômenos, também tem. Se eu tivesse que dar duas razões pelas quais o tema infância e adolescência é pouquíssimo explorado na imprensa seria a falta de tempo que o repórter tem para cobrir um tema como esse, e que é decorrente da falta de interesse e de incentivo dos veículos de imprensa sobre a cobertura dessa temática.

Nesses tempos de audiência a qualquer custo, dá muito mais visibilidade para um portal de notícias, um site noticioso, ou mesmo os impressos, você tratar de temas que despertam o interesse imediato das pessoas por um acidente, alguma coisa qualquer que aconteça com alguma celebridade... São os tais critérios de noticiabilidade. Em que aqueles que se supõem que vão gerar mais interesse das pessoas são os que estão predominando no noticiário. E o tema de infância e adolescência, a não ser quando se encontra uma criança esfaqueada em algum lugar, ou é algo que chama muito a atenção que vai aparecer, mais aí é pelo inusitado. E é um relato sobre aquele caso específico, e não uma contextualização para explicar por que isso acontece, e em que medida isso acontece. Essa é uma grande questão também. Não é só você falar que acontece a violência sexual, a gente tem que explicar em que medida ela acontece e por que ela acontece. Se a gente não for tentar entender.... Acho que essa é a grande questão.

Eu acho que o que move o jornalismo.... Até um artigo de um jornalista americano um tempo atrás em que ele diz que a grande pergunta no jornalismo é o “como”. Eu discordo completamente. Para mim, das seis perguntas do *lide*, que não precisam, necessariamente estar no *lide*, a principal é “por quê?”. A gente sempre tem que sair em campo, e eu sempre digo isso para os meus alunos e para outros colegas jornalistas, que a gente tem que ser tipo aquelas crianças de cinco ou seis anos, que estão na fase do porquê. A gente tem que perguntar sobre tudo o porquê. Porquê disso, por quê daquilo. É a pergunta que nos move no jornalismo. E aí se a gente vai relatar um caso de uma violência contra uma criança ou um adolescente e a gente não pergunta o porquê de aquilo ter acontecido, qual a contribuição que a gente vai estar levando para a opinião pública para entender esse tipo de problema? E quando você pergunta o porquê e esclarece esse porquê há uma grande chance de você despertar nas pessoas, mesmo que intuitivamente ou sei lá como.... Você dispara um gatilho para que a pessoa consiga refletir sobre

aquilo e chegar à conclusão dela: “se isso acontece por causa disso, então se fizermos diferente, daquela outra maneira, a gente evitar isso”. Mas infelizmente o porquê está ausente na maior parte da cobertura dos temas ligados à infância e adolescência.

Então a gente pode dizer que os veículos, de forma geral, até são permeáveis a esse tema, mas se demandar muito eles já se interessam por outra coisa? Tem essa permeabilidade dentro dos veículos de falar sobre esse tema?

Olha, tem, mas até um certo limite. Se eu apresento.... Eu apresentava com um certo espaçamento as minhas pautas relacionadas à infância e adolescência no jornal. Por quê? Primeiro, o jornal, como qualquer veículo de imprensa, ele tem que procurar ser plural. Ele tem que tratar da maior diversidade possível de assuntos para atender, em tese, públicos diferentes, com interesses diferentes, e etc. E se eu chegar para a minha chefia, apresento hoje uma pauta sobre infância e adolescência, semana que vem eu apresento outra, na terceira semana o chefe já vai falar “pô, mas de novo?”, mas até pode passar, se for uma pauta bacana. Na quarta semana já vai falar “poxa, mas você só fala disso?”. Mas isso não vai acontecer, esse desdém, por uma cobertura sistematizada, em algumas áreas que são tidas como mais sensíveis ao interesse público, como segurança pública, saúde, ou mesmo política e economia, que não estão tanto... O cidadão leigo aparentemente não se importa tanto com política, mas os jornais, os meios de comunicação vivem pautando porque um interesse mais dos meios do que da opinião pública. Então para estes temas não há esse tipo de desdém. Se tiver uma matéria hoje, outra depois de amanhã, outra no outro dia, sempre vai-se abrir espaço para isso. Desde que, lógico, haja alguma espécie de novidade, não haja repetição do tema, etc.

Já da infância há esse pouco caso. Não só infância. Há outros também. Talvez meio ambiente tenha essa mesma dificuldade de não se ver tanta importância em uma cobertura mais sistematizada, direitos humanos, em geral, também. Porque as empresas de comunicação são empresas capitalistas. Elas são movidas pelo capital. E vivem de quê? De vender notícias. E procuram vender notícias que sejam mais “compráveis” pelos seus consumidores de informação. E há

um certo senso comum nas redações de que alguns temas vendem mais do que outros, e o tema de infância e adolescência é um tema que vende pouco, porque desperta pouco interesse das pessoas. No fundo, no fundo mesmo, tudo gira em torno do capital, do capitalismo.

E você enxerga alguma forma de essa questão.... Por exemplo, você falou que o tema de infância e adolescência não se vende tanto como outros, ou não chama tanta atenção. Você enxerga algum caminho para que isso seja diferente, para que as pessoas se interessem mais por esse tema? Talvez não necessariamente mudando a rotina de funcionamento das redações, mas alguma forma do próprio público se interessar mais por esse tema, ou que se perceba que ele se interessa mais por ele?

Eu acho que uma cobertura qualificada do tema de infância e adolescência, com alguma criatividade na cobertura, pode tornar o assunto bem interessante. Pode fazer com que as pessoas se interessem. É óbvio que é difícil você competir com assuntos que se sobrepõem. Hoje, por exemplo, no Brasil, o assunto de política predomina em todos os noticiários, porque o assunto se impõe de tal maneira, pelos altos índices de corrupção que estão sendo expostos.... Então é um pouco natural que ele se destaque. Que tenham maior interesse.

E como fazer com que um tema como infância e adolescência ganhe um espaço maior? Putz, esse é um desafio que eu sempre procurei trazer para as páginas do jornal. Eu acho que seria possível com uma cobertura qualificada e com uma boa dose de criatividade. É possível, sim, você eleger um assunto e trazer ele para interesse público. Mas para isso vai demandar o quê? Uma dose de conhecimento sobre o tema, que muitos jornalistas não se dispõem a entender, a legislação sobre infância e adolescência, ou descobrir pautas novas relacionadas à infância e adolescência. E também pelo imediatismo da cobertura. Mas existe ainda uma lacuna. Eu, por exemplo, quando comecei a trabalhar com jornalismo eu identifiquei essa lacuna na cobertura sobre infância e adolescência na imprensa. E foi um tema que me interessou desde logo, desde que eu comecei a trabalhar com jornalismo. Mas o fato de eu perceber que poucos jornalistas cobriam infância ou adolescência.... Poucos ou quase nenhum na época, eu estou falando de 15, 20 anos atrás.

Eu identifiquei ali uma oportunidade de ocupar este espaço vazio que os colegas jornalistas estavam deixando, porque já havia muito jornalista cobrindo política, muito jornalista cobrindo economia, meio ambiente na época acho que ainda era meio insípido ainda, mas cobrindo outras áreas. Comecei cobrindo direitos humanos, e em particular infância e adolescência, porque existia esse vazio. Ou seja: o campo de pautas sobre isso estava completamente aberto para mim. Qualquer coisa que eu fizesse era novidade, porque praticamente não existia esse tipo de cobertura. E eu acho que isso se reproduz em grande medida hoje, ainda. É difícil você encontrar novidades em um tema em que há dezenas, centenas, talvez milhares de jornalistas cobrindo todos os dias no Brasil, como política e economia, por exemplo. Qual a novidade? Eventualmente alguém um furo ou outro, uma cobertura nova. Agora, em temas que são relegados pela maior parte dos veículos de imprensa é muito mais fácil você encontrar coisas novas, uma cobertura nova, porque você vai ter dados que não foram explorados ainda, você vai ter ganchos novos, enfim...

Eu acho que o que falta mesmo é interesse dos jornalistas e perceber que este é um campo que vale a pena cobrir. Fórmula para isso não vai existir, mas acho que seria mais o interesse pela temática. E assim, ver uma perspectiva de futuro mesmo na profissão, com este tipo de cobertura. Porque é difícil numa dada editoria, numa dada cobertura, em que já se tem, em um determinado veículo de imprensa, 15, 20, 30 repórteres trabalhando numa editoria X, como política, por exemplo... O cara que está começando vai ter que competir com esses 10, 15, 20, 30. E os outros, muito possivelmente, como estão há mais tempo na profissão, vão ter mais experiência, mais vantagens na hora de distribuir as melhores pautas. Então por que não começar por uma área, desbravar dentro de uma redação uma área em que ninguém está vendo e que tem todo um campo aberto para você se destacar profissionalmente. Eu pensei isso quando eu comecei há 27 no jornalismo. Não de imediato, mas com o passar de alguns anos eu fui percebendo que era um campo todo aberto. Eu vi ali uma possibilidade de crescimento profissional cobrindo esse tema. Era oportunidade para eu mostrar o meu trabalho, para que as pessoas vissem, muito mais do que em uma outra determinada área em que já tinha um monte de gente fazendo matéria a respeito. Então eu acho que é também um pouco falta de visão mesmo dos jornalistas de ver nisso bons temas, de cobertura e de abertura para crescimento profissional mesmo.

Um pouco conectado com isso que você falou: você começou nessa cobertura por vontade própria e foi se qualificando como? As redações, imagino, não ofereçam nenhum treinamento.

Não.

Como funciona isso?

Eu tive uma grande sorte, para falar a verdade. Eu comecei a trabalhar com jornalismo em 1990. As primeiras matérias relacionadas à infância e adolescência que eu fiz foi em torno de 1995, 1996, na época na Folha de Londrina.

Então eu fiz algumas matérias mais por intuição mesmo, porque naquela época não tinha nem feito faculdade de jornalismo. Eu fui fazer, entrei na faculdade só em 2000. Porque em Foz do Iguaçu, onde eu trabalhava, não tinha faculdade de jornalismo e tinha três ou quatro jornalistas formados, que tinham vindo de Curitiba ou de Londrina, e para atender o mercado profissional, o sindicato concedia registros supervisionados para quem atendia requisitos mínimos. Eu não tinha conhecimento nenhum. Eu tinha terminado meu curso de Letras, tinha uma certa habilidade por causa do curso de Letras, mas não tinha formação jornalística nenhuma, fui aprendendo na prática. Foi meio na intuição que eu fui fazendo e construindo o texto jornalístico, diferente do texto literário, e com isso eu fui me afeiçoando a determinados temas como os direitos humanos, por exemplo.

E ali na minha época de Folha de Londrina, que foi minha verdadeira escola de jornalismo... A Folha de Londrina dos anos 90 foi uma coisa excepcional, em termos jornalísticos não teve jornal melhor no Paraná até hoje, e eu tive o grande privilégio de ter trabalhado lá neste período, com os melhores dos professores que eu tive na prática que foi o Montezuma Cruz, que era o meu chefe na sucursal da Folha de Londrina. E o Montezuma Cruz era o cara em quem eu me inspirava, e ele tinha uma visão muito humanista. Então eu comecei a cobrir temas relacionados à infância e adolescência.

Até que, em 2001, quando eu já tinha começado a trabalhar na sucursal da Folha de Londrina em Foz do Iguaçu, me falaram da existência do primeiro Prêmio Tim Lopes para projetos de reportagem investigativa. Eu apresentei o projeto, e meu

projeto não foi aprovado, não passou, não ganhou a bolsa e tal. Mas eu recebi um feedback da Andi, feito pela socióloga Marlene Vaz, que era consultora da Andi. Ela deu um feedback para todos que apresentaram projetos, e fez uma série de considerações. E aquilo me serviu de tal forma que no ano seguinte eu apresentei no segundo concurso Tim Lopes. Acho que foi no ano de 2002. Enfim, eu inscrevi o projeto na primeira edição e não foi aprovado, recebi o feedback da socióloga Marlene Vaz. No ano seguinte, teve a segunda edição do concurso Tim Lopes, aí eu apresentei o projeto, já tendo em mente as considerações da Marlene Vaz e aí meu projeto foi aprovado. Foi um aprendizado muito grande o feedback que eu tive da Marlene Vaz por intermédio da Andi, que me fez crescer muito profissionalmente na cobertura de infância e adolescência. E aí já em seguida a Andi me deu a titulação de Jornalista Amigo da Criança, e a partir não parou mais meu interesse pela temática de infância e adolescência.

E eu aprendi muito com os guias, os manuais da Andi sobre cobertura de infância e adolescência. Eu participei de algumas oficinas da Andi, também, sobre esse tema em alguns lugares. Ou em São Paulo, ou Fortaleza, onde tinha os eventos que a Andi promovia, e isso, para mim, foi um grande aprendizado de como cobrir, como cuidar, na cobertura de infância e adolescência. E quando meu trabalho venceu a segunda edição do Concurso Tim Lopes, ao longo das minhas viagens pelas fronteiras do sul do Brasil, estávamos eu e o Albari Rosa, eu ligava para a Marlene Vaz. Tinha a disponibilidade, ela se pôs disponível, e eu conversava com ela. “Marlene, a gente se deparou com tal situação, o que você acha, qual a melhor maneira de abordar? ”. Porque eu acho que há um grande problema no meio jornalístico, há uma certa prepotência de alguns jornalistas, de achar que eles sabem o suficiente porque já cobriram, de dominam em alguma medida em alguns temas e não têm a humildade de perceber que a gente está em um constante processo de aprendizagem. Então eu não tinha vergonha nenhuma de ligar para a Marlene Vaz para perguntar para ela “olha, nós nos deparamos com a seguinte situação, o que você acha, é conveniente? ”. Ela pacientemente nos dava dicas. Então para mim foi um grande aprendizado essa relação que eu tive com a Andi.

Mas isso não era o padrão, não é? Nem todo mundo passou por esse processo. As redações não oferecem nenhum treinamento nem nada.

Não, não. Redações com treinamento para cobrir infância e adolescência, olha, eu posso estar absolutamente enganado, mas eu não conheço nenhuma redação no Brasil que promova algum tipo de aperfeiçoamento dos seus profissionais para cobrir infância e adolescência. Para cobrir política, economia, essas coisas, isso tem. Aos montes. Agora, para cobrir direitos humanos, infância e adolescência.... Espero que eu esteja enganado, mas eu não conheço. Ou se existe, não é algo que tenha alguma frequência ou que seja tão relevante.

E para melhorar essa cobertura, como a gente poderia fazer? A Andi ainda está atuando efetivamente nisso, eles ainda estão produzindo coisas para qualificar os jornalistas nessa cobertura?

Olha, eu tenho uma relação ainda hoje muito próxima com a Andi. Nunca perdi, desde lá de 2002, 2003. Foi em 2003 que me deram o título de Jornalista Amigo da Criança. Eu nunca perdi minha relação com a Andi, conheço as pessoas de lá, e a minha leitura é de que a Andi já foi mais atuante, em anos anteriores. Mas o fato de, hoje, não estar tão atuante quanto já foi não é por má vontade. Muito pelo contrário. É porque a crise que se abateu, no geral, a crise econômica que atingiu o país inteiro.... Teve a crise de 2008, principalmente.... Ela pegou muito mais forte nas organizações não governamentais. E a Andi é uma ONG. A Andi é uma ONG que tem no seu escopo de trabalho algo que, em geral, as pessoas não dão a devida importância.

Porque uma melhor qualificação dos jornalistas para cobrir infância e adolescência, em última análise, quem ganha com isso é a sociedade. Porque a partir do momento que os jornalistas cobrem melhor um determinado tema, as pessoas conseguem ter uma melhor compreensão sobre aquele fenômeno social, e conseguem formular as suas hipóteses, as suas reflexões do que é preciso fazer para mudar, quem cobrar para mudar, o que fazer, enfim. E se não tem uma cobertura qualificada, ou um estímulo para cobrir determinados temas, isso sai da *agenda-setting* da imprensa e sai, desaparece da opinião pública. Porque a imprensa, embora esteja, os veículos de imprensa estejam perdendo um pouco dessa hegemonia da mediação da opinião pública, porque as redes sociais trouxeram vários outros atores sociais como mediadores do debate público. Blogueiros, ou mesmo gente que nunca foi familiarizado, mas que tem alguma influência sobre os grupos sociais, estão produzindo conteúdo que pode não ser

classificado como jornalismo, como notícia, mas tem alguma influência. Eles estão pautando a discussão pública sobre alguns temas. Então mesmo que o jornalismo esteja perdendo um pouco dessa hegemonia na mediação dos temas, porque perdeu-se um pouco da centralidade das informações na pauta desses temas, grande parte dessa mediação ainda passa pelos veículos de comunicação. Se esses temas estão ausentes da agenda-setting, é muito provável que eles estejam ausentes também do debate da opinião pública. E há uma perda para a sociedade de vários desses temas, e um deles é infância e adolescência.

O que pegou? A crise econômica afetou bastante, na minha opinião. Espero até que os colegas da Andi não fiquem chateados comigo se a realidade for outra. Mas a minha visão é de que a crise econômica afetou no trabalho da Andi. Ela continua produzindo guias, produzindo relatórios, análises, enfim, mas ela deixou de fazer outras atividades que fazia com muito mais frequência, tipo as Caravanas Andi, que eram realizadas em diferentes estados, e que passavam nas redações para estimular os jornalistas a cobrir o tema de infância e adolescência, fazer oficinas de qualificação profissional... Isso existia com muito mais frequência antes, e não tem mais porque as fontes de financiamento acabaram se esgotando para muitas ONGs e, infelizmente, uma delas é a Andi. Mas ela ainda é um foco de resistência, os colegas que estão lá resistem, mantêm a Andi funcionando, até porque ela tem um valor social muito maior do que a maioria das pessoas atribuem a ela.

Falando ainda dessa questão de como melhorar a cobertura. Sobre o caso específico do abuso sexual contra crianças e adolescentes, como você acha que os jornalistas, com todas as limitações que eles têm dentro das redações, poderiam tentar tornar essa cobertura melhor?

Eu acho o seguinte. Volto a dizer, o interesse maior.... Porque as políticas dos meios de comunicação, dos meios tradicionais, dos meios de massa, é aquilo que vai dar uma audiência imediata, como política, economia, catástrofes, grandes celebridades e essas coisas todas.

Eu acho que a qualificação profissional, ou a qualificação na cobertura sobre os temas de infância e adolescência, ou a maior presença desse tema na imprensa,

vai estar muito mais vinculado ao interesse do jornalista do que do veículo de comunicação.

Então nesse sentido, primeiro: o jornalista se interessar pelo assunto e ver nisso uma possibilidade de crescimento profissional. De ver nisso um nicho pouco explorado no jornalismo e que ele pode ver como uma possibilidade de ascensão social, de mostrar o seu potencial de trabalho.

E aí as pessoas podem alegar “puxa, mas não dá tempo, porque no horário de trabalho na redação tem que produzir tantas matérias por dia”. E veja, eu tive que cumprir isso muito antes das redações digitais, dessa agilidade, dessa dinâmica de produção em massa de notícias, e sempre trabalhei como correspondente, ou em sucursal na região da Tríplice Fronteira, em Foz do Iguaçu. Eu tinha que cobrir e fazer, às vezes, cinco, seis, sete matérias por dia. Que é, basicamente, a mesma, porque se eu não fizesse e o concorrente fizesse, eu era cobrado “pô, o jornal tal deu a matéria tal e eu não dei”. Eu fazia e cumpria essa rotina.

Então quando eu percebi que eu não podia ficar nessa rotina porque eu seria um a mais dentro dessa escala industrial de produção de notícias que, no final das contas, tem pouca ou nenhuma importância para as pessoas, porque no dia seguinte ou uma hora depois, quando ela for ler outra matéria, já vão ter esquecido da minha.... Quando eu me dei conta disso eu pensei “que tipo de jornalista eu quero ser daqui 5 ou 10 anos?” e “o que eu preciso fazer para ser diferente, para me despontar, subir um degrau da média 7?”. A média 7 é o que todo mundo faz. O que eu preciso fazer? Eu preciso fazer alguma coisa diferente. E aí eu identifiquei que se eu fizesse algumas matérias um pouco mais aprofundadas, mais analíticas, com mais dados, com análise, ouvindo mais fontes.... Aí eu identifiquei por intuição, por experiência própria que isso começou a dar certo para mim.

Mas eu não tinha tempo, por causa da dinâmica da sucursal. Então o que eu fazia? Eu fazia isso fora do meu expediente. Porque eu não via isso que as pessoas dizem de “trabalhar de graça”, eu via como um investimento na minha carreira profissional. Se eu não tinha tempo ou condições, em um dado momento, em um dado lugar, para crescer profissionalmente porque me sugava de tal maneira que não me permitia fazer nada além do convencional, eu fui buscar alternativas. E a alternativa que eu tinha era fazer alguma coisa fora do meu expediente. E aí eu comecei a fazer o planejamento de algumas reportagens, e mesmo a apuração fora

do meu horário de expediente. E propunha a pauta para a chefia quando já estava com ela praticamente apurada, já estava mais encorpada.

Eu acho que o que a gente quer ser depende da gente mesmo. Se eu quero ser uma pessoa boa, vai depender de mim, não vai depender dos outros. Se eu quiser ser uma pessoa melhor, vai depender de mim, e não dos outros. Se eu quiser ser um profissional melhor, vai depender de mim. Parece uma coisa meio autoajuda o que eu estou falando, mas é óbvio. Ninguém vai chegar numa redação e vai falar “ô, fulano, vem cá, te elegemos para ser o nosso repórter especial, e a gente vai te preparar para os próximos três ou quatro anos”. Isso não existe. É cada um que se faz, que se constrói.

E eu acho que é isso que os jornalistas têm que perceber. Se você quer fazer um diferencial, dê sua cota extra para si mesmo, sua cota extra de sacrifício, e identifique o que está faltando na cobertura da imprensa. E se está faltando na cobertura da imprensa é porque há um grande potencial de pauta, e de cobertura em alguns temas. E entre eles, está a infância e adolescência. Então acho que a gente ampliaria e melhoraria a cobertura a partir da visão de cada um, de ver nisso uma possibilidade de crescimento profissional. Talvez seja uma visão simplista, mas, para mim, foi uma visão simplista que funcionou, em alguma medida. Também posso não ser o melhor jornalista de infância e adolescência, posso não ser um grande *expert* nisso, mas me ajudou bastante a crescer profissionalmente.

E no caso da Tayná, especificamente, o que você lembra da cobertura? Quais são as suas recordações desse caso e dessa cobertura específica?

Olha, no caso da Tayná eu acho que o que aconteceu na cobertura da imprensa, e o que acontece, na grande maioria, na absoluta maioria dos casos... não diria 100%, mas muito próximo disso, é estar refém de fontes. Sobre tudo de fontes oficiais. O jornalista refém de uma única fonte, ou que atribui uma importância maior a uma determinada fonte porque ela representa o *status quo*, ou porque ela está investida de um cargo de autoridade, acho que é um grande erro do jornalista. Porque muitas vezes, uma pessoa que não está investida de um cargo relevante na estrutura social pode ter uma informação muito melhor do que alguém que esteja em uma hierarquia social mais relevante.

E nesse caso da Tayná, aconteceu... eu faço um paralelo muito claro com o caso da Escola Base. E é o que, em alguma medida, acontece na maioria absoluta da cobertura da imprensa, que é se fiar muito em fontes oficiais. Assim como na Escola Base a imprensa como um todo, exceto, eu acredito, de dois veículos nacionais, todos foram na onda do delegado, que disse que havia abuso sexual, festas, orgias sexuais com as crianças na escola, na van da escola, e etc. E no caso da Tayná, a imprensa toda também pautou, pelo menos por um grande tempo na cobertura do tema, a voz oficial, a voz do delegado. O que ele falava era lei. A imprensa reportava aquilo sem o mínimo questionamento. E mesmo inconscientemente sabendo que nós não temos a melhor polícia do mundo e que está eivada de erros nas investigações. Que já tinha cometido erros homéricos anteriormente. Mas se fiou muito na.... E depois ficou hiper mega provado que a polícia se mostrou completamente incompetente nesse caso, assim como em muitos outros, porque até hoje não se tem a comprovação do que realmente aconteceu. Se houve a violência sexual, quem cometeu a violência sexual, ou em que condições ocorreu a violência sexual. Não se sabe. Porque a polícia foi incompetente para investigar isso.

Então em um primeiro momento era “o delegado falou, está falado, ele é autoridade”. Em alguma medida, okay, a gente fica mesmo um pouco refém, porque quem a gente questionaria, quem poderia fazer o contraponto nesse caso se o delegado estava conduzindo a investigação. E aí está a forma como a imprensa tratou o caso. Dando aquilo como caso concreto, “é isso”, “aconteceu”, “foi dessa maneira”, a partir do relato do delegado. A imprensa comprou *ipsi sliteris*, ou *ipsi verbis*, a declaração dada, falada pelo delegado.

E isso é uma amostragem de como funcionam as redações no Brasil, a partir de fontes oficiais. Se a fonte oficial errou, erra a imprensa inteira. Foi o caso da Escola Base, foi o caso da Tayná, que teve quatro suspeitos que foram presos, torturados, e que o delegado tinha dito que eles eram os culpados, enfim. E esses suspeitos foram expostos em todos os lugares, em todos os veículos, seja nos jornais, nos meios digitais, nas televisões, nas rádios. Todos foram expostos com nomes e imagens como culpados quando, na verdade, depois foi comprovado que não eram. Até onde se sabem não eram. Mas a imprensa compra sempre essas versões das fontes oficiais.

É difícil. Você falar.... “Ah, então, o que a imprensa faria no caso? Não falaria nada, não escreveria nada? Ou questionaria de cara o delegado?”. Não, eu acho que há maneiras e maneiras de se cobrir um caso. Depende muito. Porque isso está no código de leis do nosso país, não só aqui, mas na maior parte dos países mundo afora, que uma pessoa é inocente até que se prove o contrário. Ela é suspeita até um determinado momento. Mas ali não. O problema da imprensa é o pré-julgamento. A partir do que uma fonte oficial diz, um delegado. E ele é uma pessoa, um ser humano. Ele erra também, assim como foi provado que neste caso errou.

Então esse papel de julgar e condenar, feito por muitos veículos de imprensa, sobretudo esses programas policiaiscos que tem aí, tipo Datena, Marcelo Rezende, esses apresentadores tipo o Galo, essas porcariadas todas, na verdade prestam um grande desserviço à sociedade a partir do momento que julgam e condenam pessoas que dali a pouco são provadas como inocentes.

Acho que o caso da Tayná reproduz o que acontece na grande imprensa, que é o jornalista estar refém das fontes oficiais. Algumas vezes, talvez na maioria das vezes, dá certo. Mas outras vezes não dá certo, como foi o caso da Tayná. Se fiar em uma única fonte pode levar a erros crassos.

APÊNDICE 2 – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA JUSSARA GOUVEIA – CONSELHEIRA TUTELAR DA REGIONAL DO PINHEIRINHO¹⁸

Qual é a sua visão sobre a cobertura relativa à temas de infância e adolescência de uma forma geral. Como a imprensa cobre isso? Qual é a sua percepção?

Bom, nós temos o jornalismo sério, o jornalismo comprometido, temos ótimos jornalistas e aí tem os jornalistas que vivem de explorar qualquer assunto. Esse jornalista ele prejudica, ele fala inverdades, ele só quer ganhar notícia. E tem esse jornalista mais comprometido mesmo com a verdade, com a mudança necessária. Então, para mim, e para a criança e para o adolescente o jornalista comprometido é um amigo muito importante, porque ele chega muito rápido na casa das famílias, ele não só fala ele ajuda a construir uma outra proposta de sociedade, onde as crianças e adolescentes têm seus direitos garantidos.

E a tua percepção sobre a abordagem dos direitos da infância e adolescência nessas matérias? Você já falou que existe o jornalismo comprometido e o que só explora os assuntos. Em ambos os casos, como você percebe a abordagem desses direitos? Eles são abordados? Eles não são abordados? De que forma eles são repassados para a sociedade?

Então, o jornalista e o jornal que tem um comprometimento maior ele aborda de uma forma séria, de uma forma multiprofissional também, não enxerga um lado só, porque ele não vive da notícia. Pelo menos não da notícia sensacionalista. Então ele ouve.... Em tudo que é possível ele faz uma investigação, ele faz um trabalho de rua muito maior. Ele não vai só na consequência. E como vai nas causas, ele traz a legislação. Que é uma das melhores do mundo, a nossa. Ela vem para fazer essa mudança que é necessária mesmo, que é proteger nossas crianças e adolescentes para que eles possam se desenvolver. Então esse jornalista conhece a lei, ele sabe o que é importante divulgar. E divulga o Estatuto da Criança e Adolescente também. Fala da importância do Estatuto, o que diz na legislação, o que diz na Constituição, o

¹⁸ Alguns nomes citados durante a entrevista foram suprimidos para que pudéssemos preservar a fonte.

que o governo diz, o que a situação diz, qual é o contexto daquela situação com a criança e a proteção. Cumpre o que diz na lei, não divulga imagem...

E nos casos mais específicos de abuso sexual de crianças e adolescentes essa tua visão se mantém? Você tem alguma outra observação? Por ser um crime sexual existe alguma diferença de cobertura?

Com relação à criança e ao adolescente, toda denúncia deve ser protegida da divulgação, porque é crime expor a criança e o adolescente. É assim que diz a lei. Agora eu me perdi...

Com relação às coberturas de abuso sexual de crianças e adolescentes você percebe que tem alguma diferença por ser um crime sexual? Cobertura diferente, abordagem diferente...?

Então, o jornalista que é sensacionalista ele não se incomoda com a vida dessa criança, com a exposição, com exposição de quem está envolvido. Ele critica a legislação, faz o que for preciso para ganhar a opinião pública, para vender a notícia dele. Ele não está preocupado com o que vai afetar essa criança. Diferente do jornalista mais comprometido, que está preocupado em divulgar a notícia de forma séria, de forma comprometida, para que as pessoas saibam o que está acontecendo, mas que não exponha ninguém.

Alguns anos atrás, quando eu fui conselheira, eu fiz um comentário com um jornalista, e respondi por um crime de danos morais, porque o jornalista divulgou. Eu, como conselheira, e uma colega minha, resolvemos não quebrar o vínculo que tínhamos com o jornal, que era também defensor, e que ajudava a divulgar a situação da criança e do adolescente. Mas nós respondemos processo por 10 anos que acabou sendo arquivado. Por uma.... Não falo nem falta de ética, sabe? Às vezes é um pouco de falta de preparo, um descuido, então a gente precisa ser profissional mesmo. Se você se dispõe a trabalhar nessa área, você tem que fazer bem feito. Porque existem formas melhores e mais fáceis de ganhar dinheiro, de sobreviver, não é uma profissão como outra qualquer. É uma profissão que deve ser valorizada porque interfere na vida das pessoas. Ela interfere no sistema, na política, mas ela pode com poucas palavras destruir uma vida, duas vidas, três vidas.

Só para eu entender: vocês foram processadas por darem uma informação que não poderia ser divulgada para um jornalista e ele divulgou mesmo assim?

Divulgou. Expôs a situação, deu para identificar qual era o caso. Segundo a mãe, os vizinhos queriam linchar ela. Então você trabalha também com segredo de justiça. Você quer monitorar o jornal e dar os dados, pela importância que tem a divulgação, principalmente na área de política pública.... Porque infelizmente nossos políticos esperam a pressão da sociedade, do sistema, para garantir essas políticas que são necessárias e que eles já conhecem. Funciona assim mesmo. Então nós precisamos dos jornalistas, do jornal amigo da criança para divulgar, apoiar as lutas. Mas, infelizmente, não entramos com recurso contra porque nós não acreditávamos que tinha sido maldade do jornalista.

Você comentou algo agora que me chamou a atenção sobre essa questão de política pública. Você percebe que as matérias são tratadas dentro de uma editoria, por exemplo, de política pública, ou em um geral elas são tratadas muito mais como caso de política, ou como caso de segurança pública, ao invés de um caso de direito, de direitos humanos?

A gente tem que falar a verdade. No geral, a notícia não é publicada com seriedade, com esse comprometimento com a política pública. Ela visa ganhar a notícia e muitas vezes a opinião pública. Eu até.... Num dia de uma entrevista de eu levei o ECA para o jornalista porque ele falava muita besteira, e eu pensei, "ah, vou presentear ele com o Estatuto". E aí ele me olhou e falou "senhora conselheira, senhora defensora de direitos humanos, eu conheço esse Estatuto de cabo a rabo, eu estudo ele, mas dependo da opinião pública". Só que a opinião pública não precisa, necessariamente, ser escrota. Ela pode ser uma opinião pública para o bem, para o desenvolvimento da humanidade. Que é o que os defensores de direitos humanos de qualquer área fazem.

Muitas pessoas pensam que a mudança de hábitos e costumes para as nossas crianças é responsabilidade do Conselho Tutelar, ou do juiz e do promotor, mas a responsabilidade é de todo mundo. Cada um no seu lugar, do seu jeito, do

pai, do pai do líder sindical, do líder partidário.... Em vez de ficar fazendo politicagem, se comprometer com essas mudanças, que são necessárias. Você vai em uma audiência pública sobre direito da criança a comunidade não participa, as lideranças não participam. E se nós não conseguirmos garantir que essas crianças sejam protegidas, seja pelas políticas públicas, seja pelos pais, seja pela imprensa, ou pelo Conselho Tutelar, eles acabam se desenvolvendo de forma errada. Eles pagam o preço pela nossa... não sei se incompetência, ou falta de comprometimento, mas são eles que pagam o preço. E depois a imprensa quer responsabilizar, quer reduzir a maioria penal quer achar um cristão para botar a culpa. E é mais fácil fazer isso, culpar os que estão longe de nós. Porque quanto se trata dos nossos filhos nós queremos que sejam tratados de forma diferente. A grande lição do Estatuto é essa mesma, de querer para o filho do outro o que a gente quer para os nossos. Eu tenho certeza que esses jornalistas que fazem isso não falam dos filhos deles desta forma.

E quais são os principais problemas que você enxerga nessas coberturas? Coisas que são complicadas, que talvez eles não deveriam fazer mas fazem, e que você elegeria como os principais problemas da cobertura sobre infância e adolescência.

Então, é que na verdade, o pessoal só quer ganhar a mídia. E aí falam o que o povo quer ouvir, porque é mais fácil. O que as pessoas querem ouvir, ou de uma forma bem simplista, oferecem um projeto de salvação para a humanidade. Um projeto que acaba com a marginalidade, que acaba com a violência, que acaba.... E ficam falando que a pena de morte resolve, o que é uma pena. E que a diminuição da maioria penal vai resolver isso. Eles não têm comprometimento, eles só querem ganhar dinheiro, não querem a mudança, não se comprometem com a mudança.

Essa [redução da maioria penal] é uma fórmula que nunca vai funcionar, até porque, já existiu. Nós já tivemos outra forma de legislação que não melhorou a vida das nossas crianças. E se elas ainda não estão se desenvolvendo a contento, 27 anos praticamente após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, não é por culpa da criança, é porque nós não conseguimos protegê-los. Porque nós não conseguimos garantir a política pública. Porque os pais não conseguiram garantir a

proteção para os filhos também. Ainda criam e educam como foram criados, como foram educados, em uma outra época, com muita violência, muito autoritarismo, cerceando a liberdade das crianças. A rua não é das crianças como era antigamente. A gente tem que proteger as crianças até da rua. E muitas vezes crianças ficam dentro de casa confinadas, porque os pais precisam trabalhar, não tem a creche, não tem programa para atender.... E eles crescem, assim, sem se desenvolver direito, sem socializar, e depois nós queremos que eles sejam cidadãos respeitados, como se tivessem sido criadas com amor, com carinho, com respeito. E cada um responde de uma forma. Está certo que uma ou outra criança consegue se desenvolver bem mesmo não tendo carinho, mas não é a regra, é a exceção. E nós precisamos garantir a proteção para que eles possam se desenvolver. E não conseguimos fazer isso ainda.

Agora, no meio de julho, dia 13 de julho, faz 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. E ao invés de avançarmos para a proteção, nós temos retrocedendo na garantia de direitos. Não só das crianças e adolescentes, mas na questão de saúde, educação, estamos retrocedendo. O Orçamento Criança, que nós acreditávamos que iria pegar, porque é uma proposta inovadora, capaz de garantir a política pública, não conseguimos.... Até dizem que criança e adolescente é importante, mas não garante voto. E infelizmente o que movimenta, hoje, é a garantia de votos. Embora tenha muito mais coisa por trás, porque por trás dos nossos políticos despreparados, que é assim que eu vejo mesmo, nós temos muitos políticos despreparados, não só descomprometidos... Por trás deles têm um sistema maior, e um sistema que não quer que as nossas crianças tenham educação, que elas se desenvolvam.

Então esse embate da sociedade com o sistema, com o governo, ele é como se fosse um ringe, e quem pressionar mais vai avançando. E a imprensa, para mim, é fundamental, porque ela ajuda bastante nisso. Ela mostrar a verdade. É essa verdade que vai pressionando. Porque aqui dentro do Conselho Tutelar, a gente também constrói e educa, constrói essa proposta societária e educa, mas é no varejo, é individual. A imprensa não, ela trabalha na cabeça das pessoas de forma coletiva, ensinando a pensar, raciocinar. É lógico que nós ainda não temos essa cultura e o hábito de as pessoas lerem, mas um fala para o outro, Nós ainda temos esse hábito de conversar, de contar caso, de assistir a tevê, ouvir o rádio, imprensa

falada, imprensa comunicada. A imprensa na faculdade. A imprensa está em todos os cantos mesmo.

E você, ou o Conselho Tutelar de forma geral, essa imprensa procura vocês na hora de fazer uma cobertura, ou não?

Procura muito pouco. Muito pouco. No geral, nós procuramos a imprensa em alguns casos, e em outros casos, quando tem alguma situação assim, dessa forma bem sensacionalista mesmo, eles também procurando culpabilizar os conselheiros tutelares. "Onde estão os Conselheiros Tutelares, que estão deixando as crianças morrerem? Onde estão os defensores dos direitos das crianças que estão deixando os menores roubarem? Esse Estatuto que só veio para proteger bandido tem que acabar!". No geral é com essa imprensa que nós convivemos. Então hoje o Conselho está muito recuado com essa imprensa. Embora compreenda a importância, a gente está muito recuada por conta desse sensacionalismo e até terrorismo em cima dos Conselhos Tutelares. Porque é bastante difícil.

Aqui nós tivemos várias situações com a imprensa. De a imprensa fazer isso, o tal de Galo, porque é o exemplo típico hoje, como teve o Alborghetti, como tiveram outros, hoje tem o Galo, que já sai falando. E aí o direito de resposta é muito reduzido. Quando você consegue responder... até porque aqui no Conselho a gente trabalha muito, muito tempo, então é alguém que acaba ouvindo e vem trazer a notícia, porque ninguém aqui consegue acompanhar muita coisa. E também falta assessoria, antigamente nós tínhamos um pouco mais de assessoria, fosse da Ciranda, ou fosse da própria assessoria técnica, do Conselho Tutelar, que trazia para o debate essa problemática e esse problema mesmo. Hoje nós não temos.

Os conselheiros têm que fazer tudo. Antigamente nós tínhamos o SOS Criança, que ia nas casas atender, que fazia grupos de orientação para crianças vítimas de violência doméstica e, no geral, era abuso. Abuso ou agressão física. Hoje nós temos nada disso, os conselheiros tutelares são acionados quase o tempo todo. E as vezes no meio da noite, você tem que falar "mas o conselho não tem como ir, isso é caso de polícia". Porque nós temos conselheiros sendo assassinados no país. Boa parte tem a ver com a uso sexual e com pedofilia, as situações com os Conselhos. Tem um caso ou outro, de disputa de guarda, mas no geral é coisa mais séria. Então os conselheiros também têm que se proteger. E aí essa exposição, não só pelo fato de ser crime, mas também porque é crime, coloca em risco a vida das

peessoas. A vida dos conselheiros, a vida dos defensores. Hoje nós temos assistentes sociais nos CRAS que falam "não, mas eu não poso ir lá me identificar, porque como eu vou continuar atendendo?". E isso um pouco a imprensa é que tem construído. Não a imprensa no geral, não os jornalistas que trabalham defendendo os direitos, mas os jornalistas não sei como é o apelido que tem.... Mas são muito ruins mesmo. Eles fazem um desserviço para o desenvolvimento das crianças e adolescentes no nosso país. Um desserviço para a política pública, um desserviço para o exercício da cidadania.

Então nesses casos eles procuram vocês mais no sentido de cobrança do que em um sentido de orientação, de pedir orientação. Tipo, como a gente pode falar sobre esse caso sem expor a criança e um adolescente? É em um sentido de cobrar vocês sobre o trabalho que vocês, entre aspas, deveriam estar fazendo.

Eles não estão preocupados com a criança. No geral, é uma imprensa que quer fazer sensacionalismo mesmo. No geral, eles são querem saber. Aliás, eles nem querer saber de Conselho Tutelar. Esse povo é o Conselho que procura pedindo direito de resposta, e tudo o mais. Como eles conhecem a legislação, eles também se defender, e bem. E já tem assessoria jurídica. Um conselheiro tutelar que fizer qualquer coisa hoje ele tem que contratar um advogado, porque ele não tem assessoria jurídica. Graças a Deus nós temos parceiros, mas no mínimo, o valor da causa ele [o conselheiro] vai ter que pagar. Então os conselheiros tutelares que trabalham com a imprensa, hoje, estão procurando tomar muito mais cuidado do que antigamente. Porque ele acaba respondendo pelo que fala. E está correto, não está errado. Tem que responder mesmo, porque a lei é clara, você não pode expor a criança, as famílias. O direito à inviolabilidade, é o mesmo direito que a liberdade é tão importante quanto, é princípio.

E esse caminho contrário? Você comentou que o Conselho costuma procurar a imprensa para pedir direito de resposta. Tem algum outro caso em que vocês procuram a imprensa? Um caso específico em que vocês percebem, por exemplo, que a cobertura de um jornal teoricamente sério está cometendo algum erro. Vocês procuram a imprensa nesse sentido? Ou nesse momento,

considerando todas as coisas que você já comentou, vocês se limitam muito mais a pedir esse direito de resposta?

Nesse momento nós nos limitamos mais a pedir direito de resposta, esporadicamente, quando tem um tema, assim, com relação à redução, com relação ao aniversário do Estatuto, dia do conselheiro, alguns casos excepcionais. Hoje, infelizmente, o Conselho tem procurado a imprensa. Tem procurado muito pouco mesmo. Eu penso, e acho que é necessário construir um trabalho conjunto. É necessário para que a gente possa avançar, para que a gente não continue retrocedendo. Para que a gente consiga, inclusive, manter essa legislação. Porque o pessoal está discutindo já... O deputado que está ajudando na relatoria da mudança do Estatuto é aqui do Paraná. A maior parte dos conselheiros nem sabe que está se trabalhando isso, uma nova proposta de Estatuto. De qualquer forma, segundo o Dr. Olympio, é ilegal, porque a imputabilidade penal é cláusula pétrea, então não pode sofrer alteração. Mas de tempo em tempo isso aparece de forma recorrente. Tivemos no mês passado na Assembleia [Assembleia Legislativa do Paraná] em uma audiência sobre isso, em que o deputado veio, falou que era o relatou. Parece que a proposta é do Serra [José Serra, senador]. Mas todo mundo que propõe sempre está envolvido com alguma situação. Depois o Dr. Olympio vai falar contigo sobre isso, com certeza.

E em que medida os problemas estruturais, talvez, do Conselho influenciam nisso? A falta de alguns recursos para vocês, no Conselho Tutelar, você acha que impacta essa dificuldade de vocês em procurar a imprensa? De, por exemplo, ter essa assessoria jurídica, ou de ter uma assessoria de imprensa mesmo, que acompanhe a cobertura e o que se fala sobre os Conselhos. E de que forma a "imprensa séria" poderia ajudar vocês a trabalhar essas questões estruturais que dificultam o trabalho?

Veja, a nossa estrutura ela é essencial para você desenvolver o trabalho. Como falta política pública, como falta estrutura, hoje nós temos três funcionários. Mas nós não tínhamos nem funcionários. Ano passado nós chegamos a fechar esse Conselho [o da Regional do Pinheirinho] por falta de funcionário. Quando você tem muita coisa para fazer para fazer, que não é da sua atribuição, você deixa de

cumprir a sua atribuição. Por conta das emergências, por conta do trefismo. Você tem uma criança, de madrugada, que está sozinha, como a maior parte dos conselheiros são das comunidades, boa parte ligada às igrejas, você nem pensa duas vezes no risco. Você vai lá atender, tirar a criança do risco.

Não estou falando que é errado. Mas que depois você teria que tomar uma atitude para garantir que não tenha mais crianças na mesma situação. Nós estamos a 27 anos falando isso, que Conselheiro Tutelar não é um programa de atendimento, ele é um serviço da comunidade, como se fosse uma ouvidoria da infância. Mas nós continuamos atendendo. Tem até conselheiro que fala "ah, eu sou um pouco conselheiro, um pouco advogado, um pouco psicólogo". Mas nós não somos nada disso. Nós só somos conselheiros tutelares, que era uma forma de democracia participativa, de a comunidade vir para dentro do governo municipal para fazer o controle das políticas públicas. E ao invés de fazer esse controle, nós estamos executando política pública. Nós estamos atendendo as crianças porque não tem quem atenda.

O Conselho não deveria ser a porta de entrada para uma criança que é abusada. Mas é. Hoje se uma criança é abusada, nós não temos nem para onde encaminhar. Veja bem como é a situação. Nós temos uma ONG em Curitiba, acho que é bacana citar e depois você puder falar com eles também, é a Fênix, que atende essas situações. Que atende os filhos das AIDs, e eles são especialistas só nisso, e que hoje atendem a criança abusada, atendem o abusador. É a única ONG aqui que atende o abusador também. Nós não podemos atender só a criança, porque esse abusador vai continuar abusando e nós precisamos de um serviço que faça isso. Se você for entrevistar, eles vão falar que estão *capengando*. Eles não têm recurso para sobreviver. Você vai lá e vê e um trabalho maravilhoso com 20 funcionários, com sexóloga, com psicólogo, com assistente, com ex-conselheiro que trabalha lá, mas não tem recurso para manter uma estrutura. A igreja para o aluguel, a Mitra, eu acho. Uma vez por mês um restaurante faz uma sopa e doa a renda. E aí pega um projeto pequenininho na Itaipu, pega um projeto pequenininho na Prefeitura, mas esses projetos para trabalhar com criança abusada são caros. Porque é muito fácil você destruir alguém.

E não que a criança vá esquecer, porque não vai, isso vai afetar ela para o resto da vida, mas ela tem direito de um tendimento que permita que ela não sofra

tanto com isso E aí ela vai ficar na fila da Fênix até maio, final de maio [a entrevista foi feita em meados de abril].

Se ela for abusada hoje, ela vai ser atendida só no final de maio?

É isso mesmo. Nós podemos encaminhar para o Nucria, e fingir que está tendo atendimento, encaminhar para o Ministério Público, mas não tem. E nós temos compromisso, os conselheiros têm feito isso de insistir. Antigamente nós tínhamos a Sentinela, depois nós tínhamos CREA no Cristo Rei especializado, porque essa é uma discussão que tem que ser altamente especializada. E agora tem uma proposta de isso vir para as regiões. Mas nos CREAS não tem nem funcionário. Em todos os CREAS faltam funcionários. No Tatuquara, que é uma região de risco, de violência, de abuso e tudo o mais você vai encontrar dois ou três profissionais nos CREAS. Estou te falando que a Fênix, que é uma ONG séria, que embora não tenha recurso tem um comprometimento, tem 20 funcionários. E não é uma população enorme que eles conseguem atender, eles atendem o que podem. É grande para o recurso que têm. Mas não é tanto, porque é específico. Uma menina que é abusada, às vezes, para por cirurgia para reconstrução dos órgãos internos. O Conselho Tutelar até atende essa demanda, mas eu falo para o pessoal que a gente não pode ficar ouvindo tudo isso, porque a gente não tem resiliência que dê conta disso. A gente tem que encaminhar isso para um profissional, mas e aí, *cadê* o profissional? Você às vezes ouve um pouco, busca uma alternativa.

O abusador, para você tirar do local, que é o sonho do que diz na lei, que quando uma criança é abusada é o abusador que tem que sair do local e não a criança abusada, isso é muito raro. Eu sou Conselheira de quando se criou o Estatuto, e eu tive uns dois ou três casos de afastamento do agente agressor. O resto todo foi a criança que foi afastada que foi institucionalizada, e aí dentro das casas de acolhida seja tudo bem, mas nem sempre é tudo bem também. A gente recebe várias denúncias de dentro dos abrigos.

Então a criança ela não é vitimizada, ela é revitimizada várias vezes pelo nosso sistema. Eu falo que não é um sistema de garantia de direitos, porque nós não conseguimos garantir. Nós não conseguimos proteger. E aí a imprensa sensacionalista vem com essa.... Quando ele [o adolescente] chega com 14 anos e

já foi tão abusado que já perdeu qualquer limite, a imprensa acha que é simples. Que é só prender e pronto, acabou. Nós estamos mesmo criando uma juventude bastante comprometida. Porque a nossa geração tinha uma ideologia maior de mudança. Nós tínhamos mais líderes que a gente se identificava e aí lutava muito. Essa geração não. A imprensa conseguiu criar no imaginário das pessoas que todos os políticos não prestam, que toda liderança tem algum interesse, e aí eles vão crescendo e se desenvolvendo nesse ambiente sem referências.

Nem sempre os pais são ruins, mas muitas vezes também foram criados dessa forma. Tem uma geração de crianças que são filhos do crack, que já têm um problema psicológico, que já têm a dependência, mesmo que não use. E vai se desenvolver como, se nós não conseguimos garantir isso? A lei está clara, é perfeita, mas nós precisamos tornar ela prática diária. Para isso é preciso mudar a cultura das pessoas, e a imprensa constrói a cultura, ela constrói uma cultura de desenvolvimento, de bem, do bom trato, mas também constrói uma cultura do mau trato, do mal.

De desmobilização né?

Desmobilização. E até da baixa autoestima da juventude. Que não tem os programas. "Ah, mas no meu tempo não tinha creche". Não tinha. Mas tinha rua, os vizinhos ajudavam a atender. Hoje é cada um dentro da sua casa, com medo. Se um adolescente chega no vidro do caso da gente, a gente tem medo do adolescente. Mesmo quem defende o direito humano. Porque a gente sabe ao que está sujeito. Porque esse adolescente já perdeu os valores. Se você constrói algum vínculo, às vezes eles são respeitados. Mas se você não tem nenhum vínculo...

Aqui em Curitiba acho bacana o Mauri [o jornalista Mauri König, titulado Jornalista Amigo da Criança pela Andi] fazia muito isso, acho que hoje não faz mais. Mas ele era jornalista de rua mesmo, saía observando as pessoas, e criava as matérias dele. Um pouco a partir do que ele mesmo via na rua. Nós temos poucos jornalistas assim. Que observam e que vão atrás do por que aquela criança está lá, por que o adolescente está ali.

E comentando um pouquinho sobre isso. Você falou dessa dificuldade dos jornalistas de perceberem as coisas e de irem atrás, de serem jornalistas

de rua mesmo. Quais são as outras dificuldades que você percebe que os jornalistas têm para fazer essas coberturas? Mesmo os jornalistas sérios. Quais são as dificuldades que eles têm na hora de fazer uma matéria sobre infância e adolescência?

O jornalismo está dentro de um sistema também. Um sistema excludente, um sistema que exclui as pessoas. Um sistema que vive do lucro. E aí... O jornal tem dono. E nem todos os donos têm comprometimento. Muitos jornalistas são excluídos também desse sistema se falarem o que o patrão não quer que fale. Porque o sistema exclui. O que vale é o lucro. Não as pessoas. Não são as ideias, não é a mudança. No geral.

No geral, os defensores dos direitos humanos vão tentando trabalhar com um espaço ou outro. E a mídia escrita, por exemplo, está praticamente extinta. Está se extinguindo. Não é só por conta da internet, ou dessa nova mudança. É por conta do poderio mesmo que a imprensa toma conta. Você pega uma Rede Globo, ou qualquer outro jornal, se eles quiserem, eles massacram, eles acabam com a pessoa. Eles têm uma potência, uma possibilidade que nós mesmos demos para eles, nós enquanto sociedade demos para eles muito poder. E não estão sozinhos. Porque se eles estivessem sozinhos aqui no país, seria mais simples, mas esse sistema é muito maior. Tem muita gente grande por trás disso. Então é uma luta diária. Quem quer ser comprometido com a verdade, ele tem que ter muita competência técnica, muita criatividade, mas acima de tudo muita coragem. Porque não é fácil você ficar do lado fraco. Mais fácil é se acomodar e receber o salário no final do mês. As pessoas se acovardam frente à verdade. A verdade.... Eu até não julgo que seja uma covardia do mal, mas é que é muito difícil mesmo você enfrentar um sistema que já vem pré-estabelecido. Mas as nossas mudanças e a melhora da vida das pessoas não teriam acontecido se algumas pessoas não fossem corajosas, não dedicassem a vida, e não perdessem, inclusive, a vida para que aquelas mudanças fossem acontecendo. Então ser jornalista comprometido é uma missão árdua, com sangue, suor e lágrimas mesmo. Como ser um conselheiro tutelar é difícil, qualquer profissão é difícil, a gente assume sabendo que é difícil.

Algumas coisas a gente até já comentou naquela pergunta que eu te fiz sobre estrutura, você já me respondeu algumas outras coisas...

Não sei se você reparou, quando está atendendo aqui do lado, a gente ouve tudo. Mas não é só a gente que ouve. Se a pessoa estiver no corredor, ela ouve também. Porque isso aqui é divisória, aberto. Nós estamos brigando há muito tempo para ter uma cara de Conselho, como tem em todos os lugares.

Essa não é uma dificuldade só desta unidade, é de todas?

Em Curitiba nós temos três unidades que têm uma casa. Cajuru, Bairro Novo e Matriz. O resto é todo assim. O pessoal não está falando alto. Você imagina uma criança que é abusada, ou quanto chega alguém surtando. Toda a rua fica sabendo. Às vezes.... Para mim não falam isso, porque a minha sala é a mais reservada, tem a inconveniência de passar no meio dos armários, mas é mais reservada, eu vou buscar na porta o pessoal, geralmente, mas o resto, as outras salas são do lado. A Claudete disse que esses dias a mulher falou para ela "ah, eu não preciso falar tudo, é a mesma coisa, eu estou passando pela mesma coisa que você ouviu agora há pouco, o que eu preciso mesmo é que me encaminhe para o médico" [se referindo àquilo que a mulher tinha escutado do atendimento anterior]. O Nucria também, que é quem atende abuso sexual, às vezes demora um pouco para.... você não vê o processo correr, entende? Às vezes a gente pega o telefone e liga e pergunta "olha, já foi encaminhado o processo, já foi encaminhado para fazer o exame de lesões corporais?". Aqui em Curitiba, de forma até mais organizada, porque vai para o Nucria, se é criança, aí o IML [Instituto Médico Legal] vai até lá.... Mas no geral não é isso que acontece. No geral a criança é exposta, ainda, apesar de toda essa nossa briga. Mas é isso, o sistema produz uma grande quantidade, e nós só conseguimos atender no varejo. Nós não temos conseguido conforme o Estatuto, fazer esse atendimento coletivo, essa discussão. E aí quando um estudante vem me entrevistar eu fico muito feliz, porque é um a mais na caminhada. Quando começou a Ciranda eu já era conselheira. Eu fazia essa articulação e eu falava muito isso, que se você tem a imprensa, mesmo com dificuldade, do teu lado, você já tem um grande ganho. Já veio muita gente, mas ultimamente tem vindo pouca gente atrás da notícia.

Até falei um dia.... Eu coloquei as fichas assim, em cima da mesa, se você for ver hoje ainda tem um monte também, da *Fica*. *Fica* o que é? É um formulário de comunicação de aluno ausente. É um programa de enfrentamento à evasão escolar

do Estado junto com o Conselho Tutelar e o Estatuto. Eu coloquei tudo aqui, não lembro se foi o Mauri ou o Zé [José Carlos Fernandes, também titulado Jornalista Amigo da Criança] que veio aqui, e bateram foto, e colocaram na matéria "segundo a conselheira, os Fica ficam em cima da mesa, porque não tem programa para atender". Fizaram uma matéria bacana, de capa. Acho que uma semana depois eu fui no Ministério Público e o promotor falou para mim: "Então, Jussara, os Fica estão em cima da mesa?" E eu respondi "Pois é, nós não criamos política pública, estão lá em cima da minha mesa, eu não consigo nem olhar tudo que tem, porque eu tenho que atender o povo que chega". Quer dizer, todo mundo estava sabendo. E o dono do cartório ligou, na matéria eu tinha falado sobre a dificuldade da estrutura, dificuldade de material, que nós queríamos criar um regimento, um manual de procedimento, mas não tinha recurso para nada, que não tem até hoje, e aí ele ligou aqui se oferecendo para ajudar no que precisasse.

Se você tem a imprensa que articula, que mobiliza, o pessoal vem. O nosso povo aqui é muito solidário. O povo de Curitiba é muito solidário. Tem toda essa possibilidade de desconstrução, mas tem a possibilidade de construção. O povo é solidário. Aqui em Curitiba, com uma boa articulação ninguém passa fome. Porque um ajuda o outro. Na periferia, o povo vem do interior. A questão do abuso não é uma questão, assim... só de maldade. Ela precisa ser encarada como uma questão cultural. Que há muito tempo os adultos achavam que podiam fazer o que queriam com as crianças. E de doença também. Porque segundo os estudos, quem foi abusado, também abusa. Na grande maioria. Isso não é exceção, é a regra. Mas nós não temos programas para atender, de qualquer forma, isso é fundamental. Nós não temos mais política pública para fazer esse atendimento. Não temos mesmo.

Então a gente pode falar que hoje a gente não tem algum nível de colaboração entre o jornalismo e, enfim, a rede de atendimento, por exemplo, à criança e ao adolescente, para matérias desse tipo. Isso está enfraquecido.

Está muito enfraquecido. Nós não temos esse comprometimento, eu não sei por quê. Era muito recorrente as entidades mesmo procuravam bastante, aí o jornalista pautava. Mas você via a pauta da infância. Hoje, você só vê pauta de infância na página policial, praticamente. Você só ouve falar que o adolescente, roubou, matou, estuprou, assaltou. E defendem a redução da maioridade penal

como uma alternativa. O que, na verdade, não é. Nunca foi, acho que nunca vai ser. Porque nós precisamos mesmo proteger para que eles se desenvolvam. Não é o Conselho. Porque tem gente que acha que tudo é o Conselho. Cada um na sua esfera pode contribuir para o desenvolvimento das crianças. Pode e deve. Nós devemos isso para o nosso futuro. Porque amanhã nós já passamos, mas eles ficam.

O que eu queria saber de você também é como você acha que a cobertura relativa ao abuso sexual contra crianças e adolescentes poderia melhorar? A gente, óbvio, tem que considerar todas essas dificuldades, e coisas que você já comentou, mas com o que a gente tem hoje, o que a gente poderia fazer para essa cobertura seja melhor, seja mais qualificada?

Nós precisamos mudar o foco. Olhar de uma outra forma. Nós precisamos olhar o abuso sexual como um grito que precisa ser atendido imediatamente. Não pode esperar para ser atendido daqui um mês. E temos que fazer enfrentamento, construir uma forma diferenciada, para as nossas crianças se desenvolverem. Então é isso, nós precisamos da imprensa pautando a criança e o adolescente. Pautando porque aí os defensores de direitos também seguem. O problema é você não ter como falar, você não ter como se expressar, você não poder contar para as pessoas o que está acontecendo. Não poder contar para as pessoas o que significa, de fato, a redução da maioridade penal, não poder contar para as pessoas, até mais simples, como elas devem fazer para educar seus filhos de forma sadia, porque elas foram educadas já com muita violência.

E o sistema ele vai oprimindo, as mães já não podem ficar cuidando dos filhos, elas precisam trabalhar. Não tem mais aquele vizinho que atendia o filho. Nós precisamos ir construindo relações. Acho que a imprensa tem esse papel fundamental de divulgar e divulgar o que ocorre. Mas se divulgar da forma certa é tranquilo. Nem sempre precisa se colocar em risco. Mas precisa pautar. Nós não temos pauta mais. A infância não tem pauta. Não sei se é assim com todos os direitos, mas a infância não tem pauta garantida. Na ordem do dia, hoje, criança e adolescente pode esperar. Se tornar adolescente infrator, aí a gente fala deles. Porque é isso que vai acontecer. E o abuso sexual não tem classe social. A gente só ouve falar do abuso sexual no Tatuquara, no Caximba, no Osternack, mas lá no Centro Cívico, no Jardim Social também tem. Só que ele está muito mais velado.

E eu não sei se é por eu ser mulher, mas eu acredito que as mulheres sofrem muito mais com isso. Porque uma menina quando é abusada, ela perde a dignidade. Para ela recuperar isso é muito difícil. E, às vezes, ela cria um mundo à parte e vai viver o mundo, mas as feridas dela estão abertas, gritando. Uma menina que é abusada precisa desse atendimento para ela possa ser feliz, para que possa sentir prazer, para que possa dar carinho para os filhos dela. E para isso precisa de atendimento altamente especializado. E acho que nós conseguimos garantir isso, se a gente trabalhar juntos, porque já não somos tão poucos. Talvez uma comunicação melhor entre nós...

Entre a imprensa e o Conselho, você diz?

Entre a imprensa e o Conselho, a imprensa e a sociedade, como um todo. Com muito carinho e, claro, com atenção especial à criança e ao adolescente. Eu sei que se o Zé [José Carlos Fernandes] não consegue pautar sempre porque ele não consegue mesmo. Eu sei do comprometimento dele, do comprometimento do Mauri, e sei o que isso custa para eles, o que custou para o Mauri esse comprometimento. E nós estamos nessa luta juntos. Não importa se eu estou aqui ou não estou, a pauta de infância e adolescência é um compromisso de vida para nós. Fiquei 6 anos afastada, retornei agora, estou pensando um pouco, mas não abandonei um dia. (Ininteligível) visitar os municípios, correr atrás dos políticos, isso aí com alguns comprometidos, porque nem todos são comprometidos, e na área da infância, eu falo que quem não é mãe, é filha da mãe. Você tem como sensibilizar um pouquinho mais. Nós só não conseguimos ainda nos articular bem. Eu percebi na última.... Nós tivemos uma fala na tribuna da Câmara dos Vereadores semana passada também. Os vereadores prestando atenção, questionando, perguntando, coisa que não faziam. Nós precisamos de assessoria nessa área.

E você acredita que essa dificuldade de vocês pautarem não só a imprensa, mas também o poder público, e tudo mais se deve a quê?

Tarefismo.

A dificuldade de lidar com todas as coisas que vocês têm para fazer.

Com todas as coisas porque no imaginário de todo mundo e eu te falo que é quase todo mundo mesmo, o Conselho Tutelar é responsável por tudo que envolve criança. E isso é promotores, e juízes, é gente que estuda, não é só o povo. Tem o Projud que me chama para tudo que é audiência que tem aqui. Todas as crianças que a gente encaminhar para lá, eu tenho que ir em uma audiência concentrada. Eu tenho que responder no Projud o que foi feito, eu tenho que requisitar o serviço público, eu tenho que fazer tudo. O Conselho virou porta de entrada. Não é. A criança que é abusada sexualmente não precisa vir no Conselho Tutelar, ela tem que ser atendida lá no posto de saúde, no hospital, na assistência social, pelos pais. Se algum desses não funcionar, aí sim o Conselho tem que ser acionado. Mas as pessoas já sabem que não tem outro atendimento, então boa parte já vem direto. A rede de proteção encaminha para nós e pergunta o que tem que fazer. A gente diz "quem tem que saber são vocês, nós só entramos se vocês não funcionarem". Mas essa não é uma coisa só do sistema, os próprios conselheiros têm, muitos deles. Que tem um fundamentalismo religioso muito impregnado na cabeça.

O político lá em Brasília, como é o nome dele? Aquele pastor... Ele fala em pena de morte, ele fala em acabar, em matar, e.... Ninguém reage, quase. A gente fica indignado, mas não reage.

Não sei como resolver, mas sei que vocês são importantes para a gente resolver. Que pelo menos a vida vale a pena. Que a gente possa ser feliz, porque eu falo, eu fico triste, eu fico indignada, mas eu faço o que eu gosto, sou feliz fazendo isso. Tem gente que fala "como que você consegue ser feliz, só lida com desgraça". Cada um tem o seu. Eu sou feliz. Eu me sinto útil. Acho que a gente tem que ter isso. Ganhar dinheiro é importante, acho que tem que ganhar mesmo. Quem trabalhar tem que ser bem remunerado, mas não é tudo.

Jussara, estamos quase terminando, você já comentou sobre alguns casos que você lembra de contato com a imprensa, mas você poderia citar algum outro que te marcou desse ponto de vista do contato com a imprensa, ou contato da imprensa. Uma situação que vocês tenham procurado, ou que a imprensa tenha procurado, que seja marcante para você nesse sentido?

Lembrei do Zé, de um dia que ele me ligou. Várias vezes nós fizemos articulação. Mas nesse dia ele falou que queria conversar sobre a questão da escola. Não foi do Fica, foi outro. Falei "ah, então venha aqui". Tem uma escola fechada aqui, que já passou por dois governos, mas continua fechada, o povo faz protesto, e fecha BR, no Tatuquara, no Pompeia. Aí ele falou "ah, então eu vou aí, se você puder, você acompanha". Aí ele veio, a gente foi para lá. Expliquei a situação, levei ele na escola, acho que a gente foi em umas três casas naquele dia. E quando a gente estava passando tinha um menino. Ele perguntou se eu conhecia, falei que não, e ele foi conversar com o piá. O Zeca é bem assim. E foi bem bacana, o menino falando para ele porque estava fora da escola naquela hora, um adolescente. Ele falou "eu tenho que ir para outra vila, e aqui tem rixa, quem mora aqui não pode estudar lá, se eu for para lá eu vou morrer, então prefiro ficar sem estudar". Assim, com uma naturalidade muito grande. Acabou saindo uma matéria de capa, bem bacana do menino. E aí fomos em algumas casas, o pessoal acolheu, tomamos café, batemos um papo, conversamos bastante com o povo ali. E a repercussão que teve foi tão positiva disso, de o pessoal se sentir valorizado.

Mas lembro bem disso. O menino ligou, pediu o jornal para mim, mostrando para os amigos dele. Bem bacana o diálogo que o Zé conseguia fazer com a população, de entrar nas casas, de ver, de bater uma foto. Falava o que fazer para conseguir a foto. Bem bacana mesmo. E isso tem impacto positivo muito grande. E nas políticas também. Eu tinha lembrado de uma situação que me escapou, de uma matéria que ele tinha divulgado.

A questão das creches em Curitiba foi pautada, praticamente, pela imprensa. Pelo Conselho Tutelar, e pela imprensa. Eu não estou lembrada, mas eu tive várias situações em que a imprensa ajudava, fora mobilização, protesto, sempre a imprensa contribuindo. Tenho uma boa recordação. Hoje o Conselho trabalha de uma forma diferenciada.

Estava lembrando, um dia nós fomos fazer uma abordagem à noite com a Polícia Federal, era de exploração sexual aqui nas rodovias, e o município disse que não daria estrutura, e de fato não deu para nós sairmos. Nós pedimos a Kombi para ir com a Polícia Federal que já tinham mapeado tudo. A Polícia Federal falou que se a gente não fosse não tinha ordem para a operação. Aí a gente falou "mas vamos como?". E eles falaram que iam buscar a gente com carro a paisana, para garantir a segurança. Sei que no outro dia a Conselheira falou "estou no meio da Cidade

Industrial, no meio da cancha, não tem criança, estou achando estranho, e ontem à noite, foi uma madrugada triste, porque nós tínhamos onde acolher as crianças. Fizemos a abordagem, sem estrutura, caiu a superintendente". Aí, a Secretária dos Conselhos Tutelares, na época, nos chamou e ela falou "vocês querem resolver a situação, vamos resolver já, não vamos resolver na imprensa". E foi o que garantiu essa estrutura que a gente tem, porque a gente não tinha nem essa. E um salário um pouco melhor que nós conseguíamos. Porque a gente tinha um salário mínimo.

E isso, um tempo atrás, um salário mínimo era bem menor.

Bem menor. E foi uma matéria que ele fez muito bem feito, que falou, entrevistou isso, ou aquilo. Hoje já precisa fazer uma outra. Acho que a gente precisa fazer uma operação diferente.

E sobre o caso da Tayná, especificamente, o que você lembra do que diz respeito à cobertura? Como a imprensa cobriu o caso dela, o que você lembra?

Eu acho que a imprensa prejudicou a investigação do caso. Porque foi sensacionalista, pressionou para achar o culpado, e aí eles acharam, praticamente, um culpado e até hoje não temos resolução, não foi resolvida a situação. Acho que a imprensa, não posso dizer que foi criminosa, mas posso dizer que pressionou... foi sensacionalista.

APÊNDICE 3 - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ

Dr. Olympio, para começar, eu queria saber qual é a percepção do senhor sobre a cobertura da mídia relativa a temas de infância e adolescência de uma forma geral. Como o senhor percebe essa cobertura em termos de qualidade e quantidade?

Há uma grande preocupação no que diz respeito à exposição dos adolescentes que estão autores de ato infracional. A lei os considera inimputáveis e eles não devem receber nenhum tipo de sanção, nem a sanção penal, nem outro tipo de sanção. Porque a legislação indica claramente, tanto o texto constitucional quanto o Estatuto [da Criança e do Adolescente] que eles são pessoas em peculiar fase de desenvolvimento, então não se pode querer tratá-los da mesma maneira que se trata um adulto, inclusive em relação a um adolescente que é autor de ato infracional. Por isso aquilo que ocorreu nessa fase, quando ele era inimputável, não tem consequência nenhuma para o futuro, não serve para antecedentes. Porque o que se quer fazer com esse adolescente não é entregá-lo definitivamente para a criminalidade, não é que ele seja etiquetado como bandido, muito pelo contrário, o que se quer é resgatá-lo para a vida social. E uma exposição a partir da prática do ato infracional acaba expondo e acaba marcando, estigmatizando esse adolescente para a vida toda.

Então há a vedação do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente nesse sentido, como há vedação, também, às vítimas, as crianças e adolescentes vítimas de crime pelos mesmos motivos. Porque não se imagina razoável que haja uma exposição de uma criança ou um adolescente que foi vítima... A exposição desse fato para toda a sociedade. Porque isso acaba traumatizando. O trauma de a todo momento se ter notícia ou de se ter acesso a um veículo de comunicação social que está lá, registrado o que ocorreu com ele, e a todo momento qualquer um pode ter acesso. Portanto, a proposta legal, a proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente, é de haja a preservação da identidade, tanto do adolescente autor de ato infracional, quanto das crianças e adolescentes que são vítimas de crime.

E o senhor acha que a mídia faz essa exposição? Como ela trata isso?

Há uma, não raras vezes.... Quer dizer, já houve época, após a vigência do Estatuto, que foi necessário oficializar para os meios de comunicação, para a imprensa escrita, para os canais de televisão e tal, alertando que estava havendo um descumprimento. É uma infração administrativa que o Estatuto prevê e que estava havendo descumprimento dessa regra e, portanto, sujeitando.... É claro que, na verdade, eu não me lembro de nenhum caso que se tenha entrado com a medida para haver a punição, foi mais um processo educativo, na perspectiva de alertar, de fazer com que se tenha conhecimento daquilo que está previsto na lei.

Durante muito tempo, a Ciranda funcionou muito bem, a Central de Notícias da Infância, e eu participei de várias reuniões com profissionais da imprensa alertando sobre a maneira de tratar os casos relativos à infância e juventude, embora volta e meia, alguma proposta mais sensacionalista acerca de um fato acabe expondo ou o adolescente autor de ato infracional, ou a criança ou adolescente vítima de crime.

E em relação à cobertura de casos de abuso sexual de crianças e adolescentes? Como o senhor vê essa cobertura? É uma cobertura qualificada? É uma cobertura em que falta falar alguma coisa? Como o senhor percebe isso?

Eu acho que se deve ter o máximo de cautela. Não me apreço que seja um tema que deva estar presente nos meios de comunicação social. De um lado, porque não raras vezes se pode ter informações que não são fidedignas, e o sistema penal, o sistema criminal, a partir da delegacia, a partir da prisão é um sistema em relação a esses crimes, é um sistema de absoluta barbárie.

O sujeito a quem se imputa... São inúmeros os casos de pessoas que depois se identificou como inocentes... E o Ministério Público tem procurado intervir no sentido de que essa pessoa a quem se imputa a prática de um delito sexual fique separada das outras pessoas porque, infelizmente, e estimulado não raras vezes por repórteres policiais de quinta categoria, a proposta de que essa pessoa seja seviciada dentro da delegacia, seja transformada em mulherzinha que corta a sobancelha, e são vítimas de abuso sexual dentro da delegacia. O que não é

aceitável mesmo para aquele que cometeu algum crime e muito menos para quem está lá, muitas vezes, inocente da situação que foi indicada equivocadamente por uma identificação que não é bem-feita pela vítima ou, às vezes, uma vingança que fazem, enfim.

Eu acho que esse é um dos temas que não tem sentido se trazer à conhecimento público a se fazer, através da televisão, uma exposição da pessoa e muito menos da vítima. A lei mesmo protege esse direito que ela tem a não ser... o fato não ser divulgado publicamente, porque as vezes pode causar, além de já ter sido vítima do crime sexual, do crime contra a liberdade sexual, ainda é vítima novamente pela exposição que se faz. Acho que nem deveria haver reportagem sobre esse tipo de delito.

Mas nesse sentido que o senhor fala, é o de citar casos específicos e pessoas específicas. No caso de uma cobertura, por exemplo, que fale como prevenir, ou o que acontece, aí a posição do senhor é diferente?

Claro, sem dúvida, daí é outra coisa. Aí tem um caráter educativo. Eu acho que não se deve é ampliar esse sentimento de vingança que surge dentro da sociedade, que infelizmente está na mente das pessoas, em relação a esse tipo de delito.

Em relação a essa cobertura que o senhor comentou, a primeira imagem que veio à sua cabeça quando eu perguntei sobre a cobertura de abuso. O senhor fala sobre essa vingança que os meios e comunicação podem estimular ao fazer a cobertura de um caso específico. Isso, para o senhor, é um problema na cobertura? Quais são os outros problemas em que os jornais geralmente incorrem ao falar sobre esse tema?

Eu acho que é essa, talvez não seja o jornal.... Não foram os jornais, não foram os meios de comunicação que determinaram que houvesse esse sentimento na sociedade. Porque a sociedade reage de forma absolutamente equivocada em inúmeras situações. Nós vemos a situação da pessoa que foi presa furtando uma carteira e é linchada pela população. Quer dizer, que sentimento é esse que não consegue compreender que é muito mais grave estar linchando uma pessoa do que

furtar uma carteira? Então a sociedade, infelizmente, pela ignorância, reage dessa maneira diante.... Ao mesmo tempo que trata com deferência, por exemplo, um político corrupto, é capaz de linchar em praça pública um batedor de carteira.

Mas é ruim quando os próprios meios de comunicação, ao invés de esclarecer quanto ao papel da Justiça, de que as pessoas devem, sim, ser responsabilizadas pelos delitos que praticaram, e que a Justiça Criminal existe para isso, não, fazem uma ideia de que muitas vezes a justiça deva ser feita pelas próprias mãos. De que a sociedade mesmo, a população deve responder a esses crimes. É uma forma de instigação a essa violência que é contra a lei, que é absurda. É como eu disse, você mata alguém porque a pessoa estava furtando uma carteira? Isso não faz sentido. Mas a multidão em turba age desse jeito.

É por isso que era importante que os meios de comunicação trabalhassem nesse sentido. O que a sociedade pode fazer é auxiliar na apresentação de provas para uma condenação, ter essa preocupação de que não haja absolvição de quem é inocente. De que aqueles que são culpados que sejam condenados, mas dentro do processo civilizatório, de um processo criminal em que a pessoa tenha o direito de se defender.

A crítica que eu faço, é claro que isso não é generalizado, muito pelo contrário, acho que é até pontual, mas existem determinados programas de televisão exatamente com esse viés. Aliás, que tem uma grande audiência exatamente pelo tipo de manifestação que faz, estimulando uma conduta ilegal mesmo, criminosa das pessoas. Estimulando uma ideia de responder com violência à própria violência. Eu acho que os meios de comunicação social, até para cumprir com o seu papel constitucional, que é o de ter um caráter educativo, informador, deve ter muita cautela ao tratar esse tipo de assunto para não instigar ações violentas por parte da sociedade.

E o senhor, ou o Ministério Público, são procurados pela imprensa quando eles estão fazendo alguma cobertura sobre infância e adolescência?

Na área.... Em qualquer das áreas de infância e adolescência?

É, se o senhor percebe que existe essa procura da imprensa por informações.

Sim, sim, sem dúvida. E são vários os temas que a imprensa adequadamente se preocupa. Eu diria os temas relacionados à educação de crianças e adolescentes, o acesso das crianças e adolescentes à saúde, e muitas vezes a busca pela imprensa de informações sobre essa área acaba permitindo que se faça crítica ao próprio Estado, que descumpra com o seu papel institucional, indelegável, de promoção social das crianças e adolescentes e de suas famílias, de asseguramento do exercício de seus direitos fundamentais. Então é importante que a imprensa traga à tona.

Como faz em relação, também a....nesse caso, muitas vezes tendenciosamente, à diminuição da imputabilidade penal, que a toda hora está aí vindo à tona. E aí eu digo que a imprensa manipula informações repassando essa ideia de que, hoje, não há responsabilização nenhuma, que o adolescente comete o crime que quiser e que não acontece nada e que, portanto, seria necessário alterar a legislação. Quando, na verdade, a lei já prevê a resposta aos adolescentes que praticam ato infracional a partir da aplicação das medidas socioeducativas, que em resposta aos fatos mais graves importa até em privação de liberdade, tal qual ocorreria no que diz respeito à adultos.

Mas eu acompanhei, acompanhei muito de perto o trabalho da Ciranda que, a todo momento, encaminhava informações importantes que eram reproduzidas pelos meios de comunicação social e aí sim é uma tarefa elogiável, importante. Porque o Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiro é tido com uma legislação de excelência. Logo após a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ONU [Organização das Nações Unidas] indicou o Estatuto brasileiro como modelo para todos os países que iam fazer adaptação das suas legislações à Convenção, par os países, inclusive, desenvolvidos.

Eu digo para dizer o seguinte: ainda que se trate de uma lei de excelência, a lei, por si só, não muda a realidade social. O que modifica a realidade é o exercício dos direitos que estão previstos na lei. Então um grande auxílio para a infância e juventude que os meios de comunicação social poderiam realizar é trazer a conhecimento da população os direitos que estão previstos na lei e que devem ser exercitados. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, à legislação, à própria Constituição Federal, o importante é que se pudesse ter, nos meios de comunicação social, aliados para a indicação de quais são os direitos que já estão

previstos na lei e que, hoje, são exercitados apenas por parte da população e não por todas as crianças e adolescentes.

A grande proposta do Estatuto é, mesmo, a proposta de universalização dos direitos, ou seja, que todas as crianças e adolescentes possam exercer direitos que, hoje, parte da população já exercita. Então a crítica ao Estatuto é inconcebível, porque o que se pretende com a lei é dizer: "olha, todas as crianças têm direito à educação, à saúde, à profissionalização, à cultura, tal qual inúmeras já exercitam, nossos filhos já exercitam".

E em relação aos casos mais específicos sobre abuso sexual de crianças e adolescentes. A imprensa procura? O senhor citou alguns temas em que eles costumam procurar. E esse?

É que aí já se desloca não mais para promotores vinculados à infância, mas sim, para promotores da área criminal, embora nós mesmos tenhamos feito por intervir, o Ministério Público fez por intervir, no sentido de que se tivessem delegacias especializadas para a investigação de crimes praticados contra crianças e adolescentes. Que cada vez estão se estruturando melhor para poder investigar de forma especializada esses casos, e se buscar a punição dos responsáveis, incluindo também, nesse contexto, um acompanhamento psicológico para as crianças vítimas desses crimes.

E o Ministério Público, ou o senhor.... Isso eu estou dizendo porque o Zeca [José Carlos Fernandes, jornalista Amigo da Criança] comentou que o senhor sempre ligava para os jornalistas sugerindo pautas. O senhor ou o Ministério Público ainda costumam fazer isso de procurar a imprensa para orientar? Tipo, "olha essa cobertura não está legal, vocês deveriam fazer isso aqui".

Hoje em dia o Ministério Público conta com uma área específica de comunicação social, com vários profissionais que, hoje, fazem essa ligação do Ministério Público com os meios de comunicação social. E não raras vezes a gente liga para o setor de comunicação social sugerindo que se faça o contato, às vezes

esclarecendo algum fato que surgiu, ou indicando pauta sobre algum assunto que é relevante.

Isso seria mais pontual mesmo, não é uma prática recorrente?

Não, não.

O que o senhor percebe como as maiores dificuldades que os jornalistas têm quando vão tratar de assuntos de infância e adolescência? Quais seriam, talvez, as falhas nesse sentido?

Sendo bem honesto, eu acho que falta conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente. A gente ouve, até hoje, ainda se falando em "menor", porque afinal de contas, o Estatuto fez a distinção entre a criança e o adolescente, fixando que criança é até 12 anos e adolescente é de 12 a 18. E dependendo de ser criança ou adolescente tem um regime jurídico diferenciado. Então não se pode mais falar a palavra... Até porque, "menor" ainda tem uma carga pejorativa, negativa. Uma vez o jornal O Globo do Rio de Janeiro fez uma manchete e colocou que "Menor assalta criança". Quando foram ver, ambos tinham 13 anos de idade.

Quer dizer, o "menor" é o filho dos outros, é o trombadinha, é o de natureza perversa. Então até hoje ainda estão usando a expressão "menor" quando a lei exige que se separe quando se trata de criança e adolescente.

Essa informação de que o Estatuto da Criança e do Adolescente seria a porteira aberta da impunidade, de que agora se pratica o crime que quiser e o adolescente pratica o que quiser e não acontece nada, é muito ruim. Porque vai criando na comunidade, na sociedade, essa ideia de diminuição da imputabilidade penal. "Bom, se ele pode fazer o que quiser hoje então tem que mudar a lei". Quando, na verdade, tem que implementar o que já está previsto na lei e que daí sim funcionaria melhor o sistema.

Essa outra ideia em relação ao sistema educacional, de que o Estatuto teria rompido as relações de autoridade dentro do sistema educacional, porque o hoje o adolescente faz o que quiser dentro da sala de aula, e o professor está de mãos atadas também é um grande equívoco. Imagina. No processo educativo o adolescente responder aos atos de indisciplina que pratica faz parte do processo

pedagógico. Não só o sistema educacional pode, como deve fazer com que o adolescente responda pelos atos de indisciplina, ou atos infracionais, que pratique.

Mas há uma série de.... Eu acredito que mais por ignorância, do que por má fé, uma série de informações ou desinformações que os meios de comunicação passam para a sociedade e que causam prejuízo à própria população. Quer dizer, não raras vezes aqueles que mais precisariam do Estatuto da Criança e do Adolescente para o asseguramento dos direitos de seus filhos, sua família, assumem uma posição contrária à lei, sem sequer conhecê-la: "eu não conheço e sou contra". Então há uma crítica que deve se fazer nessa perspectiva, de que o importante é que todo profissional de imprensa pudesse procurar ler e compreender o Estatuto da Criança e do Adolescente.

E qual é o nível de colaboração, digamos assim, existe hoje entre o Ministério Público, ou a instância de comunicação do Ministério Público, e a imprensa na hora de cobrir alguma coisa relacionada à infância e adolescência?

Eu acho que há um apoio muito grande em determinadas.... Nós tivemos recentemente, por exemplo, um caso em que houve, por determinação da nossa Secretaria da Fazenda [estadual], a retirada de recursos que se encontravam no Fundo da Infância, junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. E a participação da imprensa foi muito importante em denunciar isso, e dar publicidade a esse fato ao ponto de haver, na sequência, a devolução dos recursos, que só poderiam mesmo ser utilizados para a área da infância e juventude, e não para outra política pública. Por melhor que fosse a intenção do governo em querer utilizar esse recurso.

Então em determinadas situações a intervenção da imprensa tem sido muito importante, muito positiva, digamos assim, nessa linha de atuar para a defesa dos direitos da população infanto-juvenil.

E nesse sentido a imprensa é permeável a sugestões do Ministério Público? Por exemplo, o setor de comunicação liga para alguém sugerindo alguma coisa, uma reportagem, por exemplo, sobre essa questão do Fundo [da

Infância, de nível estadual], ou sobre outro tema de infância e adolescência? Eles costumam receber isso bem?

Sim, eu acho que há uma boa receptividade. Normalmente, a comunicação é inversa, quero dizer, são os meios de comunicação social que, a partir do destaque de um determinado fato, entram em contato com o Ministério Público para saber o que a instituição está fazendo, que resposta a instituição vai dar àquela situação concreta.

Mas em relação a outras situações, a provocação aos meios de comunicação social têm recebido uma... Por exemplo, agora, quando chega o momento das declarações do imposto de renda, onde é possível fazer uma doação de parte do imposto de renda aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Cada vez que se provoca, no sentido de se dar publicidade a isso, tem havido uma resposta positiva. E é assim em relação a outros temas também.

O que o senhor acha... Em que aspectos a cobertura relativa à infância e adolescência poderia melhorar hoje?

Eu acho que teria que ampliar a divulgação dos direitos que estão previstos na lei. Porque, como eu disse, são direitos que estão lá, são direitos subjetivos da população e dever do Estado em cumprir. E que as pessoas, por desconhecer a existência do direito, não exigem do Estado. O Estado não é pressionado suficientemente para responder àquela obrigação que está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentro desse contexto todo, eu destaco o que é um comando da própria constituição federal, que é o dar prioridade absoluta para a área da infância e da juventude, o que significa a preferência na formulação e execução de políticas públicas e mais que isso, a destinação privilegiada de recursos para a área de infância.

A gente tem dito sempre que lugar de criança é na família, na escola, mas é também nos orçamentos públicos, e que de nada vale o melhor dos discursos a favor da infância e juventude se, na elaboração das leis orçamentárias, não se canalizarem os recursos necessários para a implementação dos programas e ações definidos pelos Conselhos dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Então tem temas que são... Esse da prioridade absoluta, por exemplo e, enfim, tudo aquilo que é significativo para a infância e juventude. Nós temos, como eu disse, uma legislação de excelência, mas que não foi implementada, e que precisa ser implementada e que, principalmente, o Estado tem que cumprir plenamente com o seu dever de asseguramento dos direitos da população infanto-juvenil.

E o senhor poderia citar para mim um caso marcante nesse contato entre imprensa e Ministério Público em relação a temas de infância e adolescência? Talvez um contato que o senhor fez, positivo ou negativo. Algum desses contatos que te marcou.

Olha, tenho tido muito contato que se transformam em positivos. Em relação, ainda, à diminuição da imputabilidade penal. Às vezes, em um começo de conversa, parece que há uma posição antagônica, mas na sequência, na produção da própria reportagem, especialmente da imprensa escrita, vê-se que a reflexão sobre o tema acabou conduzindo para uma mensagem da imprensa favorável à infância e juventude e, portanto, contrária à diminuição da imputabilidade penal. Acho que esse é um ponto bem significativo do contato.

Como eu disse é um tema recorrente, a todo momento está se falando da diminuição da imputabilidade penal. E não raras vezes pessoas fazendo contato dizem "puxa, eu era a favor da diminuição da imputabilidade penal, mas vi aquele programa...". Lembrei agora da Alessandra, que acho que está na RIC, e ela me disse "puxa, Dr. Olympio que meu marido era a favor da diminuição da imputabilidade penal, mas ele assistiu o programa que nós fizemos e agora ele mesmo mudou de ideia". Então olha a possibilidade de interferência positiva dos meios de comunicação. Acho que nesse tema da diminuição da imputabilidade penal sempre foi dada oportunidade de se trazer esse posicionamento, diferente daquele que o senso comum estaria defendendo.

Para terminar, o que o senhor lembra sobre a cobertura do caso específico da Tayná?

Não foi um caso que a gente tenha acompanhado porque houve a designação de promotores de justiça especificamente para acompanhar o caso. E depois o próprio Gaeco [Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado] interveio.

Então ali fica... Eu não acompanhei mais o caso, e nem tenho informações suficientes, mas ali é uma situação, pelo encaminhamento que o próprio Ministério Público deu na sequência, em que houve uma confissão obtida de maneira ilícita. Houve toda uma exposição daqueles quatro rapazes, se não me engano eram quatro, e que sofreram, pelo registro da delegacia, uma prática de barbáries, de coisas que, infelizmente, ainda ocorrem dentro das delegacias de polícia. E é inaceitável que alguém, sob a proteção do Estado, possa ser vítima desse tipo de coisa.

Eu me lembro das notícias, de informações superficiais, porque como eu disse, eu não li o inquérito, nem o processo, mas houve introdução de cabo de vassoura no ânus desses rapazes. Houve violência mesmo, grave, contra eles. Prática de atos sexuais, determinação de que um praticasse ato sexual com o outro. E uma exposição que, na sequência, até por laudo realizado pela Perícia Técnica, se identificou que não tinha cabimento aquela imputação. É por isso que eu reitero a preocupação que se tem que ter com esse tipo de coisa.

Me lembro disso, que depois se reviu a situação. Sei que há policiais que estão respondendo criminalmente pelo que fizeram, e que embora também seja lamentável, até hoje não se tenha identificado quem foi o autor, ou os autores, daquele homicídio.

APÊNDICE 4 - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA DIRK LOPES - EX-PRODUTOR DA RPC NA ÉPOCA DO CASO TAYNÁ

Para começar, eu queria que você me explicasse como foi o processo de produção das matérias sobre o caso Tayná na RPC.

Eu posso te falar especificamente da matéria do Fantástico, que teve 5 minutos e meio, dia 14 de julho de 2013. Eu tinha acabado de ficar um mês na redação do Fantástico, tinha voltado para Curitiba e esse contato ajuda muito na confiança lá. Quando a gente fala, no sábado, que tinha conseguido uma coisa exclusiva, que foi uma reviravolta no caso, a gente tem a confiança deles para ter um espaço grande no jornal. Porque essa matéria foi editada no domingo, eram muitos áudios do Ministério Público, a que a gente teve acesso, quem conseguiu foi um produtor. E dificilmente eles dariam um espaço grande para uma praça fechar uma matéria e entregar às 18h do domingo, com as chamadas já prontas. Nesse dia, eu lembro que teve um processo bem grande, da minha parte, de edição, eu fiquei até tarde da noite, voltei de manhã cedo. Chegou um momento em que eu percebi que eu não ia dar conta, chamei a minha chefe para me ajudar a decupar. Era muita coisa. Acho que teve uma grande repercussão porque teve uma reviravolta no caso na véspera. Todos os fatos indicavam em um sentido, e a situação acabou mudando.

E por ser uma cobertura que envolvia uma adolescente, vocês tiveram alguma preocupação, talvez, em entender melhor um pouco o Estatuto da Criança e do Adolescente antes de fazer essa matéria, ou para fazer a cobertura de forma geral?

Veja, as coisas na imprensa acontecem sem hora, ninguém sabe. Agora mesmo pode acontecer um grande fato no Brasil e no mundo e a gente tem que estar preparado. Se acontece uma coisa dessas, a gente não vai ter tempo de começar a ver o Estatuto. As pessoas têm que estar preparadas. A própria RPC tem uma carta de princípios, com uma série de coisas que delineiam a conduta do jornalista. Todo o jornalista também deve saber, deve ter seu código de ética.

A preocupação que eu tive como editor era não expor cenas que chocassem a população e até a família [da Tayná], que não acrescentassem nada. Então nós colocamos nessa matéria do Fantástico imagens da Tayná, da câmera de segurança, da última vez que ela foi vista, acho que teve alguns detalhes das roupas, ou nem isso. Acho que não. A gente pôs a foto dela. Era uma moça bonita, com 14 anos. E assim, claro que chama atenção. Uma violência, independentemente de ser bonita ou feia, ou qualquer coisa que fosse, mas a idade dela, 14 anos... A gente se preocupa muito com isso, como jornalista, de preservar. Do tempo todo que eu trabalhei na RPC, que foram 21 anos, a gente tinha essa preocupação de não colocar mancha de sangue, esses detalhes que não acrescentassem, que só iam aumentar a dor das famílias.

E assim, falando agora de um geral, com uma pessoa que trabalhava na edição da RPC. Quando tinha alguma outra matéria que envolvia criança e adolescente, vocês faziam algum contato, nem que... O caso da Tayná foi um caso especial, de certa forma. Mas em outras coberturas, de outros casos, quaisquer que fossem eles, tinha esse contato? Ligavam para alguém, ou tinha alguém, dentro da redação mesmo, que vocês, eventualmente, consultavam?

Sempre que tem uma reportagem a gente procura os especialistas em cada tema. Eu lembro de um caso que chegou até a gente em 1999, terrível, de um espancamento, acho que você não vai lembrar. Marcelo Morelli foi um dos maiores bandidos do Paraná, ele fez uma gravação espancando uma criança de três anos. Espancando, torturando. E outros canais publicaram essas imagens. Nós tivemos, não só na RPC, como na Rede Globo.... Não foi publicado nada, só foi falado que existiam essas imagens.

Marcelo Morelli foi um dos maiores bandidos do Paraná, sequestrou um avião da Vasp, de Foz do Iguaçu para Curitiba, pousou em Porecatu, levaram R\$ 5 milhões de reais da Proforte, ele foi responsável por um assalto de um avião em Brasília. Era um bandido da pesada. Depois desse caso ele foi preso. Essas filmagens foram perto do Aeroporto Afonso Pena, e nós fomos procurados por um promotor na época. Veja a credibilidade que a RPC sempre teve. De ser procurada para analisar esse material. Eu te confesso que eu não quis nem assistir. Na época o editor do Jornal Nacional era o Clécio Vargas, e eu até hoje não vi essas imagens.

Eu soube que em alguns jornais, vi a capa de alguns jornais que colocaram foto de imagens de uma outra emissora que publicou isso. Acho desnecessário. Não assisti nenhum noticiário, mas eu sabia o teor, o que tinha acontecido, coisas terríveis.

Então, veja, não só eu, como outras pessoas na RPC... eu posso falar do tempo que eu trabalhei, porque eu não faço mais parte da RPC..., mas sempre tiveram essa preocupação ética. O noticiário da Rede Globo sempre foi diferente nesses casos policiais. Não sei se vai continuar assim, se vai mudar, mas no tempo que eu trabalhei lá, nesses 21 anos, tinha essa preocupação.

Você falou um pouquinho antes que quando as coisas acontecem, a gente não tem tempo de ir atrás, saber por exemplo, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse é um aspecto de como a rotina impacta na produção dos jornalistas, e na produção das matérias. Como você acha, talvez que outros aspectos, dessa rotina de produção, como isso impacta nas coberturas?

Não, o que era para te dizer, é que não é que não tenha tempo. O jornalista deve saber previamente. Se ele tiver dúvida, é claro que ele vai ter que consultar. Mas eu quero te dizer que o jornalista não pode esperar as coisas acontecerem para ele ir estudar algum assunto. Ele tem que estar embasado previamente. É porque as tragédias acontecem. Eu, no primeiro plantão em que estava, na TV, caiu um prédio em Guaratuba, com 29 mortos. Foi o Edifício Atlântida, em 1995. Então o que fazer? Eu tinha 22 anos. E isso vai acontecer na carreira de qualquer jornalista. Se você não se preparar na faculdade, ler muito, eu sempre falei.... Eu fui professor do Trainee da RPC também por muitos anos. Você tem que estar embasado. Não adianta.... Eu acho que televisão não é só estar lá, uma pessoa com uma carinha bonita, bem vestida, para repetir um texto. Você tem que ser jornalista com todas as letras. Você tem que... Eu trabalhei em rádio, jornal, não que eu seja melhor ou pior que ninguém, mas eu trabalhei em vários lugares e tenho 25 anos de carteira, graças a Deus não tive nenhum processo. Então acho que alguma coisa boa eu fiz na minha carreira.

E essa preparação de que você falou, costuma vir ou, no caso da RPC, vinha por iniciativa deles? Vocês tinham treinamento em algum setor, em qual deles vocês tinham treinamento?

A RPC, eu particularmente, não posso reclamar. Eu fiz uma pós-graduação, com uma bolsa paga pela empresa. Fiz pós-graduação em Agronegócio para profissionais de comunicação, pela Universidade Federal do Paraná. A única coisa que eu paguei foi a conclusão do curso, um diploma, ou coisa que o valha. Foi um ano e meio dessa pós-graduação. A RPC fornecia cursos periódicos. Teve alguns em parceria com a FAE, curso de Finanças Pessoais, alguns nessa área de administração e finanças. Outros com o próprio Instituto RPC, que era Direito da Comunicação, Filosofia Política. Há uma preparação muito boa em algumas áreas. Não sei se todas as empresas de comunicação se preocupam com isso, na RPC tinha essa preocupação até um tempo atrás. É claro que são muitos temas.

Especificamente sobre criança e adolescente eu lembro de um evento que eu fui a convite no Ministério Público, não por iniciativa da empresa. Agora, se você analisar que a imprensa e a tevê, que é uma grande tevê, lida com dezenas, centenas de temas, é impossível ter tudo isso. Eu, por exemplo, fui presidente da Cipa em 2007, e eu levei profissionais da Polícia, para falar para os pais sobre os cuidados com as crianças, para evitar assaltos, sequestros, com o delegado do Grupo Tigre. Levei lá, também, o coordenador da Defesa Civil. Algumas coisas existem tanto por iniciativa da empresa, quanto dos funcionários, mas é impossível abraçar todos os temas.

Dentro da redação não tinha ninguém que vocês identificassem como uma pessoa que tinha afinidade com esse tema [infância e adolescência]? Por exemplo, na Gazeta do Povo, tinha o Mauri König, que é Jornalista Amigo da Criança, então em muitos casos ele era o consultado em matérias desse tipo. Na RPC vocês não tinham ninguém que identificassem dessa forma?

Especificamente Amigo da Criança, não. Em uma matéria do Fantástico, em 2003, eu participei de uma produção também. Nós ganhamos um Prêmio Amigo da Criança, uma matéria do Sandro Dalpícolo, com participação minha, do James Alberti, foram uns 10 profissionais. Nós flagramos meninas, menores, se

prostituindo próximo ao Porto de Paranaguá. Graças a isso, nós ganhamos um prêmio Amigo da Criança. Agora, não existia.... Não tinha uma pessoa que fosse uma referência nesse assunto, se é isso que você deseja saber, não lembro de ninguém, pode ser que tenha agora.

E aí no caso da Tayná, quando a gente olha as matérias e o histórico, a gente vê que pelo menos das matérias daquela série Crime sem Castigo, que a RPC fez, junto com a Gazeta do Povo, foi inspirada pelo caso dela. E essa série, pelo que eu entendi, do contexto todo, falava sobre problemas de investigação, questões que impactam nisso. No início, o caso da Tayná envolvia violência sexual. Em algum momento, foi pensado, mesmo depois da matéria do Fantástico, alguma coisa assim, em fazer alguma *suíte*, ou algum material complementar que falasse sobre violência sexual contra crianças e adolescentes?

Pois olha, deixa eu te falar.... Nessa matéria do Fantástico, a investigação tomou outros rumos. A primeira impressão que se tinha era que os quatro acusados que trabalhavam no circo tinham cometido a violência sexual. Essa matéria mostrou que eles foram torturados para confessar, e aí as suspeitas caíram no delegado. O delegado até foi preso fugindo para o Paraguai. Foi feito um exame no corpo dela e nenhum dos quatro batia o DNA com o.... Então eles não seriam.... A perita, tem o nome dela aqui, agora não lembro, acho que era Joyce o nome dela, falou que ela [Tayná] não foi abusada, que ela foi assassinada, mas não foi abusada. Houve uma relação consensual. Isso ela falou para mim. E ela desapareceu do Paraná. Teve um dia que eu telefonei para ela e ela estava fora do Estado. Por quê? Porque estava correndo sérios riscos.

Então, assim, a gente precisa ter cuidado. Se o caso é ou não é. O porquê. Porque os casos policiais.... Tem muitos casos policiais no Paraná que foram insolúveis. Não só o caso da Tayná, como o caso da Raquel Genofre, como o caso das Bruxas de Guaratuba, famoso, desde 1992, e aí são casos que têm a reviravolta. O próprio caso Virgínia [médica do Hospital Evangélico do Paraná acusada de adiantar a morte de pacientes na UTI]. Então faz a investigação, erros do poder judiciário, da imprensa, são casos nebulosos que.... Teve o caso do crime do Morro do Boi, em que apareceram dois suspeitos, a polícia identificou dois, como

que pode? A gente tem que tomar muito cuidado. É nessa cautela que.... Não só nesses casos, o jornalista deve ter muito cuidado.

E como costumava ser a abordagem da violência sexual nas reuniões de pauta de vocês. Isso era sugerido? Em que condições era sugerido?

Nós, como em todos em outros temas, a gente tem preocupação com isso. Eu já produzi matéria para o Jornal Hoje sobre as crianças espancadas, vitimizadas, que ficam em casas-lar. Nós procuramos algumas instituições, sem identificar criança, com anuência da Vara de Família, ou do Conselho Tutelar. Claro que a gente a preocupação com isso. E se você...

Difícilmente, acho que eu nunca vi, eu não lembro de ter visto uma matéria da RPC expondo uma criança nesse caso. Não lembro. Lembro de um caso agora, uma reportagem do Alex Barbosa, de um casal que tinha adotado trigêmeos, e eles desistiram de uma das crianças, queriam devolver para a Justiça uma delas. Aí a Justiça tomou a guarda de todos. A gente sabia onde estava.... As fontes né.... A gente sabe até onde as crianças estavam, mas a gente tem muita preocupação de não expor. De não dizer qual é o lugar.... Foram muitas reportagens que foram feitas.... Eu lembro que em um sábado o Jornal Nacional queria que a gente fizesse uma matéria e a gente falou "não, nós não vamos fazer". Então assim, há uma preocupação...

É claro que eu fui produtor da rede nacional, e editor por mais de 20 anos, claro que a gente quer divulgar paranaenses na rede nacional, mas antes não divulgar do que divulgar errado, divulgar de forma errada. Eu nunca tive essa preocupação de fazer por fazer. Eu e muitos colegas que eu tive. Nós tivemos muita preocupação em tratar os assuntos da forma mais coerente possível. Nós não somos donos da verdade, não sei te dizer até hoje quem foi o responsável por todos esses crimes, porque se eu fosse estaria na polícia, realmente não sei, tem muitos casos insolúveis no Paraná, quem me dera resolver todos eles.

Mas era uma questão mais factual, acredito. Não era cobertura sistemática, em que havia uma sugestão sempre?

É, sistemática não. Mas existia.... Essa matéria que eu te falei, da vitimização, foi uma matéria da Ana Zimmerman. Tem muitas pessoas que propõem esse tema. E se não me engano saiu no Jornal Hoje essa matéria. Nós, nossa, nesse tempo todo a gente já abordou em muitas matérias e várias vezes. Agora, não tinha uma frequência semanal, mensal, mensal.

Temos que abordar um tema assim. Realmente, acontecem tantas coisas assim que nós precisamos filtrar muito, sabe? Tem casos de crianças que foram torturadas com coisas horríveis, que a gente fica sabendo detalhes e não pode.... Não é que não pode, a gente tem a consciência que de não vale a pena divulgar algumas crueldades que são feitas. A gente divulga o caso de uma forma mais genérica, porque é terrível. Terrível. Eu tenho uma colega que foi em um local e ela vomitou. Uma criança foi... Coisa terrível, terrível mesmo. Não adianta nem te falar, porque.... Acho que você entende.

E como era a colaboração, digamos assim... Havia algum tipo de colaboração entre o pessoal da redação e órgãos e instituições responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes? Tipo, Ministério Público, Conselho Tutelar, eventualmente a Andi, que funcionou bem fortemente até um tempo atrás.

Depende da situação. Tem momentos que a própria polícia.... Tudo vai da época, de quem está à frente das instituições. Tem vezes que a polícia colabora, o Ministério Público, com informações que acrescentam. Tem vezes que.... Por exemplo, algumas vezes, um serviço de denúncia, SOS Criança... eles mesmos, em alguns momentos, não entenderam que a nossa matéria iria preservar a criança. Não sei, talvez, motivados por outra reportagem. Diziam "não, isso não dá para fazer". Poxa, eu acho que todo mundo sabe a linha do jornal da Rede Globo, nunca foi exposta nenhuma criança.... Mas tem algumas que não colaboraram. Isso aconteceu. Lembro uma vez de eu, como produtor, pedir autorização para ir em uma determinada instituição e não foi permitido. Teve uma outra reportagem que saiu no Fantástico também, de um menino de 17 anos, que voltou da Alemanha para procurar os pais biológicos aqui no Brasil. Ele era um brasileiro que fala alemão. Ele foi abandonado na Rodoferroviária de Curitiba, há muitos anos. Essa matéria saiu

em 2005. Eu pedi para o Juiz da infância para ter acesso ao processo e ele deferiu depois de 23 dias. Isso atrasou bastante o nosso trabalho. Então nem sempre a gente tem colaboração. Aí ele acha que... A velocidade dele é bem diferente da nossa, e as instituições não entendem muitas vezes o trabalho da imprensa. Tem vezes que entendem, tem vezes que não entendem.

Eles mesmos, esses órgãos como o Ministério Público, não costumavam sugerir nenhuma pauta para vocês? Você se recorda de algum caso assim?

Eu tive um bom contato, por muitos anos, com duas assessoras do Ministério Público Estadual que sugeriam bastante temas bacanas relacionados. Às vezes alguma instituição também, mas acho que as maiores matérias foram as propostas pelos profissionais da redação. Ou repórteres, ou editores, e até cinegrafistas. Uma coisa que tinha quando eu entrei na RPC, eu sou bem antigo, foi em 1994.... Existia uma reunião de pauta semanal, com muita gente, e uma da rede também, e de uns anos para cá essa reunião acontece mais. Existem reuniões setorizadas por jornais. Reuniões diárias do Paraná TV, do Bom Dia Paraná, do Segunda Edição, a rede nacional já foi maior, a editoria da rede.... Agora, essas reuniões foram deixadas de lado há alguns anos. Então é mais no dia-a-dia.

Ultimamente, o Paraná virou uma praça monotemática. Só Lava-Jato, isso desde 2014. Há três anos que a gente só fala de Lava-Jato, praticamente. Eu fui editor do Bom Dia Brasil [da Rede Globo] por dois anos e meio e eu tentei, nesse tempo, botar muita gente no interior no ar. E fiz.... Se você pegar o noticiário de 2014, 2015, 2016, você vai ver muita matéria no Bom Dia Brasil que veio do Paraná, que eu consegui colocar. Não que outros jornais não fizessem também, mas devido ao horário, as coisas aconteciam a partir das 11 da manhã, decisões de Sérgio Moro, *habeas corpus*, todo o tipo de cobertura da Lava-Jato dominava o Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo. O Bom Dia Brasil ainda tinha um espaço, porque como só ia no dia seguinte, dava para planejar algumas matérias, ou fazer ao vivo. Então não é porque seja mérito meu, apenas, mas quase que da própria logística.

E como você que essas reuniões mais setorizadas... O que isso significa em termos de conteúdo e de temas que os jornais conseguem abordar?

Eu acho que, em geral, o jornalismo está se empobrecendo.... Acho. Quando existia uma reunião geral, era dada voz a todo mundo, por mais que demorasse meia hora, uma hora a reunião. Eu participei de reuniões do Fantástico que duravam horas. E assim, muitas coisas que pareciam grandes bobagens, mas aí vinham as melhores pautas daquilo, daquele *brainstorm* maluco, em que todo mundo participava. Aí alguém participa, o outro dá um pitaco, e vira uma matéria enorme. Às vezes a principal da semana. Isso eu senti falta nos últimos anos, essas reuniões semanais desaparecem. Agora há um grupo de cinco pessoas aqui, outro grupo de cinco pessoas lá, pensando no seu jornal, e eu acho que isso empobrece.

Acaba se tornando repetitivo, talvez, porque são as mesmas ideias, vindo das mesmas pessoas, ou do mesmo grupo.

É, não sei, pode ser também. Mas você concorda que 20 pessoas ou 30 pessoas pensando é melhor que cinco. Então a redação da RPC é enorme. Já teve 60 jornalistas, não sei quantos tem hoje. E todo mundo era aberto, participava, deixava sugestão. Isso acrescentava muito. Tinha pauta lá que ficava dois, três meses para sair, mas saía. E eu vejo que tinha muito mais ideias no passado. Hoje a gente está muito repetitivo e muito... a imprensa está muito atropelada pelo factual.

E você acha que seria possível trazer temas de infância e adolescência de forma mais educativa, talvez? Fazendo um paralelo, por exemplo, com esses programas mais policialescos, tipo Galo, que tratam de uma forma meio complicada. Você acha que seria possível trazer esses temas de infância e adolescência de forma mais educativa, dentro das condições que os jornalistas têm nas redações, para um jornal ou um veículo como os da RPC, que são tidos como jornais sérios, em comparação com esses outros?

Eu acho que hoje.... Hoje mesmo eu estava discutindo com colegas de trabalho. Eu acho que a imprensa precisa ser mais informativa. Eu vejo alguns programas de tevê, hoje, que simplesmente levantam bandeiras, seja lá quais forem. Tipo "olha, que feio fazer isso, bonito é fazer aquilo". Isso são bandeiras. Mas você não informa que direito aquela pessoa tem. No mercado de trabalho ela está sendo discriminada? Qual o direito? É isso que eu estou dizendo, pontuar. Nesse tema que

você está tratando também. O direito da criança e do adolescente, o que pode e o que não pode, os pais podem perder o pátrio poder em quais casos, e enfim, discutir isso. Em algumas reportagens também. Até nos estúdios. É claro que volta e meia aparece uma pessoa no Bom Dia Paraná, no Paraná TV, mas eu digo fazer reportagens mais informativas. A gente só vai se dar conta disso quando alguém é assassinado, quando alguém é estuprado, quando alguém é...todo o tipo de coisa que acontece.

Aqui do lado do Shopping Mueller teve uma moça, não era criança mais, ela tinha 18 anos, e foi estuprada, assassinada, o corpo foi queimado, em 2007, faz 10 anos. Particpei de coberturas de todos os jornais da rede. E aí tem época que a gente acaba até se envolvendo de forma mais profunda. Eu fui em uma passeata da família, eu fui na missa de 7º dia. Em outros casos.... Naquele mesmo ano eu fui em passeata. Só que a gente percebe que a gente não consegue mudar o mundo dessa maneira, se não a gente vai acabar indo todo dia em uma manifestação, porque está todo dia acontecendo. A gente tem que abranger o assunto de uma forma mais ampla.

Acho que tem que ser mais informativo, mais elucidativo. Nesse caso que eu estou te falando, era a Ana Cláudia Caron, o nome da menina, ela foi levada aqui do lado do Shopping Mueller, na Rua Paula Gomes, bandidos se apresentaram, eram três menores. Aí também é um tema que eu acho que você trata, um deles faltava cinco dias para completar 18 anos. Eu conheci a família dela, o pai dela envelheceu. E aí ele deu uma entrevista para o Fantástico uns dois anos depois porque eu procurei ele. Ele me conhecia, não sei até hoje a motivação, talvez um acerto de contas por drogas não sei, mas ele nunca mais quis falar. A mãe nunca falou, ficou muda, porque eles foram soltos três anos depois. Eu lembro de uma frase que ele falou, seu Paulo Caron, em uma matéria que eu editei para o Bom Dia Brasil e eu coloquei a frase na íntegra, 22 segundos da fala dele: "Nossas autoridades têm que rever o Código Penal, porque um dia vão ser os netos deles". Não sei se você concorda ou não, mas essa frase entrou no ar, eu lembro que uma colunista aqui de Curitiba elogiou a reportagem, porque geralmente há uma *editite*, e eu deixei a fala dele na íntegra. Foi a única coisa que ele falou e eu deixei ele falando isso, saiu em rede nacional. E eu fiquei muito feliz porque houve um elogio a esse fato, não à matéria, mas de ter colocado a fala inteira do pai. Você pode ver que na maioria das

reportagens os pensamentos são cortados. A pessoa fala cinco segundos, está falando em alta e corta. É a chamada *editite*. Aí você não sabe se é só aquilo que ele quer falar, ou em que contexto aquilo foi dito, e em relação com o resto. Mas acho que ele foi muito claro. Concordando ou não, ele deu o seu recado.